



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO**

**FABIANA PEREIRA BARBALHO**

**A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI**  
**(MINUSTAH) NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: ATUAÇÃO DO**  
**CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE**

**GOIÂNIA/GO**  
**2014**

**FABIANA PEREIRA BARBALHO**

**A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI  
(MINUSTAH) NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: ATUAÇÃO DO  
CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, linha de pesquisa em Relações Internacionais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Pereira Duarte Júnior

**GOIÂNIA/GO  
2014**



**PUC  
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universidade, 235 • Centro Universitário  
Cidade Nova 74.090-012  
Goiânia • Goiás • Brasil  
Fone: (62) 3246.1010 • Fax: (62) 3246.7070  
www.pucgoias.edu.br • pucgoias@pucgoias.edu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO EM DIREITO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

#### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA da sessão de apresentação e defesa da Dissertação de Conclusão de Mestrado, número 130, pelo(a) mestrando(a) **FABIANA PEREIRA BARBALHO**. No dia 12 de março de 2014, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo/as professor/as: Dr. Dimas Pereira Duarte Junior, Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer e Dra. Geisa Cunha Franco, membros, para a arguição do(a) mestrando(a), a respeito da dissertação de conclusão de Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, sob o título: "A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: ATUAÇÃO DO CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE". A sessão iniciou-se às 20:00h, na sala de Desenvolvimento sob a presidência do professor Dr. Dimas Pereira Duarte Junior, que concedeu 20 minutos à(ao) mestranda(o) para expor sinteticamente o trabalho. A seguir procedeu-se à arguição, finda a qual a sessão foi suspensa e a comissão se reuniu em separado para avaliação e atribuição do conceito. Discutido o trabalho e o desempenho do(a) mestrando(a), foi o(a) mesmo(a) considerado(a) aprovado(a) com o conceito A. O(A) candidato(a) foi declarado(a) Mestre(a) em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo(a) Presidente da Banca Examinadora. Findos os trabalhos, deu o Presidente por encerrada a sessão, agradecendo a participação dos arguidores do que se lavrou a presente Ata, que foi assinada por todos e entregue à Secretaria do Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, para os fins. Goiânia, 12 de março de 2014.

#### Banca Examinadora:

Dr. Dimas Pereira Duarte Junior / PUC Goiás (Presidente)

Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer / PUC Goiás (Membro)

Dra. Geisa Cunha Franco / UFG (Membro Convidado)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero aproveitar essa página tão especial para agradecer primeiramente a Deus, meu Pai bondoso e Senhor fiel. Aos meus pais Henrique Eduardo Barbalho e Neuza dos Anjos Pereira Barbalho pelo incentivo, força e fé em todos os projetos e etapas da minha vida.

Ao meu amado esposo Wesley de Lima Santos pela paciência, compreensão e carinho e aos amigos (a) sempre presente nessa caminhada árdua em busca do conhecimento, em especial ao Bruno Stival Silva, que colaborou diversas vezes com artigos e dicas de livros sobre o tema.

A secretária do Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da PUC, Cristhiane Barbosa, sempre prestativa e gentil em suas atribuições.

Ao excelente corpo docente do Mestrado, principalmente, ao Prof. Dr. Dimas Pereira Duarte Júnior, meu orientador, ao Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer e a Prof<sup>a</sup>. Dra. Geisa Cunha Franco da Universidade Federal de Goiás (UFG) que me deu apoio total em todas as etapas dessa dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela concessão da bolsa de formação, recurso essencial para custear parte das despesas financeiras do Mestrado.

## RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) na política externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Pretende-se, por meio da exposição de um cenário histórico do Haiti e do exame das motivações que levaram o Brasil a aceitar o comando da MINUSTAH, apresentar algumas considerações a respeito da política externa brasileira e dos reflexos da atuação do contingente região Centro Oeste na missão. O Haiti, a segunda colônia nas Américas a conquistar sua independência, passou por décadas de ditaduras e lutas políticas, com isso, várias intervenções estrangeiras foram realizadas no país com a finalidade de minimizar os efeitos da ineficiência estatal. No entanto, com o passar dos anos, a estrutura estatal deficitária foi se intensificando, ademais, graves crises socioeconômicas, catástrofes naturais e surtos de doenças aumentaram o sofrimento da população. Em 2004, com a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide eclodiu um caos generalizado que despertou a atenção da comunidade internacional. A MINUSTAH (aprovada pela Resolução 1542 do CSNU, em 30 de abril de 2004) chegou ao Haiti no dia 1º de junho do mesmo ano sob chefia do General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira. A missão tinha como objetivo dar apoio ao processo constitucional e político do país; buscar assegurar a todos os cidadãos um ambiente seguro e estável; apoiar o governo de transição no monitoramento e reforma da Polícia Nacional Haitiana; auxiliar na realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais; e promover e proteger os direitos humanos. A MINUSTAH teve seus mandatos renovados diversas vezes por meio de resoluções do CSNU que estabeleciam as diretrizes de conduta das tropas e a redefinição de estratégias, adaptando-as transformações políticas, socioeconômicas e de segurança que o país apresentava. O contingente região Centro Oeste, nosso principal objeto de pesquisa, chegou em Porto Príncipe na primeira quinzena de dezembro de 2006 juntamente com o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz). Esse grupo, oriundo da Brigada de Operações Especiais, sediado em Goiânia, encontrou um ambiente de grande insegurança, uma sequência de sequestros extremamente violentos e várias mortes sendo noticiadas em jornais de todo o mundo. O contingente realizou várias operações coercitivas, conseguindo em curto prazo diminuir os índices de violência na capital do Haiti, Porto Príncipe, e em bairros como Cité Militaire e Cité Soleil. A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem dialética, utilizando como procedimento uma análise histórica, através de pesquisas bibliográficas e documentais, sendo usada várias fontes de informações como artigos de periódicos especializados e não especializados, teses, documentos oficiais do Governo Brasileiro e da ONU, e múltiplos livros que versam sobre o tema.

**Palavras-chave:** Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), Política Externa Brasileira, Contingente Região Centro Oeste, Destacamento de Operações de Paz (DOPaz).

## ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH) in the foreign policy of the Luiz Inacio Lula da Silva government. The intention is to present some considerations regarding Brazilian foreign policy and the effects of the performance of the Midwest region contingent. This will be done by presenting the Haitian historical setting and by examining the motivations that led Brazil to accept the MINUSTAH command. Haiti, the second colony in the American continent to obtain independence, has gone through decades of dictatorships and political struggles and, therefore, several foreign interventions were carried out in the country. However, over the years, the deficient state structure intensified, and, along with serious socio-economic crisis, natural disasters and disease outbreaks, suffering among the population also increased. In 2004, with the resignation of President Jean-Bertrand, a widespread chaos broke out and caught the attention of the international community. MINUSTAH (approved by Resolution 1542 of UNSC on April 30, 2004) arrived in Haiti on June 1<sup>st</sup> of the same year under the leadership of Maj. Gen. Augusto Heleno Ribeiro Pereira. The mission aims were: to support the constitutional and political process of the country; to seek to guarantee a safe and stable environment to all the citizens; to aid the transitional government in monitoring and reforming the Haitian National Police; to assist in conducting municipal, parliamentary and presidential elections; and to promote and protect human rights. MINUSTAH had their mandates renewed several times through UNSC resolutions, which established the conduct guidelines of the troops and redefined the strategies, adapting these to political, socioeconomic and security transformations that the country presented. The Midwest region contingent, our main research object, arrived in Port au Prince in the first half of December 2006 together with Peacekeeping Operations Group (DOPaz). This group, originally from the Special Operations Brigade based in Goiânia (Brazil), found an environment of immense insecurity. A series of extremely violent kidnappings and several killings were broadcasted in newspapers around the world. The contingent conducted several enforcement operations, which achieved short-term decrease in the levels of violence in the Haitian capital, Port au Prince, and in neighborhoods like Cité Militaire and Cité Soleil. The research was developed with a dialectical approach, with a historical analysis procedure and through literature and document analysis. Various sources of information were used, such as articles from specialized and non-specialized journals, theses, Brazilian Government and the UN official documents, and multiple books that deal with the topic.

**Key Words:** United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH), Brazilian Foreign Policy, Midwest region contingent, Peacekeeping Operations Group (DOPaz)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS E TABELAS

TABELA I – Organograma da Organização das Nações Unidas.....	23
TABELA II – Operações de Paz da Organização das Nações Unidas .....	32
TABELA III – Participação do Brasil no CSNU como membro não-permanente.....	36
TABELA IV – Interesses brasileiros em contribuir para missões de paz .....	40
TABELA V – Países contribuintes para as Missões de Paz da ONU em número de tropas .	42
TABELA VI – A participação do Brasil nas Operações de Paz da ONU .....	43
TABELA VII – A Política Externa Brasileira no Governo Luís Inácio Lula da Silva ....	64
TABELA VIII – Resoluções do CSNU sobre a MINUSTAH .....	82
FIGURA I – Organograma da MINUSTAH .....	85
MAPA I – Cidades do Haiti.....	88
MAPA II – Área de responsabilidade do Batalhão brasileiro no Haiti .....	88
FIGURA II – Brasileiros patrulham ruas de Bel Air em blindados Urutu .....	89
FIGURA III – Casa Azul sob domínio das tropas brasileiras – 2007.....	94
FIGURA IV – Casa Azul.....	94
FIGURA V – Tropas e blindados brasileiros guardam o “Ponto Forte 16”.....	95
FIGURA VI – Evens Jeune preso.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACISO	Ações Cívico-Social
AG	Assembléia Geral
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BRICS	Brasil, Rússia, Índia e China
CASA	Comunidade Sul-americana de Nações
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sergio Vieira de Mello
CS	Conselho de Segurança
CSD	Conselho de Defesa Sul-Americano
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS	Cooperação Sul-Sul
DNOG	Divisão Naval em Operações de Guerra
DOPaz	Destacamento de Operações de Paz
DOSPaz	Destacamento de Operações Sociais e Psicológicas de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FE	Forças Especiais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMEI	Força Multinacional de Emergência Interina na República Democrática do Congo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para Populações
FRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul



INTERFET	Força Internacional para o Timor Leste
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LDN	Liga das Nações
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIF	Multinational Interim Force
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCA	Operação Casa Azul
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFAN	Operação Feliz Ano Novo
OJS	Operação Jauru Sudamericano
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONP	Operação Natal Pacífico
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
OPA	Operação Pan-Americana
PE	Política Externa
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PKO	<i>Peacekeeping Operations</i>
PND	Política Nacional de Defesa
PNH	Polícia Nacional Haitiana
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	República Democrática do Congo
SDN	Sociedade das Nações
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TATU	Operação Armadillo
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNAVEM III	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNEF I	Primeira Força de Emergência das Nações Unidas
UNMISET	Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste
UNTSO	Organização para Supervisão de Trégua das Nações Unidas

Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia omitir-se diante de uma situação concreta.

Discurso na LIX Assembléia Geral da ONU, Nova York, 21 de setembro de 2004.

As iniciativas Sul-Sul de nossa cooperação internacional não prejudicam relações tradicionais e indispensáveis com nossos parceiros industrializados. Partem da constatação evidente de que alcançamos níveis de maturidade política e econômica, que nos habilitam a ampliar nossos horizontes de atuação. Ao chegarmos de cabeça erguida nas negociações internacionais, somos mais respeitados. A presença significativa de países sul-americanos na missão das Nações Unidas no Haiti é exemplo da contribuição que podemos prestar para a promoção da paz e da segurança. Estabelece um novo paradigma de cooperação internacional, em que a reconstrução econômica e social é a chave para a solução duradoura dos conflitos.

Discurso na Abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, Brasília, 29 de setembro de 2005.

FONTE: Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 37,59.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A ATUAÇÃO BRASILEIRA NAS OPERAÇÕES DE PAZ.....</b>	<b>18</b>
1.1 A Organização das Nações Unidas na contemporaneidade... ..	19
1.1.1 O processo decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	25
1.2 As Operações de Paz das Nações Unidas.....	28
1.3 A Experiência Brasileira nas Operações de Paz.....	34
<b>CAPÍTULO II – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....</b>	<b>46</b>
2.1 Política Externa Brasileira: conceitos e antecedentes históricos.....	47
2.2 Política Externa Brasileira no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) .....	55
2.2.1 A busca brasileira por um protagonismo internacional .....	65
2.3 As motivações brasileiras para a participação na MINUSTAH.....	68
2.4 O neoinstitucionalismo na Política Externa Brasileira .....	70
<b>CAPÍTULO III – ATUAÇÃO DO CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE NA MINUSTAH.....</b>	<b>74</b>
3.1 Sucessivos momentos de instabilidade no Haiti: breve histórico .....	75
3.2. Participação brasileira na MINUSTAH.....	78
3.2.1 Contribuições do contingente região Centro Oeste: atuação do DOPaz na contenção da violência.....	86
3.2.2 Excessos atribuídos ao contingente região Centro Oeste na contenção da violência.....	100
3.3 As várias faces do desrespeito aos direitos humanos no Haiti.....	104
3.4 Reflexos da MINUSTAH na Política Externa Brasileira e na Sociedade Haitiana.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>

## INTRODUÇÃO

Após o encerramento da Guerra Fria, o sistema internacional passou por transformações em seu ordenamento, o multilateralismo fortaleceu-se com a adesão de alguns países a acordos com temáticas específicas e importantes para todo o sistema internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) consolidou-se como organismo multilateral para resolução de contendas com respaldo de grande parte dos Estados que compõem o sistema internacional.

O Brasil irá buscar junto aos órgãos multilaterais, em especial a ONU, expandir sua atuação, e conseqüentemente, dinamizar seu desempenho na seara internacional. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendia a inclusão de aspectos políticos e sociais no processo de integração econômica e nas discussões dentro dos fóruns multilaterais, interpretando-os como espaços estratégicos para a inserção do Brasil nas relações internacionais contemporâneas (ALMEIDA, 2006, p.558).

De acordo com Pinheiro, o Brasil pautou-se constantemente pela busca de presença mais significativa no sistema internacional (2004, p. 26), assim sempre esteve presente nos diversos arranjos no processo de construção de uma nova ordem mundial.

Além disso, Lula da Silva em alguns de seus discursos enalteceu a importância das relações do Brasil com os países vizinhos do continente sul-americano e ressaltou que estas estavam originando um “inédito sentimento de parentesco e de parceria” (CORRÊA, 2007, p.701).

Dentre as ações do Brasil para se fazer presente no campo regional e assumir maior protagonismo nas Nações Unidas, destaca-se a liderança da operação de paz da ONU no Haiti. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada pela Resolução 1.542 de 30 de abril de 2004 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e o envio de tropas brasileiras para a missão foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 13 de maio e no Senado dia 19 de maio de 2004 por meio do Decreto Legislativo n. 207.

São várias as razões que despertaram o interesse brasileiro na missão, segundo Uziel, “a tradição brasileira de dar prioridade à solução multilateral de conflitos e o [...] compromisso com a solução pacífica de controvérsias (2010, p. 95/96). Ainda de acordo com o autor, pesava ainda a favor da participação brasileira

na missão o fato do “Brasil [ser] um país de referência no CSNU para promover a paz e não se poderia furtar a essa responsabilidade como um dos fundadores e entusiastas da Organização” (2010, p. 96,97). Além disso, o Brasil tinha experiências antecedentes<sup>1</sup> em missões de paz e havia respondido as mesmas com êxito.

A MINUSTAH é a oitava missão internacional no Haiti criada pelo CSNU com o objetivo de pacificar o país, desarmar grupos de oposição e auxiliar no desenvolvimento institucional e econômico.

A história desse país é marcada por revoltas, golpes ditatoriais, intervenções estrangeiras e catástrofes naturais. O Haiti é a nação mais pobre do continente americano e tem uma estrutura estatal deficitária.

Dentre as tropas brasileiras que participaram da MINUSTAH, o contingente região Centro Oeste contribuiu de forma satisfatória no quesito segurança pública. O 6º contingente realizou várias operações e destacou-se no combate à violência urbana, usando inteligência, tecnologia e a experiência dos militares em combate, conseguiu diminuir os índices de criminalidade e atos de vandalismo na capital do Haiti, Porto Príncipe, e em bairros como Cité Militaire e Cité Soleil.

Assim sendo, investigar a atuação do contingente região Centro Oeste e suas contribuições para a missão, seja na pacificação e desarmamento de grupos criminosos ou em trabalhos ligados à área social é importante, pois demonstra o compromisso das tropas da região Centro Oeste com os objetivos da missão.

É objetivo central dessa dissertação analisar a MINUSTAH na Política Externa (PE) do governo Luiz Inácio Lula da Silva; a participação brasileira nas missões de paz da ONU; as motivações que levaram o Brasil a aceitar o comando da MINUSTAH; a atuação do contingente região Centro Oeste e os reflexos da MINUSTAH para o Haiti e para o Brasil.

O método de abordagem desta pesquisa é o dialético, pois permite a análise dos fatos levando em consideração que o conhecimento não é algo rígido, mas que pode sofrer constantes mudanças influenciado por vários fatores. “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados

---

<sup>1</sup> Desde 1947, o país participa de missões de paz da ONU, tendo já contribuído com mais de 30 mil militares e policiais. Integrou operações na África (Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Central e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia). O Brasil cedeu tropas em Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Líbano (UNIFIL) (LBDN, 2012, p. 160-161).

isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais” (GIL, 2008, p. 14).

Buscou-se reconstruir por meio de uma investigação histórica a atuação do contingente região Centro Oeste no Haiti, através de pesquisas bibliográficas e documentais, sendo usada várias fontes de informações: artigos de periódicos especializados e não especializados, dissertações, teses, documentos oficiais do Governo Brasileiro e da ONU, e múltiplos livros que versam sobre o tema.

Nesse sentido, essa dissertação terá dois problemas centrais que formam seu eixo de investigação: Qual a mudança significativa na PEB no governo Lula frente ao sistema internacional e como tal mudança se relaciona com a motivação do Brasil para comandar a MINUSTAH?

Dentre as hipóteses levantadas foi constatado que a participação brasileira nos organismos internacionais está ligada à tradição diplomática brasileira. Dessa forma, o aceite brasileiro para comandar a MINUSTAH está em confluência com os princípios da tradição brasileira que busca maximizar a participação do país nos órgãos multilaterais, em especial a ONU, aspirando ao assento permanente no Conselho de Segurança (CS) da instituição.

Porém, também é notório que a colaboração brasileira nos organismos internacionais surge como uma estratégia mais ativa visando consolidar a participação e a capacidade brasileira para atuar em assuntos importantes do sistema internacional. De acordo com Seitenfus, a estratégia do Brasil perante o mundo representa dois aspectos: primeiro, a luta pelo reforço multilateral e, segundo, uma política voltada para os países do sul (2006, p. 273,289). É um momento novo para a Política Externa Brasileira (PEB), que mostra sua autonomia, força e liderança em experiências práticas no sistema internacional.

Essa dissertação justifica-se por abordar um tema de relevância internacional, nacional e regional, por examinar os esforços da diplomacia brasileira na busca de maior protagonismo no âmbito da ONU, por verificar a atuação do comando brasileiro na MINUSTAH, a participação do contingente da região Centro Oeste na missão e os eventuais impactos da missão para o Brasil e o Haiti.

Mas porque o interesse em estudar essa missão de paz especificamente? A MINUSTAH é a primeira missão de paz que o Brasil comanda, apesar de já ter participado de várias missões importantes anteriormente. Essas participações revelaram de forma concreta a solidariedade brasileira com outros povos frente a

períodos difíceis e o compromisso do Brasil com a paz e segurança na arena internacional.

O resultado das participações brasileiras em missões de paz é a criação de vínculos duradouros de amizade com outros países e o apoio dos mesmos a alguns projetos brasileiros. No entanto, a MINUSTAH é um marco na história da PEB, pois evidencia a capacidade de liderança do país em grandes projetos da ONU.

A dissertação é composta por três capítulos em três níveis de análise, assim o capítulo I realizará uma investigação mais abrangente, a começar por verificar a importância da ONU na contemporaneidade e as operações de paz em seu contexto, finalizando com a descrição da experiência brasileira nessas operações.

O capítulo II fará uma análise doméstica da PEB, seus antecedentes históricos e suas diretrizes no Governo Lula da Silva, a busca brasileira por um protagonismo internacional, as motivações do país para a participação na MINUSTAH e, também verificará, como o neoinstitucionalismo pode ser visualizado na PEB nesse período.

O capítulo III abordará a atuação do contingente região Centro Oeste na MINUSTAH, para isso buscará mostrar os sucessivos momentos de instabilidade no Haiti, a participação brasileira na missão, as contribuições do contingente na contenção da violência urbana, assim como os excessos atribuídos aos mesmo, as várias faces do desrespeito aos direitos humanos no Haiti e os reflexos da participação brasileira na MINUSTAH.

O capítulo III ainda fará uma descrição das operações realizadas pelo contingente através da atuação do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) na contenção da violência urbana. Esse grupo é oriundo da Brigada de Operações Especiais com sede em Goiânia e é objeto de nossa pesquisa visando atender a um dos requisitos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Para verificar a atuação do contingente Centro Oeste, também denominado 6º contingente, foi necessário intensa pesquisa, no entanto, houve dificuldades em reunir informações oficiais sobre a atuação dessa tropa, pela falta de dados publicados. Além disso, como o contingente atuou na MINUSTAH no final de 2006 até meados de 2007, muitas informações foram perdidas pela ação do tempo. Mesmo assim, foi feita uma investigação histórica baseada em livros, reportagens, mesmo que curtas e escassas, em jornais de grande circulação e, principalmente, nas



resoluções do CSNU e em relatórios da instituição que avaliavam o andamento da missão.

Em suma a dissertação, além de realizar uma reflexão sobre a participação brasileira nas operações de paz da ONU, a inserção da MINUSTAH na PE do governo Lula e a atuação do contingente região Centro Oeste na missão, almeja servir de fonte de informação à interessados na matéria apresentando dados pormenorizados sobre a participação brasileiras em missões e a atuação do contingente região Centro Oeste.

## **CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A ATUAÇÃO BRASILEIRA NAS OPERAÇÕES DE PAZ**

As guerras mundiais, são exemplos de acontecimentos que colaboraram para mudanças na estrutura do sistema internacional, gerando impactos políticos e econômicos sobre diversos países, alterando a percepção sobre conceitos até então consagrados como o de segurança coletiva.

O surgimento de novos atores na Europa Oriental, Oriente Médio, América Latina, África e Ásia também contribuíram para uma redefinição das relações de poder no sistema internacional. Assim, alguns países em ascensão passaram a ocupar lugar de proeminência nas relações internacionais, participando ativamente de decisões importantes nos campos políticos, econômicos e de segurança do sistema internacional.

A ONU consolidou-se como órgão de representação máxima do ideário coletivo e fórum de debates e decisões em torno de temas importantes como segurança internacional, defesa dos direitos individuais e liberdades fundamentais, busca pela expansão da democracia e garantia do bem estar coletivo.

Nesse sentido, a ONU através da mobilização e ação de seus países membros e contribuintes vem realizando desde 1948 várias operações de paz em diferentes continentes, buscando minimizar as sequelas de mazelas mundiais.

Contemporaneamente, o Brasil tem ocupado uma posição de maior evidência no panorama das operações de paz da ONU, e é visto como um tradicional colaborador das missões. No entanto, a intensidade da atuação brasileira oscilou em alguns anos, contudo, hoje o Brasil ocupa a 16ª posição, segundo o sítio do Exército Brasileiro, na lista de contribuintes de tropas para as operações de paz.

Como um entusiasta e contribuinte ativo da ONU, o Brasil sempre participou de diversas missões de paz, porém visualizou na MINUSTAH a oportunidade para evidenciar seu compromisso com a instituição e o sistema internacional na busca de uma sociedade mundial mais justa e segura, além é claro, de demonstrar seu interesse por um assento permanente no CSNU é ratificar sua liderança na América do Sul.

## 1.1 A Organização das Nações Unidas na contemporaneidade

Desde o fim da Guerra Fria discute-se muito a questão da segurança coletiva no cenário mundial mediante o surgimento de violentos conflitos em diversos países que repercutem em todo sistema internacional. Porém, esse tema já era debatido desde a criação da Sociedade das Nações (SDN) também conhecida como Liga das Nações (LDN).

A SDN foi concebida após o fim da Primeira Guerra Mundial, pelos países vitoriosos, em Versailles, França, em 1919. A SDN era um tratado de paz que tinha como objetivo central a criação de um organismo internacional que tivesse condições de assegurar a paz em um mundo que estava traumatizado pela guerra.

A respeito dessa OIG, Seitenfus esclarece: “tratava-se de uma associação intergovernamental, de caráter permanente, de alcance geral e com invocações universais, baseada nos princípios da segurança coletiva e da igualdade entre Estados soberanos” (2012, p.105). Ainda de acordo com o autor, a SDN tinha três objetivos principais: “segurança; a cooperação econômica, social e humanitária; a execução de certos dispositivos dos tratados de paz de Versalhes” (*Idem, ibidem*, p. 105).

Em 1920, na Suíça, aconteceu a Primeira Assembléia Geral da SDN que teve como pauta central o objetivo imediato de asseverar a paz através do diálogo diplomático entre os chefes de Estados visando à resolução de possíveis litígios internacionais.

A SDN teve sucesso em algumas ocasiões, como na assinatura de alguns tratados especiais que tinham por objetivo proteger as minorias após o fim da Primeira Guerra Mundial, todavia, a SDN malogrou em outras áreas como na tentativa de adotar medidas multilaterais para enfrentar a crise econômica mundial durante a década de 1920. Para Seitenfus:

O crescente desemprego, a falta de perspectivas e as decepções acumuladas tornaram-se um fértil terreno para demagogia e para as soluções radicais. O egoísmo nacional renasce, materializando-se na tradicional diplomacia bilateral e secreta. Internamente, as forças do isolamento e do nacionalismo reaparecem. Assim surgiram o nazismo na Alemanha e o militarismo expansionista no Japão. O fascismo italiano recuperou suas posições mais intransigentes. A SDN ficou desamparada perante esta nova e inesperada situação (2012, p.120).

A SDN também não obteve sucesso na contenção da invasão japonesa em setembro de 1931, quando o país atacou a Manchúria, província chinesa. A organização não adotou nenhuma medida antinipônica.

O controle bélico e a adoção de uma política de desarmamento sempre foi o principal objetivo da SDN, a instituição visava proporcionar um ambiente seguro para construção de relações amistosas entre os países. No entanto, em 1933, com Hitler no poder, a Alemanha deixa a SDN em 14 de dezembro, e de acordo com Seitenfus, começa a equipar suas forças armadas reativando o serviço militar obrigatório Alemão, montando assim um exército de 600 mil homens.

O comportamento do Estado Alemão evidenciava a falta de autoridade da SDN frente aos projetos internos das grandes potências e deixava claro que a mesma não conseguia colocar em prática suas responsabilidades na busca da almejada segurança coletiva para os Estados.

Acrescenta-se ainda a ocupação por parte de Mussolini, governante italiano, da Etiópia, na África, e a falta de resposta da SDN para o caso. Entre 1936-1938, a SDN novamente se calou não interferindo na guerra civil espanhola. De tal modo, frente à ausência de atuação da instituição, até as ditaduras europeias e asiáticas tornaram-se mais fortes.

A ausência dos Estados Unidos da Liga, a incapacidade desta em transformar-se em algo fora e acima dos Estados, o retorno da diplomacia secreta e o egoísmo dos Estados – baseados nos princípios do chamado interesse nacional – marcaram a derrota da SDN. Assim, tristemente, sua 21ª Assembléia, em 18 de abril de 1946, pôs fim à primeira experiência de uma verdadeira organização internacional de caráter universal (SEITENFUS, 2012, p.125).

Formalmente, a SDN encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1947, entretanto, desde meados da década de 1930 já estava perdendo sua credibilidade e prestígio. Seitenfus revela que “o golpe mortal á SDN é desferido, em setembro de 1939, pela Alemanha ao desencadear a Segunda Guerra Mundial” (2012, p.124).

Segundo Deutsch “sua força moral já havia sido antecipadamente destruída pela passividade em face das agressões muito maiores e espetaculares levadas a efeito pelas potências [...] a Liga fracassou, e o mundo caminhou passo a passo para

a Segunda Guerra Mundial e para os 50 milhões de mortos que ela iria causar” (1982, p. 242).

Uma segunda tentativa de buscar a segurança coletiva para o efervescente sistema internacional volta a surgir em 1945 com a criação da ONU, a instituição surgiu com uma proposta de organização capaz de resolver conflitos que eclodiam no mundo pós Segunda Guerra Mundial, fomentando um caminho para as relações cordiais entre os Estados, promovendo desenvolvimento social com uma preocupação focada também na garantia dos direitos humanos.

Essa amplitude de objetivos da organização agora contempla questões econômicas e sociais e tem acentuado a questão da segurança coletiva e a manutenção da paz como temática principal para a sua atuação no sistema internacional.

Para Marcos Castrioto de Azambuja:

As Nações Unidas, por serem um segundo ensaio, contaram com o aprendizado da tentativa anterior e, desta vez, tiveram os Estados Unidos a bordo desde o primeiro momento (com níveis oscilantes, desde então, de adesão e comprometimento), na qualidade de país sede da Conferência de São Francisco e, depois, como aquele que hospeda a sede principal da Organização, em Nova Iorque. Os Estados Unidos, que não estavam em 1919 preparados a assumir responsabilidades de âmbito mundial, claramente estavam prontos para essa tarefa em 1945 e as tendências isolacionistas, vitoriosas em Washington logo depois da Primeira Guerra Mundial, não eram mais dominantes no último mandato de Roosevelt e quando assume o poder o presidente Truman. As Nações Unidas abandonam as ideias desarmamentistas ingênuas de sua predecessora, passam a incluir no seu documento fundacional a temática econômica e social e inovam, de maneira muito significativa, ao propor que seja o princípio da segurança coletiva aquele em torno do qual se organizará a vida internacional (1995, p.140).

Para Deutsch, a ONU tinha quatro metas principais:

1. Preservar as sucessivas gerações do flagelo da guerra;
2. Reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e de grandes e pequenas nações;
3. Manter a justiça e o respeito às obrigações resultantes de tratados e outras fontes do Direito Internacional;
4. Promover o progresso social e melhores padrões de vida dentro de maior grau de liberdade (1982, p. 243).

Tais propósitos atendiam aos anseios da comunidade internacional, naquele contexto, que encontrava-se traumatizada com a guerra e suas consequências e buscava, urgentemente, a paz e a valorização dos direitos humanos. Também havia uma pretensão, por parte da organização, de que fossem respeitadas as obrigações firmada pelos Estados em diversos tratados de paz e a vontade de estimular o progresso social em todos os países.

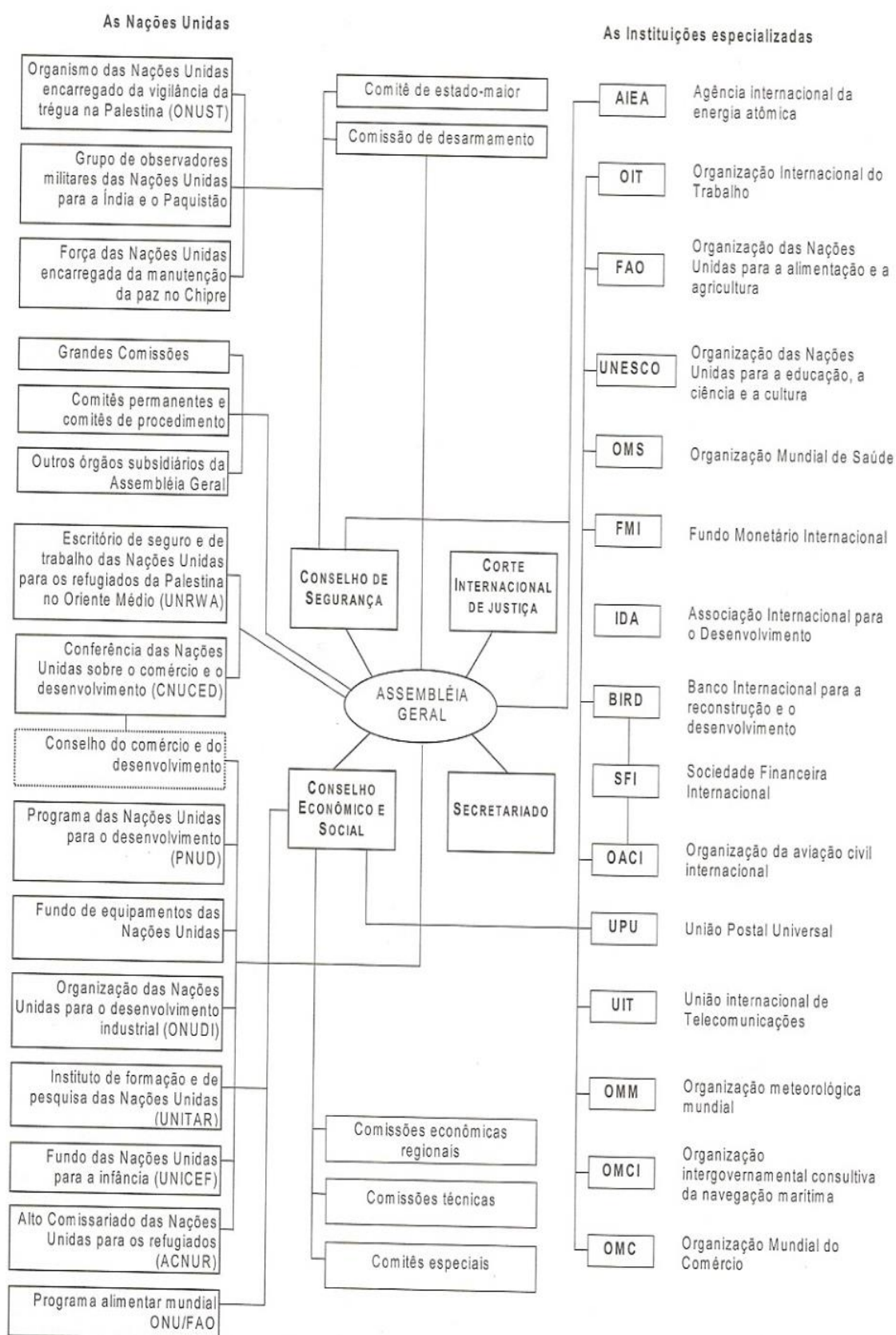
Deutsch afirma que a “ONU mostrava as marcas de compromissos ideológicos característicos da era do moderno Estado de bem-estar social” (1982, p. 243). Para Seitenfus, “a soberania, tanto em sua vertente externa quanto interna, deixa de ser um princípio absoluto e subordinar-se-á aos imperativos da paz e dos direitos humanos” (2012 p. 130).

Visando um funcionamento mais proeminente, a estrutura da ONU tenta contrabalancear “o peso das grandes potências com o princípio da maioria” (SEITENFUS, 2012, p. 140), apesar do uso do veto, em consonância com seus interesses, pelos países que são membros permanentes do CS: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Nessa estrutura destaca-se cinco órgãos principais: Assembleia Geral; Conselho Econômico e Social; Secretariado; Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Segurança.

Há um centro decisório no qual, de alguma forma, todos os órgãos estão interligados, no entanto, de um lado temos os órgãos de apoio e de outro as várias instituições especializadas que atuam em diversas temáticas: energia atômica, trabalho, alimentação e agricultura, educação, ciência e cultura, saúde, questões monetária, reconstrução e desenvolvimento, aviação civil, união postal, telecomunicações, meteorologia, navegação marítima, comércio e outros temas pertinentes ao contexto atual das relações internacionais.

A Assembleia Geral (AG), como pode ser verificado no organograma da ONU (Tabela I), é o órgão central das Nações Unidas, nele todos os Estados-Membros tem direito a um voto e estão representados. A AG reúne-se anualmente, no entanto, quando solicitada pelo CSNU pode convocar sessões extraordinárias. Suas decisões são materializadas através de resoluções, ou seja, recomendações sem poder de constrangimento.

**TABELA I – Organograma da Organização das Nações Unidas**



**FONTE:** SEITENFUS, 2012, p. 141.

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) foi instituído com o objetivo de amenizar os desequilíbrios sociais e econômicos existente no sistema internacional, entendendo que a melhoria das condições sociais e econômicas gerariam bem-estar e tornariam as relações entre os países mais harmoniosas.

Por conseguinte, o ECOSOC tem como objetivo “criar condições de estabilidade e bem-estar, níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social” (Art. 55, Cap. IX, Carta das Nações Unidas, UNIC-Rio, 2012, p. 44).

O ECOSOC se reúne duas vezes por ano com autonomia para adota seu regulamento interno (Art. 72), e “criar comissões que forem necessárias para o desempenho de suas funções” (Art. 68) (*Idem, ibidem*, p. 51,52).

O Secretariado das Nações Unidas consiste na parte administrativa da organização, assim o Secretário-Geral é o funcionário de maior destaque da instituição, dispõe de imunidade diplomática, juntamente com seus assessores e demais funcionários internacionais.

O Secretário pode mediar conflitos, assim suas declarações e atitudes são importantes, pois o mesmo torna-se uma referência independente em atuações diplomáticas, já que conta com a confiança de diversos Estados.

A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário da ONU e tem como principais competências a interpretação de tratados e a verificação de violações de compromisso internacionais com a paz, segurança e respeito as liberdades e direitos no sistema internacional.

Assim, dotada de uma estrutura arrojada, mas que ainda precisa se adequar a rapidez das transformações mundiais, a ONU busca cumprir seus objetivos contemporaneamente.

Sua atuação é imprescindível para a ordem mundial, pois promove a solução pacífica de controvérsias em grande parte dos conflitos que media, incentiva operações de paz onde as mesmas são necessárias para assegurar a continuidade da vida e estimula um desenvolvimento sustentável das nações buscando reduzir os contrastes sociais.



### 1.1.1 O processo decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas

O ideal central da ONU considerava a criação de um sistema central onde os membros do CS<sup>2</sup> têm como responsabilidade a manutenção da ordem através da sustentação da segurança internacional e, principalmente da paz. Assim, “a manutenção da paz é o principal objetivo da ONU” (MOREIRA, 2011, p. 519).

O Conselho é o órgão de maior expressão da ONU, seus Estados-membros firmam o compromisso de atender as decisões tomadas pelo órgão e os Estados que não obedecerem as suas resoluções podem sofrer sanções econômicas e outras.

O âmago da capacidade de ação da Organização das Nações Unidas está no Conselho de Segurança. Os membros das Nações Unidas conferem ao Conselho de Segurança a responsabilidade primordial de manter a paz e a segurança internacionais, e concordam em que, no cumprimento de seus deveres, o Conselho de Segurança aja em seu nome (Art.24.1). **Se o Conselho pode agir, as Nações Unidas também podem; se o Conselho não pode, as Nações Unidas não conseguem senão acenar com alguns gestos.** Isso foi previsto desde o início. Enquanto a Assembléia caberia debater, **ao Conselho caberia agir.** A carta fala da Assembléia como competente para “recomendar”; ao Conselho ela dá poderes para decidir (Arts. 25, 27, 39, 41, 44 e 48) [Grifo nosso] (DEUTSCH, 1982, p. 245).

O CS tem um histórico importante de decisões dentro do sistema internacional, algumas cabíveis de debates devido a enorme pressão dos Estados Unidos dentro da organização em alguns processos decisórios. O país, em algumas ocasiões, e de acordo com seus interesses nacionais, chegou a não cumprir alguns preceitos instituído pela organização, contudo, é necessário frisar que até mesmo “nos anos mais rígidos da Guerra Fria, [o CS não deixou] de funcionar ainda que de forma acessória em áreas que, embora residuais, não deixaram de ter relativa importância para o processo da manutenção da paz internacional” (AZAMBUJA, 1995, p.141).

Durante esse período, o CSNU tornou-se o palco central para debates entre os principais atores e, posteriormente a esse momento, a ONU vem demonstrando

---

<sup>2</sup> A ONU possui atualmente 193 países-membros. O Conselho de Segurança é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Em 2011 foram eleitos dez membros não-permanentes: África do Sul (que deixou o Conselho no final de 2012), Alemanha (2012), Bósnia-Herzegovina (2011), Brasil (2011), Colômbia (2012), Gabão (2011), Índia (2012), Líbano (2011), Nigéria (2011) e Portugal (2012). Para mais informações consultar os sites da ONU: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/paises-membros/>; <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/como-funciona/>; <http://www.brasil-cs-onu.com/o-conselho/membros/>; <http://www.brasil-cs-onu.com/o-conselho/membros/>> Acesso: 01 de outubro de 2013.

sua importância na mediação de conflitos regionais e na defesa dos direitos individuais e liberdades fundamentais.

Na atualidade, independentemente de sua nacionalidade, o indivíduo tem direito a uma existência segura, assim, com o passar dos anos a linha que separa um assunto interno de um assunto de interesse global tornou-se frágil e tem sido ultrapassada, em casos especiais, para manter o bem estar e a segurança coletiva.

A comunidade internacional tem obrigação de agir em situações em que a segurança das pessoas se vê ameaçada, assim, a segurança das pessoas é reforçada quando as entidades humanitárias entram em ação não só para prestar auxílio, mas também para garantir os direitos humanos fundamentais e a segurança de todas as vítimas de conflitos ou catástrofes, sejam elas naturais ou causadas pelo ser humano (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 63,64).

Ao CSNU foi delegada “a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais” (Art. 24), cabendo ainda ao CS chegar à uma “Solução Pacífica de Controvérsias” (Art. 33 a 38), ou caso seja necessário promover ou executar sanções militares contra Estados que inflijam “Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão” (Art. 39 a 51) (UNIC-Rio, 2012, p. 23,41).

Atualmente, busca-se um sistema global que reage a agressões diversas que golpeie o direito internacional, assim, “o conceito de segurança coletiva, que se formou antes e durante a guerra de 1914-1918, [que] não pretendeu eliminar a soberania dos Estados [procurando] sim limitar as suas possibilidades de agressão” é insuficiente aos nossos dias, pois “parece evidente que um sistema de segurança coletiva não pode vigorar respeitando o conceito maquiavélico da soberania absoluta” (MOREIRA, 2011, p. 123,529).

Para Cançado Trindade “o Direito Internacional dos Direitos Humanos tem contribuído, mais do que qualquer outro domínio, para a evolução do Direito Internacional, de um enfoque estatocêntrico para uma nova visão antropocêntrica” (2010, p. 03). Para o autor essa evolução é reflexo do processo de humanização do Direito internacional.

A supressão ou diminuição de conflitos armados entre os Estados ou internamente, exige restrições à soberania. O Estado hoje prossegue independente, escolhe seu regime político, modelo econômico, tem liberdade para atuar em uma infinidade de temas, no entanto, no que tange a ameaças aos direitos e liberdades

fundamentais do homem, quando revelados e confirmados, pode levar o sistema internacional através da ONU a tomar medidas que ultrapassem seus limites territoriais.

Assim sendo, as questões internas de cada Estado passaram a preocupar e influenciar as transações econômicas e a linha política dos demais Estados da sociedade internacional. Episódios importantes colocaram em xeque a soberania estatal sobre tudo e todos. “A soberania territorial não atribui ao Estado uma liberdade ilimitada de ação” (CORREL, 2000, p. 93). Deste modo, se um Estado encontra-se fragilizado e não consegue garantir segurança a sua própria população, ele abre margem para atuação dos demais Estados do sistema internacional em seu território.

O direito dos demais Estados em intervir é conferido pelo princípio da responsabilidade de proteger que compele a todos os Estados da ordem internacional vigente. Esse princípio ainda encontra resistência e, as vezes, choca-se com a questão da soberania estatal, surge então, um intenso debate no campo das Relações Internacionais: como respeitar a soberania de um estado e ao mesmo tempo proteger o indivíduo de barbáries praticadas pelo mesmo?

Para Ana Maria Bierrenbach:

A responsabilidade de proteger apresenta-se como a **nova “fórmula” que possibilita a prática das intervenções humanitárias**: em casos de graves violações, como genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e limpeza étnica, **a quebra da soberania, representada pela intervenção, seria não só legítima, mas também legal**. A solução do impasse leva em conta, portanto, duas dimensões: a da legitimidade e a da legalidade [Grifo nosso] (2011, p. 23).

Cançado Trindade enfatiza que um dos maiores legados do pensamento jurídico do século XX “foi haver afirmado a personalidade e capacidade jurídicas do ser humano no plano internacional”. Segundo autor, “não há “neutralidade” no Direito. Todo Direito é finalista, e os destinatários últimos das normas jurídicas, tanto nacionais como internacionais, são os seres humanos” (2010, p. 03).

Assim sendo, cabe ao CSNU, como a toda sociedade internacional, buscar por intermédio de seus Estados-Membros, manter a paz e a segurança internacionais, construindo uma sociedade mundial mais justa e segura, onde os seres humanos sejam respeitado em todas as esferas jurídicas internas e internacionais.

## 1.2 As Operações de Paz das Nações Unidas

As missões de paz constituíram-se de acordo com as situações adversas que surgiam no sistema internacional. Eugenio Diniz afirma que a “base jurídica [das missões] foi sendo construída de forma consuetudinária, a partir de cada caso em particular” (2006, p.304).

Ainda de acordo com Diniz, em 1956, quando foi criada a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), o Secretário-Geral da ONU, na época, Dag Hammarskjold, afirmou que a base jurídica para essa operação “estaria no Capítulo VI e meio, ou seja, as operações de paz estariam a meio caminho entre a ‘solução pacífica de disputas’ (título do Capítulo VI) e a ‘ação com respeito a ameaças à paz, quebras da paz, e atos de agressão (título do Capítulo VII) da Carta da ONU” (2006, p.304,305).

A Carta da ONU aponta no Capítulo VI – Solução Pacífica de Controvérsias, artigos 33 a 38, que partes envolvidas em disputas poderão ser convidadas pelo CSNU, caso seja imprescindível, a resolverem suas controvérsias chegando a uma solução por um meio pacífico, além disso, poderá “recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados” para o caso (UNIC-Rio, 2012, p. 30,33).

O Capítulo VII – Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão, artigos 39 a 51, retrata que o CSNU poderá fazer recomendações e decidir medidas que podem ser tomadas à uma das partes como “interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas”, contudo, se essas ações forem insuficientes, o CSNU “poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais” (UNIC-Rio, 2012, p. 33,41).

Na década de 1970, houve ensaios para definição do que seriam as operações de paz, porém, não houve concordância, até mesmo a terminologia causa indecisão, pois grupos de países usam as várias nomenclaturas existentes de acordo com seus motivos históricos e políticos. Assim, “a terminologia utilizada reflete posições e preferências de países e grupos de países” (UZIEL, 2010, p. 20) nos órgãos da ONU, dessa forma um consenso conceitual torna-se quase impossível.

Porém, nos últimos anos, o termo *Peacekeeping Operations* (PKO) tem sido bastante utilizados, principalmente por países contribuintes com tropas para as operações de paz. “O Brasil e os países da América Latina compartilham, em grande medida, a preferência pelo termo *Peacekeeping Operations*” (UZIEL, 2010, p. 21).

Paulo R. C. T. da Fontoura esclarece que há vários instrumentos utilizados pela ONU no campo da paz e segurança internacionais, e que dois documentos fundamentam essa temática: “Uma Agenda para a Paz” apresentada pelo Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali (17/06/1992) e o “Suplemento de Uma Agenda para a Paz” (31/01/1995) (FONTOURA, 2005, p. 33).

Nesses documentos, as atividades no campo da paz e da segurança estão distribuídas em cinco categorias, são elas: Diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), Promoção da paz (*peacemaking*), Manutenção da paz (*peacekeeping*), Consolidação da paz (*post-conflictpeace-building*) e a Imposição da paz (*Peace-enforcement*). Vejamos a seguir brevemente sobre cada uma dessas modalidades.

A Diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), consiste em atividades que preveni o surgimento de conflitos e o alastramento do mesmo caso o conflito ecloda. Essa modalidade é regida pelo capítulo VI da Carta da ONU (*Idem, ibidem*, p. 33,34).

A Promoção da paz (*peacemaking*) incide em atos diplomáticos após o início de um conflito, nessa modalidade busca-se chegar a um acordo de paz com os lados opostos, ver temas e dilemas de cada parte, para negociarem. Essa categoria também é regida pelo capítulo VI da Carta da ONU, porém, de acordo com Fontoura, pode haver imposição de sanções, adentrando assim, nas ações coercitivas previstas no capítulo VII da Carta da ONU (*Idem, ibidem*, p. 34).

A Manutenção da paz (*peacekeeping*) consiste em realizar um acordo entre as partes tomando medidas para cumprimento do mesmo. Atividades serão desenvolvidas com o consentimento das partes envolvida no conflito, “por militares, policiais e civis, para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito” (*Idem, ibidem*, p.34).

A Consolidação da paz (*post-conflictpeace-building*) é levada em campo após a assinatura de um acordo de paz, visando “fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas

institucionais, a recuperar a infra-estrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica” (*Idem, ibidem*, p. 34,35).

Fontoura esclarece que nessa fase as ações visando o desenvolvimento econômico e social do país são realizadas por órgãos da ONU, no entanto, dependendo da situação do país anfitrião, os militares desenvolvem essas atividades. No caso da MINUSTAH, inicialmente por causa da violência que imperava no país, as atividades e projetos eram desenvolvidos pelos militares da missão, posteriormente, com o controle da criminalidade, várias agências da ONU e Organizações Não-Governamentais (ONGs) conseguiram implantar e desenvolver projetos no país, conforme será relatado no capítulo III.

Por fim, há uma última atividade no campo da paz e da segurança desenvolvida pela ONU. A Imposição da paz (*peace-enforcement*) que consiste em ações sob a guarda do capítulo VII da Carta da ONU que inclui “o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o CSNU tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” (*Idem, ibidem*, p. 35).

Ainda sobre as operações de paz, seu financiamento e seus componentes, Uziel esclarece que:

operações estabelecidas pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de quem recebem mandatos e a quem se reportam periodicamente, que são financiadas por contribuições de todos os membros das Nações Unidas e estão sob comando e controle do Secretário-Geral e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO); englobam militares, policiais e civis e, no terreno visam a controlar ou resolver conflitos, respeitando os princípios da imparcialidade, consentimento das partes e uso da força somente em legítima defesa (2010, p. 22).

Sena Cardoso defende que as operações de paz são “instrumento ou técnica para controle e administração de conflitos por terceiros, [e] podem servir para diluir tensões na medida em que propiciem saídas aceitáveis para situações embaraçosas” (1998, p. 17). Ainda de acordo com o autor, as operações contribuem para estabilizar um conflito, pois conseguem reduzir o nível de ansiedade dos atores envolvidos, através das medidas adotadas para resolução do litígio.

Cardoso afirma apoiado nos ensinamentos de Alan James e James Boyd que as operações de paz necessitam de critérios para serem eficazes em sua atuação, portanto, necessitam de elementos essenciais:

- a) ser estabelecidas em um amplo marco internacional;
- b) apoiar-se em mecanismos claros e aceitos para a cessão de pessoal e correspondente reembolso;
- c) contar com o consentimento expresso do Estado ou Estados anfitriões;
- d) lograr assegurar a efetiva cooperação política das partes no conflito;
- e) [conseguir] presença militar ou quase-militar internacional;
- f) prevenir ou conter a violência;
- g) [exercer] o uso limitado da força para consecução desse objetivo;
- h) criar as condições e o ambiente mais favoráveis para a solução pacífica do conflito e das diferenças e ele associadas (CARDOSO, 1998, p. 18).

A primeira Operação de Paz da ONU foi em 1948, a Organização para Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO) constituída para conferir uma trégua entre Israel e países vizinhos. Porém, Diniz aponta como baliza real que dinamizou as PKO, a UNEF I em 1956, essa operação foi estabelecida devido a crise entre árabes e israelenses no Egito, perdurando até 1967. De 1948 até abril de 2013 foram estabelecidas 69 Operação de Paz no âmbito das Nações Unidas, conforme evidenciado na Tabela II.

As operações de paz seguem alguns princípios, como a imparcialidade, porquanto visam ajudar as partes envolvidas à chegarem a um acordo/solução, por conseguinte, à paz. É necessário, também, que as partes envolvidas em uma controvérsia concordem com a presença da ONU e que, ao menos uma, esteja realmente comprometida em alcançar uma solução pacífica.

Segundo Moreira, a intervenção por parte da ONU que tornou-se mais notória é a das Forças de Paz (Capacetes Azuis) que tem as seguintes características: “a) são de constituição voluntária pelos Estados; b) os Estados que são parte no conflito têm de consentir previamente; c) não combatem, interpõem-se entre os contendores e apenas exercem a legítima defesa; d) como regra, as superpotências não fornecem contingente” (2011, p. 520). Todavia, a atuação da ONU no sistema internacional abrange diversas temáticas e campos através de suas agências especializadas.

Com o passar dos anos, vários conflitos eclodiram no sistema internacional, e estes criaram novos desafios para a ONU no gerenciamento das PKO.

**TABELA II – Operações de Paz da Organização das Nações Unidas – 1948 a 2013**

	<b>Sigla</b>	<b>Missão</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
1	UNTSO	United Nations Truce Supervision Organization	May 1948	Present
2	UNMOGIP	United Nations Military Observer Group in India and Pakistan	January 1949	Present
3	UNEF I	First United Nations Emergency Force	November 1956	June 1967
4	UNOGIL	United Nations Observation Group in Lebanon	June 1958	December 1958
5	ONUC	United Nations Operation in the Congo	July 1960	June 1964
6	UNSF	United Nations Security Force in West New Guinea	October 1962	April 1963
7	UNYOM	United Nations Yemen Observation Mission	July 1963	September 1964
8	UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus	March 1964	Present
9	DOMREP	Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic	May 1965	October 1966
10	UNIPOM	United Nations India-Pakistan Observation Mission	September 1965	March 1966
11	UNEF II	Second United Nations Emergency Force	October 1973	July 1979
12	UNDOF	United Nations Disengagement Observer Force	June 1974	Present
13	UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon	March 1978	Present
14	UNGOMAP	United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan	May 1988	March 1990
15	UNIIMOG	United Nations Iran-Iraq Military Observer Group	August 1988	February 1991
16	UNAVEM I	United Nations Angola Verification Mission I	January 1989	June 1991
17	UNTAG	United Nations Transition Assistance Group	April 1989	March 1990
18	ONUSCA	United Nations Observer Group in Central America	November 1989	January 1992
19	UNIKOM	United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission	April 1991	October 2003
20	MINURSO	United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara	April 1991	present
21	UNAVEM II	United Nations Angola Verification Mission II	June 1991	February 1995
22	ONUSAL	United Nations Observer Mission in El Salvador	July 1991	April 1995
23	UNAMIC	United Nations Advance Mission in Cambodia	October 1991	March 1992
24	UNPROFOR	United Nations Protection Force	February 1992	March 1995
25	UNTAC	United Nations Transitional Authority in Cambodia	March 1992	September 1993
26	UNOSOM I	United Nations Operation in Somalia I	April 1992	March 1993
27	ONUMOZ	United Nations Operation in Mozambique	December 1992	December 1994
28	UNOSOM II	United Nations Operation in Somalia II	March 1993	March 1995
29	UNOMUR	United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda	June 1993	September 1994
30	UNOMIG	United Nations Observer Mission in Georgia	August 1993	June 2009
31	UNOMIL	United Nations Observer Mission in Liberia	September 1993	September 1997
32	UNMIH	United Nations Mission in Haiti	September 1993	June 1996
33	UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda	October 1993	March 1996
34	UNASOG	United Nations Aouzou Strip Observer Group	May 1994	June 1994
35	UNMOT	United Nations Mission of Observers in Tajikistan	December 1994	May 2000



36	UNAVEM III	United Nations Angola Verification Mission III	February 1995	June 1997
37	UNCRO	United Nations Confidence Restoration Operation in Croatia	May 1995	January 1996
38	UNPREDEP	United Nations Preventive Deployment Force	March 1995	February 1999
39	UNMIBH	United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina	December 1995	December 2002
41	UNTAES	United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium	January 1996	January 1998
42	UNMOP	United Nations Mission of Observers in Prevlaka	January 1996	December 2002
43	UNSMIH	United Nations Support Mission in Haiti	July 1996	July 1997
44	MINUGUA	United Nations Verification Mission in Guatemala	January 1997	May 1997
45	MONUA	United Nations Observer Mission in Angola	June 1997	February 1999
46	UNTMIH	United Nations Transition Mission in Haiti	August 1997	December 1997
47	MIPONUH	United Nations Civilian Police Mission in Haiti	December 1997	March 2000
48	UNCPSG	UN Civilian Police Support Group	January 1998	October 1998
49	MINURCA	United Nations Mission in the Central African Republic	April 1998	February 2000
50	UNOMSIL	United Nations Observer Mission in Sierra Leone	July 1998	October 1999
51	UNMIK	United Nations Interim Administration Mission in Kosovo	June 1999	Present
52	UNAMSIL	United Nations Mission in Sierra Leone	October 1999	December 2005
53	UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor	October 1999	May 2002
54	MONUC	United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo	November 1999	June 2010
55	UNMEE	United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea	July 2000	July 2008
56	UNMISET	United Nations Mission of Support in East Timor	May 2002	May 2005
57	UNMIL	United Nations Mission in Liberia	September 2003	Present
58	UNOCI	United Nations Operation in Côte d'Ivoire	April 2004	Present
59	MINUSTAH	United Nations Stabilization Mission in Haiti	June 2004	Present
60	ONUB	United Nations Operation in Burundi	June 2004	December 2006
61	UNMIS	United Nations Mission in the Sudan	March 2005	July 2011
62	UNMIT	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste	August 2006	December 2012
63	UNAMID	African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur	July 2007	Present
64	MINURCAT	United Nations Mission in the Central African Republic and Chad	September 2007	December 2010
65	MONUSCO	United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo	July 2010	Present
66	UNISFA	United Nations Organization Interim Security Force for Abyei	June 2011	Present
67	UNMISS	United Nations Mission in the Republic of South Sudan	July 2011	Present
68	UNSMIS	United Nations Supervision Mission in Syria	April 2012	August 2012
69	MINUSMA	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali	April 2013	Present

**FONTE:** Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO). Disponível: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>> Acesso: 24 de outubro de 2013.

Nesse contexto, em 21/08/2000 foi divulgado o Painel das Nações Unidas sobre Operações de Paz (Relatório Brahimi, Nações Unidas, 2000).

O Relatório Brahimi trouxe várias recomendações operacionais e enalteceu a importância das PKO para o sistema internacional. O documento enfatizou a necessidade de as operações de paz terem mandatos claros e atingíveis, uma maior capacidade dissuasória, urgência do findar iminente de hostilidades entre as partes em conflito, imprescindível melhoria no processo de coleta e acesso a informações e um maior comprometimento dos Estados Membros da ONU em contribuir com tropas e demais material indispensável para o desenrolar das missões de paz.

Uziel revela que o Relatório Brahimi cooperou para a ampliação e nova visão das operações de paz, pois “serviu como base para novo entendimento das missões, nova interpretação de suas funções e limites”, outra contribuição importante do documento “foi legitimar a ideia presente havia anos, de que uma nova geração de missões de paz surgira” (2010, p. 66).

As missões de paz da ONU são primordiais em territórios em conflitos, elas representam um alternativa a ineficiência estatal em diversas áreas necessárias para a sobrevivência de sua população. As missões possibilitam um acordo através do diálogo, primando pela democracia e defesa dos direitos humanos, é uma alternativa ao uso da força desregrada e sem propósito.

### **1.3 A Experiência Brasileira nas Operações de Paz**

O Brasil tendo um histórico acentuado de colaboração para a resolução de conflitos na ONU e de compromisso com estabelecimento da paz, democracia e defesa da liberdade e dos direitos individuais. Entretanto, nas últimas décadas começou a assumir mais responsabilidades na gestão de crises internacionais e contribuir ativamente para a aplicação de princípios que garantam uma convivência mais justa e segura às nações da sociedade internacional.

É a partir da década de 1990 que o Brasil vislumbra em sua atuação junto aos organismos multilaterais, prioritariamente na ONU, uma possibilidade de maximizar sua visibilidade no sistema internacional. Assim, volta a fazer parte do CSNU, após décadas, como membro eletivo: 1988-1989, 1993-1994; 1998-1999; 2004-2005 e 2010-2011. Contudo, a participação brasileira na ONU já é notória desde sua criação, como será abordado no capítulo II que retrata sobre diretrizes da PEB.

Atualmente, o país busca conseguir tornar-se membro permanente do CSNU e defende uma nova forma organizacional para a instituição, privilegiando a participação de países que são importantes nos dias atuais no plano econômico e político no sistema internacional.

Para Diniz, é notório que a participação brasileira a partir de 1988/1989 dá-se principalmente em países da América Latina ou de língua portuguesa, assim, “o Brasil claramente privilegia a participação nas áreas que considera prioritárias para a política externa” (2006, p. 321).

Todavia, a atuação brasileira pela via multilateral é uma prática bastante utilizada, até anteriormente a própria criação da ONU, uma vez que advém dos primórdios da SDN, e em sua maioria, sempre defendeu a “igualdade dos Estados e a democratização das relações internacionais” (UZIEL, 2010, p. 80).

Desde meados da década de 1940, o Brasil já utilizava os ‘foros coletivos’ para intensificar sua influência junto aos Estados proeminentes, como os Estados Unidos, sempre de forma cautelosa e com muita precisão soube opinar nos grandes eventos mundiais.

Na Conferência de São Francisco o Brasil advogou em prol da igualdade entre os membros da ONU, mas optou por um posicionamento temperado, o que não impediu sua performance intensa no organismo. Durante a Conferência, o Brasil defendeu e contribuiu nos seguintes tópicos:

- 1) Advogou a inserção de cláusulas que permitissem a legítima defesa individual ou coletiva, processo que resultou no artigo 51 da Carta;
- 2) Insistiu na inconveniência do veto e tentou limitar seu escopo. Estando claro que esse era um ponto inarredável para os Cinco Grandes, aderiu a seu princípio guia de privilegiar o estabelecimento da Organização;
- 3) Atuou para deixar claro que a Assembleia Geral também disporia de competências, ainda que subsidiárias, na área de paz e segurança;
- 4) Foi instrumental na formulação do texto que viria a constituir o artigo 2. 7, que veda às Nações Unidas interferirem em assuntos internos aos Estados;
- 5) Sustentou que a nova Organização deveria ter uma vocação universal, exigindo dos membros apenas adesão a seus princípios e propósitos. No que concerne ao funcionamento das Nações Unidas, o Brasil foi particularmente afeito à ideia de conferências de revisão periódicas, que pudessem, talvez, lhe conduzir ao almejado assento permanente no Conselho de Segurança (UZIEL, 2010, p. 81,82).

Nos anos iniciais da ONU, o Brasil foi atuante e ocupou assento eletivo no CSNU em vários períodos, porém, de 1968 a 1988 o país ficou afastado das operações de paz, conforme pode ser verificado na Tabela III.

<b>TABELA III - Participação do Brasil no CSNU como membro não-permanente*</b>	
<b>Quantidade de Mandatos</b>	<b>Anos em que o Brasil participou como membro eletivo do CSNU</b>
01	1946 - 1947
02	1951 - 1952
03	1954 - 1955
04	1963 - 1964
05	1967 - <b>1968</b> (ficou 20 anos sem mandato no CS)
06	<b>1988</b> - 1989
07	1993 - 1994
08	1998 - 1999
09	2004 - 2005
10	2010 - 2011
* Com direito a voto, mas não a veto. Elaboração própria	

Durante o período do regime militar, o Brasil atuou de forma mais tímida no exterior, contudo, não ocasionou a retirada do país nos trabalhos da ONU, internamente o país passava por momentos delicados e houve percepção de que a “função principal das Forças Armadas era combater os inimigos internos, do regime e não de atuar no exterior” (UZIEL, 2010, p. 85).

No Biênio 1988-1989 o Brasil recuperou seu ativismo na ONU e passou a participar de debates sobre temáticas deixadas em segundo plano anteriormente, como direitos humanos e meio ambiente.

No período em que o Brasil se afastou da ONU e deixou de participar ativamente da organização, o próprio ordenamento jurídico do país, assim como a

estrutura das missões de paz sofreram mudanças. Visando se adequar a esse novo contexto, foram estabelecidos critérios para seu desempenho:

- 1) identificação de ganhos com o envio (experiência militar, adensamento de relações bilaterais, apoio político em outros foros);
- 2) preferência pelo envio de observadores, porque tropas exigiam consideráveis esforços políticos e logísticos;
- 3) escolha de operações de manutenção da paz em que o uso da força fosse claramente circunscrito (UZIEL, 2010, p. 88).

Retomando continuamente sua participação nas missões, o Brasil aprimorou seu desempenho com o passar dos anos, e em meados dos anos 1990 o país já tinha critérios mais definidos sobre sua performance nas missões de paz da ONU:

- a) uso na prevenção ou solução pacífica de conflitos;
- b) regras claras para eventual emprego da força e mandatos exequíveis;
- c) comedimento ao desdobrar as missões, que não devem ser consideradas como panacéia;
- d) necessidade de consultas constantes com os contribuintes de tropas e valorização do papel da Assembleia Geral (UZIEL, 2010, p. 88).

Em 1997, o Brasil voltou a ingressar o Comitê Especial sobre Operações de Manutenção da Paz da ONU como membro pleno, e entre 1988 e 2008, o país já havia enviado militares e civis para cerca de 30 operações de paz em lugares como Angola, Moçambique, Timor-Leste, El Salvador, Macedônia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Libéria, Ruanda, Etiópia-Eritreia, Saara Ocidental, Chade e Haiti (UZIEL, 2010, p. 89).

O parecer de vários órgãos são necessários para a aprovação do envio de tropas à uma missão de paz, a decisão envolve o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Planejamento Orçamento Gestão (MPOG), a Presidência da República e o Congresso Nacional.

Somente por Decreto Legislativo é autorizado a participação brasileira em missões de paz, foi assim que o Congresso endossou através do Decreto 15/1994 o envio de tropas para a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) criada pela Resolução 797 (1992) do CSNU com objetivo de apoiar o processo de paz em Moçambique.

Os parlamentares, ao concordarem com o envio de tropas, argumentaram que a participação na missão estava de acordo com a tradição brasileira de enviar tropas à missões que tinham como objetivo a busca pela paz.

Além disso, ainda pesava a favor a participação brasileira as linhas culturais e históricas entre os países e, por fim, ao mesmo tempo que a missão poderia ampliar a imagem brasileira no exterior, possibilitaria também, ser útil ao treinar homens das Forças Armadas. Para Uziel “a contribuição para o ONUMOZ explicita o caráter inicial da retomada do envio de tropas pelo Brasil” (2010, p. 92).

Do mesmo modo, o processo de autorização para o envio de tropas para a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) aconteceu sem muito embaraço, porém três outros motivos para a participação brasileira foram exposto pelo Governo; o Atlântico Sul já era uma área de influência e participação brasileira, desse modo, o país não poderia se abster em colaborar para a resolução de conflitos que eclodissem na região, ainda, já existia um estreitamento de relações com o continente Africano e a participação na missão intensificaria ainda mais essa cooperação, e por fim, o governo argumentou que com a missão “seria possível fortalecer a postulação a membros permanente do CSNU” (UZIEL, 2010, p. 93). Em concordância com os argumentos apresentados o Congresso Nacional aprovou a participação brasileira na UNAVEM III pelo Decreto Legislativo 31/1994.

O envio de tropas do Brasil para a Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISET) aconteceu na segunda fase da missão em 2004 pelo Decreto Legislativo 206/2004 aprovado sem oposição pelo Congresso Nacional. Porém, desde 1999 o Brasil já vinha contribuindo com a nação timorense, e continuava com o desejo de prosseguir demonstrando “solidariedade àquele povo irmão”.

Todavia, um novo interesse foi levantado para motivar a participação brasileira, “abrir as portas do mercado do Oriente, por meio de um grade entreposto” (UZIEL, 2010, p. 94), ademais, foram apresentadas outras motivações brasileiras:

- 1) cumprir os preceitos do artigo 4º da Constituição, tais como prevalência dos direitos humanos e autodeterminação dos povos;
- 2) contribuir para a assistência humanitária;
- 3) fortalecer o sistema multilateral de solução de controvérsias;
- 4) citando o livro de Paulo R. C. T. da Fontoura, um parlamentar sugeriu a importância de permitir o adestramento das Forças Armadas e valorizar seu papel frente à sociedade (UZIEL, 2010, p. 94).

A MINUSTAH foi autorizada pelo Decreto Legislativo 207/2004, seu processo de aprovação gerou debates e mexeu com a opinião pública e com o Congresso Nacional. Todas as motivações e críticas à participação brasileira na missão serão abordadas no capítulo II que tratará especificamente das diretrizes da PEB e as motivações para o país decidir comandar a missão.

Além dessas operações de paz, o Brasil participou de duas Forças Multinacionais, a Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET) em 1999 no Timor-Leste e a Força Multinacional de Emergência Interina na República Democrática do Congo (FMEI) em 2003 na República Democrática do Congo (RDC).

Para participar da INTERFET foi alegado uma “decorrência natural”, ou seja, o interesse e o apoio brasileiro para contribuir com a estabilidade nos “povos-irmãos”. A participação foi autorizada pelo Decreto Legislativo 5/1999.

Ao ingressar na força multinacional na RDC o governo brasileiro salientou que tal comportamento por parte do Brasil estreitaria os laços de parcerias com os países africanos, além de ficar confirmado, o contínuo apoio que o país estava demonstrando junto a ONU, evidenciando que o Brasil encontrava-se preocupado com as crises mundiais, tendo capacidade para auxiliar no processo de resolução de conflitos internacionais.

Eduardo Uziel faz uma análise comparativa de todos os motivos expostos pelo comando brasileiro para participar das operações de paz aqui analisadas: ONUMOZ, UNAVEM III, UNMISSET, MINUSTAH e as Forças Multinacionais, INTERFET no Timor-Leste e FMEI na RDC. Para o autor existe motivações internas, bilaterais/regionais, e institucionais conforme mostra a Tabela IV.

Segundo Uziel, os interesses brasileiros ao contribuir em missões de paz são múltiplos e oscilam em cada nova oportunidade, porém buscam sintonizar os interesses internos aos externos, conquistando saldos positivos em todas as suas linhas de atuação.

<b>TABELA IV – Interesses brasileiros em contribuir para missões de paz</b>		
<b>Internos</b>	<b>Bilaterais/regionais</b>	<b>Institucionais</b>
Cumprir os princípios do artigo 4º da Constituição;	Solidarizar-se com o país egresso de conflito;	Legitimar candidatura a vaga permanente no CSNU;
Treinar as Forças Armadas;	Adensar relação com o país anfitrião ou com países vizinhos;	Fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos;
Promover o papel dos militares na sociedade.	Adensar relações com outros países contribuintes de tropas;	Maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos;
	Promover comércio e investimentos brasileiros.	Demonstrar capacidade de mobilização.
<b>FONTE:</b> UZIEL, 2010, p. 100.		

A participação brasileira na MINUSTAH, em exemplo, encontra respaldo em mecanismos internos que regem a atuação do país no exterior e também em documentos das Nações Unidas.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) apresenta as ações e pretensões do Brasil na área de defesa e segurança. O Livro, assim como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e à Política Nacional de Defesa (PND) atendem a Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010, e visam esclarecer as atividades de defesa do país.

A PEB sempre pautou pelo uso do diálogo em suas relações internacionais e recorre a cooperação como instrumento para superar obstáculos, mas usa dessa estratégia também, para estreitar laços duradouros com outros países.

Assim, visando atender objetivos estratégicos de expansão de sua atuação internacionalmente, o Brasil definiu metas através do Plano Brasil 2022, entre elas destaque para a meta 3: “Participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas, com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País” (LBDN, 2012, p. 24)



A PND compreendida como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (*Idem, ibidem*, p. 24) entende que segurança nacional e projeção internacional serão conquistadas se o Brasil “contribuir para a estabilidade regional, para a manutenção da paz e da segurança internacionais”, e assim intensificar a projeção brasileira “no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (*Idem, ibidem*, p. 24).

A PND também traça quais os objetivos da Defesa Nacional que são considerados importantes para o Brasil. No texto fica claro o entendimento de que as relações internacionais são reguladas por diversos atores e que estes, dependendo de suas decisões, podem estimular ou limitar a atuação do país nesse acirrado jogo de poder.

Assim sendo, cada país tenta conciliar seus interesses nacionais com possibilidades estratégicas de ascensão e busca por prestígio no sistema internacional. Deste modo, o governo brasileiro traçou alguns objetivos unificando “a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região”. Tais objetivos são:

- I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II - **a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;**
- III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV - **a promoção da estabilidade regional;**
- V - **a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais;**
- VI - **a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais** [Grifo nosso] (Presidência da República, Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005).

Em suma, almejando conseguir maior projeção no sistema internacional e participar dos principais processos decisórios na questão da segurança internacional, o Brasil voltou a agir nas duas últimas décadas com maior intensidade na ONU, ocupando atualmente colocação considerável na lista de contribuintes de tropas da organização.

<b>TABELA V – Países contribuintes para as Missões de Paz da ONU em número de tropas</b>		
<b>Posição</b>	<b>País</b>	<b>Tropas</b>
1 <sup>a</sup>	Paquistão	10.703
2 <sup>a</sup>	Bangladesh	9.715
3 <sup>a</sup>	Índia	9.332
4 <sup>a</sup>	Nepal	3.651
5 <sup>a</sup>	Jordânia	3.577
6 <sup>a</sup>	Gana	2.947
7 <sup>a</sup>	Uruguai	2.589
8 <sup>a</sup>	Nigéria	2.515
9 <sup>a</sup>	Itália	2.505
10 <sup>a</sup>	França	1.986
11 <sup>a</sup>	Senegal	1.936
12 <sup>a</sup>	Etiópia	1.839
13 <sup>a</sup>	China	1.830
14 <sup>a</sup>	Marrocos	1.548
15 <sup>a</sup>	Benin	1.318
<b>16<sup>a</sup></b>	<b>Brasil</b>	<b>1.279</b>
17 <sup>a</sup>	África do Sul	1.212
18 <sup>a</sup>	Turquia	1.177
19 <sup>a</sup>	Espanha	1.164
25 <sup>a</sup>	Argentina	904
32 <sup>a</sup>	Chile	521
35 <sup>a</sup>	Bolívia	454
<b>FONTE:</b> Sítio do Exército Brasileiro. Disponível: < <a href="http://www.eb.mil.br/paises-contribuintes">http://www.eb.mil.br/paises-contribuintes</a> > Acesso: 08 de novembro de 2013.		

O Brasil ocupa a 16ª posição na lista de contribuintes de tropas para as missões de paz de acordo com o sítio do Exército Brasileiro, ficando acima de países importantes como Espanha, Argentina, Chile e Bolívia. No entanto, o país está abaixo de Bangladesh, Nepal, Jordânia, Gana e Nigéria, estes países figuram entre os dez primeiros contribuintes para as missões de paz da ONU.

Esses dados revelam um crescimento da atuação brasileira na ONU, mas também demonstram que para consolidar sua participação na instituição, o país precisa contribuir efetivamente com mais tropas e recursos junto à organização.

A ONU reembolsa parte dos gastos necessários para o país manter tropas em um missão, no caso brasileiro esse “reembolso responde por cerca de 40% dos gastos” (UZIEL, 2010, p. 107).

A atuação brasileira nas operações de paz das Nações Unidas pode ser melhor visualizada na Tabela VI:

<b>TABELA VI - A participação do Brasil nas Operações de Paz da ONU</b>				
	<b>Sigla</b>	<b>Operação</b>	<b>Local/Região</b>	<b>Período</b>
01	UNEF I	I Força de Emergência das Nações Unidas	Canal de Suez-Sinai-Faixa de Gaza	1956-1967
02	ONUC	Operações das Nações Unidas no Congo	Congo	1960-1964
03	UNSF	Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental	Nova Guiné Ocidental	1962
04	UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre	Chipre	1964-presente
05	DOMREP	Missão do Representante do Secretário Geral da ONU na República Dominicana	República Dominicana	1965-1966
06	UNIPOM	Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e no Paquistão	Índia-Paquistão	1965-1966
07	UNAVEM I	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I	Angola	1989-1991
08	ONUCA	Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central	América Central	1989-1992
09	UNAVEM II	Missão de Verificação das Nações Unidas II	Angola	1991-1995
10	MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental	Saara Ocidental	1991-presente

11	ONUSAL	Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador	El Salvador	1991-1995
12	UNPROFOR	Força de Proteção das Nações Unidas Ex-Iugoslávia	Ex-Iugoslávia	1992-1995
13	ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique	Moçambique	1992-1994
14	UNOMUR	Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda	Uganda-Ruanda	1993-1994
15	UNTAC	Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja	Camboja	1992-1993
16	UNOMIL	Operação das Nações Unidas na Libéria	Libéria	1993-1997
17	UNOMSA	Missão de Observação das Nações Unidas na África do Sul	África do Sul	1992-1995
18	UNAVEM III	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola	Angola	1995-1997
19	UNCRO	Operação de Restauração da Confiança das Nações Unidas na Croácia	Croácia	1995-1996
20	UNPREDEP	Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas	Ex-Iugoslávia-Macedônia	1995-1999
21	UNTAES	Administração Transitória da Eslovênia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental	Eslovênia Oriental-Croácia	1996-1998
22	UNMOP	Missão das Nações Unidas em Prevlaka	Península de Prevlaka-Croácia	1996-2002
23	MINUGUA	Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala	Guatemala	1997
24	MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola	Angola	1997-1999
25	UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste	Timor Leste	1999-2002
26	UNOGBIS	Escritório de Apoio das Nações Unidas para a Reconstrução da paz na Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	1999-presente
27	UNAMET	Missão das Nações Unidas no Timor Leste	Timor Leste	1999
28	UNOWA	Escritório do Representante Especial do Secretário Geral para a África Ocidental	África Ocidental	2001-presente
29	UNMISSET	Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste	Timor Leste	2003-2005
30	UNMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria	Libéria	2003-presente

31	UNOCI	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim	Costa do Marfim	2004-presente
32	MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti	Haiti	2004-presente
33	UNMIS	Missão das Nações Unidas no Sudão	Sudão	2005-presente
34	UNMIT	Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste	Timor Leste	2006-presente
35	UNMIN	Missão das Nações Unidas no Nepal	Nepal	2007-presente
36	MINURCAT	Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade	República Centro-Africana e Chade	2007-presente
<p><b>FONTE:</b> Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO)</p> <p>Elaboração própria a partir da leitura e coleta de vários dados disponível na página do DPKO.</p> <p>Disponível: &lt; <a href="http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/index.shtml">http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/index.shtml</a>&gt; Acesso: 12 de outubro de 2013.</p>				

Como verificado, o Brasil é um importante contribuinte de tropas às missões desenvolvidas pelas Nações Unidas, o país viu nesse instrumento utilizado pela organização no campo da paz e segurança internacionais, a possibilidade de imprimir suas percepções sobre a realidade internacional e angariar influência dos países vizinhos privilegiando missões em países da América Latina.

Porém, essa estratégia de atuação já é característica da PEB, é um dos elementos de continuidade que configura marca tradicional da atuação estatal, como será verificado no próximo capítulo

## **CAPÍTULO II – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

A PE de um país serve como instrumento do qual o governante pode dispor para negociar com os demais países do sistema internacional. Através de intensas conversações, na qual cada chefe de Estado prima pela defesa de seus interesses nacionais, os líderes mundiais podem defender estratégias voltadas para a promoção da paz e cooperação ou incitar, dependendo de suas opiniões e decisões, conflitos futuros.

As diretrizes da política exterior de um governo podem influenciar as orientações políticas dos demais países, deste modo, a defesa de interesses por cada nação torna-se feroz e as negociações são uma das formas de se encontrar uma possibilidade de coexistência amistosa em torno de objetivos comuns.

Ter uma PE sólida e confiável é indispensável no atual sistema internacional, exigindo de cada país uma postura firme, clara e coerente em relação as possibilidades de alcance de seus interesses prioritários.

Como exemplo dos eventos que mudaram o cenário internacional nas últimas décadas têm-se as guerras mundiais, o destravar do cenário internacional pelo fim da confrontação bipolar, o relacionamento de questões étnicas ou religiosas com a violência, a expansão do terrorismo, o enfraquecimento das instituições estatais, o surgimento de novos atores na Europa, Oriente Médio, América Latina, África e Ásia e o aumento da participação da sociedade civil em temas internacionais.

Diante de todos esses acontecimentos que refletiram fortemente na estrutura do cenário internacional, o Brasil tem demonstrado ter uma política exterior que privilegia a solução pacífica de conflitos, o respeito aos direitos humanos e uma solidariedade efetiva para com os demais Estados.

Assim, neste segundo capítulo será analisada as principais características da PEB, seus antecedentes históricos e elementos de continuidade que se configuram como marca tradicional da atuação estatal.

Também, será analisada as características basilares da PEB no governo de Luís Inácio Lula da Silva, entre elas a busca pela multilateralização do sistema internacional e a maximização da participação do Brasil nos organismos internacionais, como a ONU. Será examinado como o Brasil tem demonstrado, ao longo dos anos, aspiração por um protagonismo internacional e as motivações do país para participar da MINUSTAH.

## 2.1 Política Externa Brasileira: conceitos e antecedentes históricos

Manfred Wilhelmy define PE como um “conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados” (1988, p. 148). Já Roberto Russell esclarece que a PE é como “área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis – político-diplomática, militar-estratégica e econômica – e que se projeta no âmbito externo tanto no plano bilateral como no multilateral” (1990, p. 255).

Letícia Pinheiro traz uma definição de PE mas abrangente, envolvendo atores tradicionais das relações internacionais e evidenciando a importância dos novos atores não estatais na política internacional. Para a autora a PE pode ser compreendida como:

**conjunto de ações e decisões de um determinado ator**, geralmente mas não necessariamente o Estado, **em relação a outros Estados ou atores externos** – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, **formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional**. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder [Grifo nosso] (PINHEIRO, 2004, p. 07).

Para Monica Hirst, Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro a “política externa brasileira é formulada e conduzida num ambiente doméstico e internacional complexo e é fruto de coalizões de interesses de atores domésticos e internacionais com variada capacidade de influência” (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 24).

A PE de um Estado representa o conjunto de seus objetivos estratégicos, entretanto, esses desígnios podem variar de acordo com as possibilidades e contextos vivenciados, já que essas diretrizes são traçadas a partir das conveniências e demandas de natureza doméstica e internacional. Assim, a PE de um país pode sofrer alguns ajustes em sua linha de atuação, contudo, traz traçados contínuos em sua ação ao longo dos anos.

A PEB em seu desempenho possui elementos de continuidade que configuram uma marca que já é tida como tradicional à atuação do Estado brasileiro, a previsibilidade e a continuidade das linhas decisórias são sinais da atuação dos governantes brasileiros em suas decisões em relação à política exterior.

Para o embaixador Sebastião do Rego Barros é característica da atuação brasileira:

A prevalência do interesse público e nacional sobre o particular e privado, o recurso à solução pacífica de controvérsias, a defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos e a ênfase na busca do desenvolvimento. A prevalência da visão de futuro sobre o imediatismo, evitando o modismo, soluções circunstanciais e precipitações que desconsideram dificuldades futuras, o grau de desgaste político e a eventual perda de credibilidade (1998, p.19,20).

Ainda de acordo com Barros, a PEB goza de excelente reputação:

O relacionamento harmonioso com os países vizinhos, o recurso ao diálogo e à cooperação, a defesa permanente da paz e do desarmamento e o respeito ao Direito Internacional são todos fatores da imagem de um país que se faz respeitar no cenário internacional e de uma diplomacia que inspira confiança e credibilidade (1998, p. 20).

Para Antônio Carlos Lessa “o universalismo, juntamente com o pacifismo, o juridicismo e o realismo, constitui a moldura conceitual da *praxis* diplomática brasileira” (1998, p. 29).

No entanto, essas características tão marcantes da PEB remontam-se à época da Independência. A PEB incorporou inicialmente uma ‘herança colonial’ em um sistema internacional polvoroso pela ‘Revolução Industrial’ (CERVO e BUENO, 2002, p. 23). Nesse contexto, o país começou a traçar suas diretrizes, estabelecendo objetivos visando o interesse nacional, porém, inicialmente, no jogo de poder das relações interestatais o Brasil iniciou suas negociações com uma atuação tímida.

Para Cervo e Bueno a fase de 1822 a 1828, em suma, foi marcada por quatro etapas: rompimento político, jurídico e econômico com Portugal; guerra de independência; iniciativa para obtenção do reconhecimento da nacionalidade; e concessões feitas aos interesses externos (*Idem, ibidem*, p. 24).

Os autores ressaltam que a PEB nos anos de 1844 a 1876 foi marcada pela valorização da ‘vontade nacional’. As metas em relação as relações exteriores são redefinidas e a PEB torna-se mais “enérgica em seus meios e independentes em seus fins” (*Idem, ibidem*, p. 65).



O controle da política comercial, a extinção do tráfico de escravos e a regulação das fronteiras nacionais passaram a ter prioridade na pauta brasileira (*Idem, ibidem*, p. 65,66).

Como estratégia de atuação para atender seus diversos interesses, optou-se pelo uso da diplomacia. Deste modo, a atuação brasileira no cenário internacional pautou-se pela tentativa de negociação pacífica, essa postura foi possível por causa da 'continuidade' e da 'coerência' do quadro institucional brasileiro.

O Estado brasileiro de então criara condições quase ideais para definição e sustentação de diretrizes externas:

- a) instituições estáveis, de funcionamento equilibrado;
- b) conservadorismo político;
- c) conciliação dos partidos;
- d) processo de elaboração e execução da política externa, envolvendo o conjunto das instituições (CERVO e BUENO, 2002, p. 66).

Sobre o serviço diplomático brasileiro Cervo e Bueno ressaltam que o mesmo "estava moldado à realidade interna e a ela servia com fidelidade" (*Idem, ibidem*, p. 68).

No final do império, a PEB é caracterizada pela 'distinção e universalismo'. Essas duas tendências eram usadas em temas diferentes, conforme as circunstâncias, assim pode-se afirmar que na época da regência, "a nação voltava-se novamente para a solução de problemas internos" (CERVO e BUENO, 2002, p. 129). Nesse contexto, a PEB tendeu-se "à racionalidade e à continuidade" (p. 145).

De 1902 a 1912, a PEB recebe grande influência de seu maior patrono, José Maria da Silva Paranhos Júnior, mas conhecido como Barão do Rio Branco. "A busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, a intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobre tudo, a solução de problemas lindeiros" (CERVO e BUENO, 2002, p. 177), foram marcas deixadas pelo barão. De 1912 a 1930, a PEB é marcada inicialmente pelo laço de amizade estabelecido através dos esforços do Barão do Rio Branco, e ainda em voga por seus sucessores, entre Brasil e Estados Unidos.

Em 1914 eclode a Primeira Guerra Mundial e o governo brasileiro adota, inicialmente, uma posição de neutralidade, no entanto, em dezembro de 1917 a participação brasileira torna-se significativa e o país envia 13 oficiais aviadores que fizeram parte do 16º Grupo do RAF. O Brasil também contribuiu com os aliados para

a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) composta pelos cruzadores Bahia e Rio Grande do Sul e pelos contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina. Em Contrapartida, os Estados Unidos e potências aliadas intensificaram o intercâmbio comercial com o país (CERVO e BUENO, 2002, p. 209,210 e 212).

Vale ressaltar que o Brasil foi o único país da América Latina que atuou de forma mais ativa no conflito mundial e teve assegurado assento na Conferência de Paz, participação na organização da SDN e colaboração no seu Conselho como membro eleito para um mandato temporário (*Idem, ibidem*, p. 221,222).

De 1930 a 1945 ocorreram novas percepções do interesse nacional por causa das transformações econômicas e sociais que estavam acontecendo no país. Logo, a PEB buscou maneiras de cooperar com os demais Estados a fim de atingir seus objetivos. Assim, o Brasil reconheceu a liderança norte-americana ao prestigiar o pan-americanismo.

Cervo e Bueno retratam que:

O período compreendido entre 1935 e 1941 na história da política externa brasileira foi de “equidistância pragmática”, pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder, vale dizer, Estados Unidos e Alemanha. A atitude de indefinição do Brasil em face daqueles permitiu-lhe tirar vantagens em termos econômicos e comerciais. A retração da presença comercial da Alemanha na América do Sul por causa do conflito, e razões de ordem interna, inclusive pressão popular, levaram o Brasil a abandonar a equidistância, substituindo-a pelo alinhamento aos Estados Unidos no final de 1941 e início de 1942 (2002, p. 250).

A participação brasileira no conflito também pode ser corroborada após o ataque japonês a *Pearl Harbor* em dezembro de 1941, logo o governo brasileiro declarou solidariedade aos Estados Unidos. Cervo e Bueno afirmam que “a participação direta do Brasil no conflito decorreu mais de sua vontade do que por solicitação dos Estados Unidos. [...] Para os norte-americanos, o Brasil já dava importante contribuição estratégica” (2002, p. 264).

O período que vai de 1946 a 1961 é classificado por Cervo e Bueno como de alinhamento e desenvolvimento associado, isso porque ao fim do conflito mundial e devido a confrontação bipolar, o Brasil ficou sob a hegemonia norte-americana do ponto de vista político, econômico e cultural. Deste modo, o país ambicionava maior

interação entre os países devido ao apoio durante o período de guerra, porém essas expectativas foram frustradas.

O Brasil, por ter redemocratizado suas instituições, ter sido colaborador na política latino-americana dos Estados Unidos e ter prestado auxílio no esforço de guerra, esperava a inauguração de uma nova fase nas “relações especiais” entre dois aliados. Nesse sentido, a frustração não foi só brasileira, mas latino-americana. Os Estados Unidos após a guerra tornaram-se um dos polos do poder mundial e, nessa condição, deram prioridade a um sistema planetário de segurança que privilegiava, na aplicação dos seus recursos, a cooperação com a Europa, o Oriente Próximo, o Extremo Oriente e a África (CERVO e BUENO, 2002, p. 270).

Contudo, é necessário frisar que houve intensa cooperação entre os países no aspecto militar durante a gestão presidencial do Marechal Eurico Gaspar Dutra (31.01.1946 a 31.01.1951). O Brasil aderiu ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que “integrava o sistema interamericano ao sistema mundial e previa mecanismos de manutenção da paz e segurança do hemisfério” (*Idem, ibidem*, p. 271).

No entanto, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos não estava fluindo como desejado e no final do governo Dutra a decepção brasileira era grande e demandava atitudes concretas por parte do governo americano para reverter esse quadro de insatisfação.

Durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas<sup>3</sup> o “tom reivindicatório” adquiriu mais força e vários grupos nacionais começaram a criticar acordos firmados que privilegiavam os Estados Unidos, como a cooperação na área de energia atômica.

O findar do segundo governo de Vargas inaugurou uma nova fase da PEB que aprecia o contexto externo para resolução dos problemas nacionais. Para Cervo e Bueno, no governo Vargas a opinião nacional via no cenário externo elementos que poderiam acelerar ou até atrasar o desenvolvimento interno do país.

Contudo, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) (31.01.1956 a 31.01.1961) essa tendência ficou mais evidente, pois;

Vencer o subdesenvolvimento era a palavra de ordem de todos que tinham um mínimo de interesse pelas questões nacionais. Para retirar o país do

---

<sup>3</sup> 1º mandato: 03.11.1930 a 20.07.1934, eleição indireta, nos termos da Constituição de 1934; 2º mandato: 20.07.1934 a 10.11.1937, eleição indireta. Em 10.11.1937, Vargas deu o golpe de estado que instituiu o Estado Novo, mantendo-se no poder até 29.10.1945; 3º mandato: 31.01.1951 até 24.08.1954, quando suicidou-se.

atraso, impunham-se não apenas reformas internas, mas também mudanças no relacionamento do país com as demais nações. Na ótica dos formuladores e defensores de tais mudanças, havia problemas específicos e prementes, tais como: a necessidade de receber capitais e tecnologia por meio da cooperação internacional - mais exatamente dos EUA; a deterioração dos termos de troca no comércio internacional, isto é, o não-acompanhamento dos preços internacionais das matérias-primas e produtos agrícolas em relação aos produtos industrializados; a necessidade de ampliação do mercado exterior do Brasil a fim de se lhe aumentar a capacidade de importação de bens e equipamentos necessários ao desenvolvimento. **Nunca na história brasileira do século XX valorizava-se tanto o contexto externo no equacionamento dos problemas nacionais** [Grifo nosso] (CERVO e BUENO, 2002, p. 287,288).

Destaque ainda no governo de JK a Operação Pan-Americana (OPA) como meio de torna mais forte a democracia e a solidariedade política e econômica na América Latina. Cervo e Bueno afirmam que a OPA iniciou-se através de trocas de cartas pessoais entre JK e o presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958.

A Operação tinha como maior pretensão lutar contra o subdesenvolvimento em sentido global, e não especificamente econômico. Assim, para JK, a OPA era uma política que ajustava-se às novas modalidades de crise mundial (*Idem, ibidem*, p. 290, 292).

Cervo e Bueno revelam que a partir do governo de JK a PEB ganhou “notoriedade nos planos externo e interno” e assentou “as bases da Política Externa Independente (PEI)”, balizando “o início da história contemporânea da diplomacia brasileira” (*Idem, ibidem*, p. 306).

No período de 1961 a 1964, a PEI teve seu momento de apogeu e tornou-se assunto notório entre a população, principalmente nas presidências de Jânio da Silva Quadros (31.01.1961 a 25.08.1961) e João Belchior Marques Goulart (08.09.1961 até 24.01.1963, em regime parlamentarista, e, de 24.01.1963 a 31.03.1964, em regime presidencialista, sendo deposto pelo Movimento Militar de 31.03.1964).

A PEI formulada por Jânio Quadros foi adequada ao âmbito hemisférico, assim ampliou a política de JK em termos de geografia, de tal modo que realçou as relações Norte-Sul (*Idem, ibidem*, p. 310,311).

Na gestão de Jânio Quadros destaque para a tentativa de restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética interrompidas desde 1947 e o zelo especial as relações com a África Negra e Cuba (*Idem, ibidem*, p. 318,320).

Na gestão de João Goulart destaque para as relações internacionais sem discriminações, a atenção à Argentina, a decisão de aplicar o princípio de não-intervenção a questão cubana e o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética (*Idem, ibidem*, p. 330,335).

Em Abril de 1964, o regime militar instalou-se no país e estabeleceu um modelo de relações exteriores que só veio ser rompido em 1967. O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (15.04.1964 a 15.03.1967) propôs “desmantelar os princípios que regiam a PEI, tais como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da OPA e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina” (CERVO e BUENO, 2002, p. 368).

O resultado de tal atitude foi desastroso, pois as novas diretrizes não correspondiam as aspirações nacionais e nem ao contexto mundial. Cervo e Bueno classificam a PE de Castello Branco como anacrônica (*Idem, ibidem*, p. 372).

Em 1967, no governo do Marechal Arthur da Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969) a PE volta a recuperar suas tendências e destina-se “a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma” (*Idem, ibidem*, p. 380).

Costa e Silva implantou a “Diplomacia da Prosperidade” que estava “atenta ao exclusivo interesse nacional, “sensível ao fator econômico”, “de conteúdo econômico”, “a serviço da prosperidade” mobilizada “em torno de motivações econômicas, para assegurar a colaboração externa necessária à aceleração do nosso desenvolvimento” (*Idem, ibidem*, p. 382).

Como resultado houve uma reformulação das bases do comércio internacional, aquisição de ciência e tecnologia necessárias à independência econômica e um aumento do fluxo financeiro (*Idem, ibidem*, p. 382). A diplomacia começa a ser concebida como instrumento de expansionismo econômico.

Nos governos seguintes princípios similares foram defendidos, de acordo com Cervo e Bueno, o General Emílio Garrastazu Médici (30.10.1969 a 15.03.1974) destacou que a PEB guiava-se pelo interesse nacional a serviço do desenvolvimento interno, já o General Ernesto Geisel (15.03.1974 a 15.03.1979) converteu a diplomacia em um instrumento mais ágil visando o progresso nacional.

No governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985) a PE pautou-se na tentativa de maximizar as oportunidades de

desenvolvimento do país com responsabilidade interna. Ainda segundo Cervo e Bueno, no governo de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, mas conhecido como José Sarney (15.03.1985 a 15.03.1990) a PE teve como objetivo conseguir o tão almejado desenvolvimento e exportar seus efeitos, a chamada “Diplomacia para Resultados” (*Idem, ibidem*, p. 384,385).

Cervo e Bueno revelam que a PEB durante os governos de Fernando Affonso Collor de Mello (15.03.1990 a 02.10.1992, primeiro presidente eleito pelo voto direto, desde Jânio Quadros, em 1961) e Itamar Augusto Cautiero Franco (02.10.1992 a 01.01.1995, vice-presidente que assumiu em substituição a Collor) passou por dificuldades devido a instabilidades internas e externas.

A cassação de Collor e o hiato do governo Itamar, além do reordenamento das nações à nova ordem global tiveram grandes impactos nas relações internacionais do país. Para os autores, em um primeiro momento a PEB “parecia haver perdido o rumo que por sessenta anos havia impresso racionalidade e continuidade [...] que buscava obstinadamente a promoção do desenvolvimento nacional” (*Idem, ibidem*, p. 455).

A PE de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1º mandato: 01.01.1995 a 01.01.1999; 2º mandato: 01.01.1999 a 01.01.2003) apresentou diretrizes tradicionais da atuação brasileira no cenário internacional.

Tullo Vigevani, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra destacam que o “pacifismo, respeito ao direito internacional, defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e o pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país” (2003, p. 31) fizeram parte das táticas aplicadas pela equipe diplomática de FHC.

Durante a atuação de FHC o país adquiriu maior confiabilidade no exterior, atraiu investimentos e apoiou organismos multilaterais. Entretanto, “tendências profundas [...] ligadas à debilidade do crescimento econômico no Brasil ao longo dos dois mandatos [...] limitaram a possibilidade de melhor utilização da política externa para alavancar os objetivos estratégicos, de caráter político e econômico” (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003, p. 41).

A PEB durante o governo FHC colaborou para melhor posicionamento do Brasil no cenário internacional e solidificou sua conduta pacífica, porém cabe sinalizar dentre as distinções da PE de Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato: 01.01.2003 a 01.01.2007; 2º mandato: 01.01. 2007 a 01.01.2011) o vigor que os formuladores

empregaram para obter um assento permanente no CSNU, disposições que serão tratadas no próximo tópico que abordará a PEB no governo Lula.

Verifica-se pela exposição brevemente apresentada, que na condução da PEB foi privilegiado a solução pacífica de controvérsias e o respeito ao direito internacional, mesmo em alguns momentos tendo se inclinado à grandes potências, e em outras optando por uma linha mais autônoma de atuação, a nação brasileira sempre mostrou-se solidariedade para situações que ferem a paz e a segurança internacionais, e tem buscado alinhar desenvolvimento interno com suas ambições externas.

## **2.2 Política Externa Brasileira no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)**

A política exterior do Brasil ganhou notoriedade nos últimos anos e vem beneficiando-se de um clima favorável propiciado pelas transformações que ocorreram no cenário internacional. É observável a inserção de novos temas em seu leque de interesses e pretensões cada vez mais autocentradas, assim a PEB comporta posturas individuais e coordenadas em temas importantes da agenda mundial.

Hirst, Lima e Pinheiro acreditam que a ampliação de temas na PEB deve-se ao fato desta ter mudado nos últimos anos. Anteriormente para as autoras, “a política externa era acessória à estabilidade macroeconômica e tinha função de garantir a credibilidade internacional”, na época presente, a PEB é “pró-ativa e pragmática” e faz parte da tática do governo alicerçada em três colunas: “manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas” (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 23).

Desde modo, na contemporaneidade, a PEB alargou seus horizontes e passou a inserir novos temas e atores, criando uma “base societal” que até então não tinha sido privilegiada com ênfase por nenhum governo. Além disso, nos fóruns multilaterais, o país começou a divulgar seu posicionamento, o que lhe trouxe maior visibilidade e com ela multiplicidade de atores, temas e interesses divergentes para estabelecer negociações no ambiente doméstico e internacional.

O Brasil viu na cooperação de algumas áreas específicas – agricultura, saúde, educação, ciência e tecnologia, defesa, minas e energia, cultura e turismo – com

alguns países, a capacidade para projetar-se mundialmente e fortalecer alianças com países em desenvolvimento.

Internamente, o país teve momentos favoráveis no setor econômico e empresarial, que ocasionaram transformações sociais e proporcionaram impactos internacionais positivos com a captação de investimentos e recursos. Missões de setores públicos e privados mostraram a capacidade brasileira e abriram oportunidades de negócios em vários países.

Hirst, Lima e Pinheiro acreditam que “o ativismo da PEB do governo Lula e sua atuação em áreas temáticas tão diversas em debate no cenário internacional são também responsáveis por um papel renovado das organizações não-governamentais na construção e implementação de projetos”, (2010, p. 26) e que a busca de cooperação e parcerias com outros quadros da sociedade como o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), sindicatos, movimentos sociais e diversos outros grupos solidificaram no país um sentimento de parceria entre diversos segmentos e organizações visando o desenvolvimento econômico, social e humano da nação brasileira (*Idem, ibidem*, p. 26).

Durante todo seu governo, Lula priorizou bastante o uso do diálogo nas negociações, seu corpo diplomático sempre mostrou-se preciso e ativo dando um tom forte, mas sem perde sua capacidade negociadora, uma marca já tradicional da PEB. A presença marcante do ex-líder sindical e seu carisma pessoal contribuíram para a eficácia de sua diplomacia presidencial.

Haroldo Ramanzini Júnior afirma que a característica mais marcante da PE do governo Lula foi a busca pela multilateralização do sistema internacional, rechaçando, em muitas oportunidades, posições unilaterais de alguns Estados, mas sem despende-se impetuosamente com os mesmos. Assim, para o autor:

houve políticas ativas de articulação internacional voltadas aos grandes países emergentes, buscando aumentar o poder de barganha e a capacidade de intervenção nos assuntos globais. O país aumentou e institucionalizou parcerias com países e regiões não-centrais, como África, Oriente Médio, Ásia e a América Latina. Houve ênfase na integração regional e na relação com os países vizinhos, no âmbito do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) (2010, p. 60,61).

Buscando aumentar a sua importância e participação nos órgãos internacionais tradicionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o



Fundo Monetário Internacional (FMI) e, especialmente, a ONU, o Brasil tentou através do estabelecimento de parcerias multilaterais transformar as estruturas hierárquicas que dominam as negociações comerciais, financeiras e políticas no sistema internacional.

Dentre as ações do corpo diplomático brasileiro no governo Lula para conseguir solidificar a presença brasileira na tomada de decisões de grandes temas mundiais destaca-se:

a criação do grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) em junho de 2003 e do G-20 comercial, na reunião de Cancun da OMC; a contribuição para o adiamento *sine-die* das negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005; **participação em Missões de Paz da ONU, especialmente no caso do Haiti**; a contribuição para conferir uma instrumentalidade prática ao conceito de BRICs; esforços para fortalecer a democracia e as relações pacíficas entre os países latino – americanos, inclusão do tema da pobreza na agenda internacional, busca de diversificação das relações comerciais e políticas, com destaque para o papel da China, Índia, África do Sul e Rússia [Grifo nosso] (RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p. 63).

Vigevani e Cepaluni elucidam que o governo Lula em seu discurso de posse havia advertido que a palavra ‘mudança’ estaria constantemente sendo usada em sua agenda e que ‘novos caminhos seriam trilhados’ pelo país. Lula indicou que iniciativas voltadas para a expansão das negociações comerciais internacionais iriam ser promovidas incessantemente, alianças de cooperação em temas estratégicos seriam aceleradas e a América do Sul ficaria privilegiada em seus acordos (2007, p. 274).

Os autores enfatizam que “a questão do grau da autonomia política foi, desde a Independência e durante a República, um eixo central do debate sobre a política externa” (*Idem, ibidem*, p. 276). Porém, algumas mudanças de programa foram acentuadas na desenvoltura da PE de Lula.

O governo Lula da Silva realizou mudanças de ênfases e de tonalidade em sua política externa (ajustes), buscando novas formas de inserção internacional para o país (mudanças de programa). **Lula da Silva procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras.** A “autonomia pela diversificação<sup>4</sup>”, enfatizou a cooperação Sul-Sul para buscar

---

<sup>4</sup> Autonomia pela diversificação como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África,

maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa [Grifo nosso] (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 282,283).

Dentre as mudanças perceptíveis na PEB durante o governo Lula destacam-se:

- (1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo;
- (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais;
- (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e
- (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 291).

Essas diretrizes voltadas para a condução de uma PEB mais ativa ao longo do primeiro período de governo, 2003 a 2006, foram reafirmadas em seu segundo mandato, com providências precisas a serem seguidas para chegar-se ao cumprimento dos objetivos traçados. Os autores apontam sete atitudes tomadas pelo corpo diplomático brasileiro nesse sentido:

- (1ª) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA);
- (2ª) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul;
- (3ª) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas;
- (4ª) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos;
- (5ª) retomada e estreitamento das relações com os países africanos;
- (6ª) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e
- (7ª) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 292).

Analisaremos a seguir, temas importantes da agenda de política exterior do governo Lula da Silva que receberam atenção especial do presidente e, também, de toda sua equipe diplomático-burocrática:

---

Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 83).

- **Questões multilaterais e novas coalizões:**

A PE do governo Lula observou que a influência na agenda dos regimes internacionais por meio de coalizões multilaterais pode alargar o poder de negociação dos países em desenvolvimento frente aos países centrais nos grandes fóruns mundiais. Essa crença na força das fusões multilaterais já é marca da atuação brasileira, porém sua postura negociadora vem modificando-se nestes últimos anos.

Os interesses brasileiros passaram de “defensivos” à “ofensivos” em assuntos considerados prioritários. Na questão da liberalização agrícola na rodada de Doha da OMC, por exemplo, e nas discussões sobre mudança climática na reunião de Copenhague em 2009, ficou perceptível a modificação da postura brasileira, reflexo de mudanças domésticas ao dar importância as exportações agrícolas na pauta brasileira e conferir valor ao realinhamento doméstico na questão do meio ambiente (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 29).

No CSNU o Brasil passou a ser um participante ativo, não apenas com discursos, mas com atitudes práticas que culminou na decisão de participar da MINUSTAH, visando ratificar sua responsabilidade e capacidade de influência nos temas primordiais para a garantia da segurança e da paz no sistema internacional.

O país também passou a ter uma postura mais firme nos assuntos relacionados as negociações financeiras. Assim, “o Brasil atua coordenado com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) no avanço de uma agenda que inclui a questão da reforma institucional e revisão das cotas do FMI” (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 30).

A América do Sul teve destaque reconhecido no governo Lula, nesse período, o Brasil buscou construir “um projeto comunitário sul-americano” que tinha como objetivo garantir “estabilidade democrática” na região através da participação ativa do país na mediação de crises locais<sup>5</sup> e o estreitamento de laços com os países vizinhos, proporcionando prosperidade econômica, estabilidade e coordenação política e desenvolvimento responsável a todos.

---

<sup>5</sup> A presença brasileira na América Latina tem sido associada ao papel mediador em contextos de crises locais, entre as quais se destacaram os casos da Venezuela (2003), Bolívia (2003 e 2006), Equador (2004), Honduras (2009) e Haiti (2003). Ao mesmo tempo, laços políticos mais intensos foram estabelecidos com governos de países do Cone Sul, os de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, de Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai, de Michelle Bachelet no Chile e de Fernando Lugo no Paraguai. Outrossim, se manteve um fluido diálogo político com Hugo Chávez na Venezuela e com o governo castrista em Cuba (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 31).

Hirst, Lima e Pinheiro argumentam que apesar do Brasil ter aumentado sua participação política nas crises locais e na discussão de temas importantes com os vizinhos sul-americanos, sua liderança não tem aceitação unânime. Em exemplo, a sua candidatura ao assento permanente no CSNU não foi bem recebida pela Argentina e Colômbia. Contudo, o governo busca flexibilizar suas posturas e procura aplicar soluções políticas que atenuam as assimetrias que aparecem, visando manter relacionamento harmônico com os países da região.

- **África:**

O interesse em estabelecer relações amistosas com os países africanos, em particular com a Nigéria, Angola, Argélia e África do Sul, sempre foi perceptível nos discursos e práticas do governo Lula.

No plano econômico, por exemplo, de 2000 a 2008 o comércio brasileiro com o continente retomou seu dinamismo saltando de US\$ 4 bilhões para US\$ 26 bilhões. No plano diplomático, a partir de 2003 foram inauguradas dezesseis novas embaixadas, o presidente Lula viajou dez vezes ao continente visitando 20 países e em 2008, cria-se a Cúpula África-América do Sul (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 33).

Entretanto, um dos motivos para esse estreitamento de relações comerciais e diplomáticas com os países africanos deve-se ao desejo do Brasil de promover com ajuda dos demais países uma reforma na estrutura da ONU, almejando lugar permanente no CS da organização. Para Danilo Neto “a aproximação foi motivada pelo reconhecimento da importância do peso do continente africano dentro de fóruns multilaterais – 54 dos 192 membros da ONU são países africanos” (2011, 107).

Em busca de apoio à sua candidatura, o Brasil estabeleceu projetos de cooperação com países do continente através da assistência técnica prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em resposta as necessidades originárias das representações diplomáticas ou até de ofertas efetivadas nas visitas realizadas pelo presidente Lula.

Vários ministérios e agências especializadas do Estado atuaram e atuam em outro continente, dentre eles: o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (MDIC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Saúde, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na área de produção de alimentos, a Fundação

Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) no campo da saúde combatendo o HIV e Malária, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com projetos voltados à formação profissional nas áreas da construção civil, serviços elétrico, hidráulico, computação e gastronomia (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 33).

- **O Aumento da Cooperação Sul-Sul (CSS)**

A CSS teve peso significativo para o Brasil dentro das diretrizes da PE no governo Lula. Além de ampliar o poder de negociação do Brasil e demais países nos fóruns multilaterais e expandir as possibilidades de negociações em diversas áreas, o governo Lula visualizou através da expansão da CSS “a capacidade de atender demandas de assistência técnica específica e ao mesmo tempo evitar a reprodução das lógicas de assistência Norte-Sul” (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 34). Para as autoras, os arranjos do governo Lula com a América do Sul e a África tornaram-se pilares que ampararam a promoção do Brasil à categoria de “doador emergente”.

Para Luís Cláudio Villafañe G. Santos, a América do Sul é muito mais do que uma circunstância transitória, “é a referência para a inserção brasileira no mundo do século que se abre” (2005, p. 203). Thiago Gehre Galvão afirma que “coube ao governo Lula assumir a sul-americanidade como herança histórica e, gradativamente, institucionalizar a ideia de América do Sul por meio de discursos e ações” (2009, p. 76).

Porém, ainda de acordo com o autor, mesmo afirmando a importância da América do Sul em suas diretrizes política, o Brasil não perder o caráter universalista já presente em sua linha de atuação no exterior “porque não exclui laços bilaterais ou multilaterais com os outros países da América Latina, do continente americano ou do mundo; porque não exclui a pluralidade intrínseca à própria América do Sul e ao Brasil” (GALVÃO, 2009, p. 71).

Hirst, Lima e Pinheiro assinalam que os esforços brasileiros para projetar-se externamente refletem em modificações na “sua inserção externa, motivadas por novas ambições internacionais que pretendem expandir a presença do país em negociações econômicas globais, nos âmbitos dos regimes e das organizações multilaterais e nos assuntos regionais (2010, p. 34).

É perceptível uma mudança de posicionamento do país que busca fortalecer a região mostrando-a como um polo alternativo de poder. Danilo Neto afirma que em termos da institucionalização na região, a criação em 2008 do Conselho de Defesa

Sul-Americano (CSD), parte da UNASUL foi de extrema importância. Para o autor o órgão tem como objetivo:

articular uma posição comum entre os países sul-americanos a respeito de operações de paz e crises humanitárias, promover o intercâmbio de experiências entre os Estados nessa área, realizar exercícios militares que simulem crises humanitárias, estimular a integração e o fortalecimento da indústria de defesa na região, fomentar a confiança mútua entre os membros e contribuir para a cooperação frente a desastres naturais, entretanto, não se propondo a ser uma aliança militar. O Conselho reflete a maturidade dos países da região em assumirem a resolução dos problemas e das crises políticas regionais, sem a interferência de países externos, principalmente dos Estados Unidos (NETO, 2011, 106).

Percebe-se que a CSS teve destaque nas diretrizes da política exterior do governo Lula. Assim, o país buscou materializar parcerias visando expandir as possibilidades de negociações em diversas áreas e fóruns multilaterais, criando laços que permitam o desenvolvimento contínuo da região em áreas estratégicas para os países Sul-Americano.

- **Relacionamento com os Estados Unidos da América (EUA):**

A relação entre os Estados Unidos e o Brasil passou por mudanças expressivas nos últimos anos. Durante o governo de George Walker Bush e também de Barack Hussein Obama, o país mostrou interesse razoável pela região e pelas circunstâncias de instabilidades localizadas.

O Brasil não foi prioridade na agenda política desses dois governos que estavam direcionando seus esforços no combate ao terrorismo e na tentativa de controlar seus problemas econômicos internos. Essa situação favoreceu a PEB que não encontrou grandes entraves por parte dos EUA para ampliar sua liderança regional.

Nas negociações econômicas, o peso dos EUA foi reduzido e as comercializações com Rússia, China, Índia e demais países da América Latina intensificaram-se. Isso não significa que o país não tenha empenho em expandir seu acesso ao mercado americano, mas revela que o país viu na diversificação de parceiros econômicos, ganhos financeiros e apoio político à outros projetos.

As relações do governo brasileiro com os governantes norte-americanos foram positivas, mesmo existindo ponto de discordâncias em alguns temas, os EUA

mostraram-se favorável e manifestaram apoio a decisão do Brasil em participar da MINUSTAH.

Andrew Hurrell afirma que as relações do Brasil com os EUA continuam “cordial devido aos inúmeros interesse econômicos, aliado às novas agendas de cooperação quanto ao comércio de agrocombustíveis e à possibilidade de reincorporação de Cuba ao sistema inter-americano, através de intermediação brasileira (HURRELL, 2010, p. 143 *apud* NETO, 2011, p. 108).

Em suma, para entender as diretrizes que regeram a PEB durante o governo Lula em temas importantes como CSNU, CSS, EUA e outros, pode-se verificar na Tabela VII quais foram as principais decisões e ações do governo referentes a questões privilegiadas em sua agenda.

Percebe-se que as prioridades traçadas para a PEB compreendida nos discursos iniciais do presidente Lula foram apreciadas em programas diversos criados por Ele e sua equipe. As relações do Brasil com os países vizinhos do continente sul-americano direcionadas para a criação de um “inédito sentimento de parentesco e de parceria”, (CORRÊA, 2007, p.701) foram estimuladas, assim como maior participação do país nos fóruns multilaterais.

Patrícia Soares Leite assevera que “a diplomacia do Governo Lula inovou, ao buscar nova leitura tanto da ordem internacional como da participação do Brasil nessa ordem” (2011, p. 162). Ainda segundo a autora, a diplomacia brasileira atuou no sentido de promover um sistema multipolar e situou o Brasil como contribuinte para essa nova distribuição de poder (LEITE, 2011, p. 199).

A PE do governo Lula buscou desvencilhar-se de um sistema unilateral centrado nos Estados Unidos e situou o país em um sistema multipolar. Para isso, o Brasil desenvolveu relações diplomáticas e econômicas com os povos árabes e africanos, priorizou alianças com os países do Sul. “A diplomacia brasileira insistiu no reforço do multilateralismo, liderando iniciativas para a promoção da paz e do desenvolvimento internacionais” (LEITE, 2011, p. 199). Em exemplo, dentre as ações do Brasil para fazer-se presente no campo regional e assumir maior protagonismo nas Nações Unidas, destaque para a liderança da operação de paz da ONU no Haiti.

<b>TABELA VII – A Política Externa Brasileira no Governo Luís Inácio Lula da Silva</b>	
<b>Temas importantes da Agenda da PEB</b>	<b>A ideia de “Autonomia pela Diversificação” do Governo Luís Inácio Lula da Silva</b>
<b>ALCA</b>	Passou-se a negociar de forma mais dura, argumentando que as negociações só prosseguiriam se as demandas brasileiras fossem atendidas.
<b>Combate à Fome Internacional</b>	Ganhou destaque nos pronunciamentos internacionais do governo Lula, principalmente no início de seu mandato. Tentou-se a formal inserção na agenda internacional, com resultados discutíveis.
<b>CSNU</b>	O ministro Celso Amorim expressou com mais firmeza o desejo do país de obter um assento permanente no CSNU. A energia diplomática despendida foi considerável. Os custos da liderança brasileira no Haiti seriam uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do CSNU.
<b>CSS</b>	Foi defendido uma relação mais duradoura com os países em desenvolvimento, motivada por visões de mundo e pelas raízes ideológicas do PT, parcialmente coincidentes com a tendência existente em parte da diplomacia. Institucionalizou-se a parceria entre Índia, Brasil e África do Sul, abrangendo uma série de temas, como segurança, comércio, intercâmbio tecnológico, com resultados ainda incertos. Destaque também para o G-20, grupo de países em desenvolvimento que visam a liberalização do comércio agrícola e reduzir as assimetrias no sistema internacional.
<b>EUA</b>	Mesmo reconhecendo a importância dos EUA, a política exterior de Lula buscou aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento, e com algumas da União Europeia, visando reduzir as assimetrias de poder com a potência norte-americana. A busca de fortalecimento do Mercosul e as negociações entre o Mercosul e a União Europeia também procuram ampliar o poder de barganha do país ao diversificar as opções estratégicas. Nesse contexto, o governo buscou evitar confrontos com os EUA.
<b>Integração Latino-americana</b>	O governo Lula da Silva manteve interesse pelo Mercosul, acentuando fortemente o peso do projeto da Comunidade Sul-americana de Nações. A integração estaria no topo da agenda do país. Na administração Lula, buscou-se manter equilíbrio nas relações com os países da região para capitalizar a aparente convergência em relação à integração e evitar agravar situações potencialmente conflituosas.
<b>Liderança Brasileira</b>	A administração Lula da Silva colocou não ostensivamente o tema no debate político brasileiro. O desejo de obter um papel de destaque na região e entre os países em desenvolvimento foi introduzido e, em parte, tem se constatado uma maior cobrança por parte dos países sul-americanos em relação ao Brasil.
<b>OMC</b>	As negociações na OMC são consideradas fundamentais para o Brasil. Há a tentativa de assumir uma liderança mais pronunciada em CSS para alterar as relações de poder dentro da instituição.
<b>FONTE:</b> [Com adaptações, p. 323,324] Versão integral em VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional. [online]. 2007, vol.29, n.2, pp. 273-335. ISSN 0102-8529. Disponível: < <a href="http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf">http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf</a> > Acesso: 12 de setembro de 2013.	



### 2.2.1 A busca brasileira por um protagonismo internacional

O Brasil percebendo momento favorável no cenário internacional buscou junto aos órgãos multilaterais ampliar seu desempenho e dinamizar sua atuação na seara internacional. Entretanto, essa aspiração brasileira por um protagonismo internacional não é recente, pois remonta-se desde a criação da SDN.

A ambição brasileira por prestígio internacional é inteligível pelo fato da constatação que fora dos principais fóruns internacionais, os Estados com menor proeminência no sistema internacional não conseguem negociar em melhores condições em temáticas vitais para seu desenvolvimento. Assim, durante o governo Lula, a busca de influência nos fóruns multilaterais passou a ser tema prioritário na agenda brasileira.

Essa percepção sobre a importância dos fóruns multilaterais no cenário mundial, e sobre a relevância de ter assento nessas organizações, pode ser confirmada por Cervo e Bueno que afirmam que na época da SDN, o Brasil já se preocupava com assento no Conselho:

**O Brasil, em nome da América, lançou sua candidatura.** A questão toda colocava-se em termos de **prestígio**. Nesse sentido, Afrânio de Meio Franco, delegado do Brasil no organismo de Genebra, leu, com realismo, o concerto internacional quando observou que **o assento no Conselho é que daria ao Brasil a consideração que merecia na SDN**, pois, fora dele, **só tinham prestígio e autoridade os países que impunham respeito aos demais pelo poder militar, situação econômica e financeira**. O ministro das Relações Exteriores de Artur Bernardes, Félix Pacheco, estabeleceu **a obtenção do lugar permanente como uma das metas de sua gestão** na pasta. Tanto é assim que o decreto de 13 de março de 1924 criou uma representação permanente (chefiada por Afrânio de Meio Franco) na Liga, em Genebra, como meio de facilitar o alcance desse objetivo [Grifo nosso] (CERVO e BUENO, 2002, p. 223).

Seguindo esse propósito, o Brasil reforçou sua pretensão de ter cadeira cativa em um Conselho de representação influente em uma segunda tentativa para assegurar a segurança coletiva para o sistema internacional, em 1945 com a ONU.

O ideal da ONU versa na criação de um sistema central onde os membros do CS têm como responsabilidade a manutenção da ordem através da sustentação da segurança internacional e da paz.

Com as mudanças ocorridas nos últimos anos na estrutura do sistema internacional advinda do dismantelo total da ordem bipolar que se originou após o final da Segunda Guerra Mundial, surgem novos temas e atores que moldam uma nova ordem onde as dimensões de poder de cada Estado começam a se delinear extrapolando aspectos estritamente militares e econômicos. Fatores como capacidade de articulação e de formação de coalizões dão maior espaço para a atuação de alguns países.

Danilo Neto analisa que na busca por um maior protagonismo internacional, o governo Lula procurou exercer “presença soberana do Brasil no mundo”. Para conseguir tal objetivo, o presidente usou sua “imagem positiva” e do legado de PE do país em diversos compromissos, afirmando o empenho do Brasil com o “desenvolvimento, justiça e equidade social a nível global” (2011, p. 102,103).

A busca por assento permanente sempre apareceu nas metas brasileiras, apesar de ter sido tratada como prioridade secundária no governo de FHC<sup>6</sup>. Em contraste, no governo Lula foi evidenciado com maior firmeza o desejo do país em obter assento permanente no CSNU.

Segundo o ministro das relações exteriores do Brasil durante o governo Lula da Silva, Celso Amorim<sup>7</sup>:

**a maior capacidade de articulação Sul-Sul – na OMC, no FMI, na ONU e em novas coalizões, como o BRIC – eleva a voz de países antes relegados a uma posição secundária.** Ao mesmo tempo, a ascensão de novos interesses e demandas, bem como a rapidez das transformações, torna mais complexo o entendimento atual sobre a governança global. Nesse contexto de incertezas e mudanças, **o Brasil parece adquirir uma nova posição de razoável proeminência, ancorada na melhoria da realidade econômica e social do país e em ativismo internacional que busca o**

---

<sup>6</sup> Perguntaram-me sobre o Mercosul e sobre a cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Respondi que o Brasil, por sua trajetória e suas peculiaridades de país com uma cultura de paz e tolerância cultural, estaria sempre à disposição das demais nações, principalmente das vizinhas, para ser útil nos fóruns internacionais, especialmente no Conselho de Segurança. Mas, e o *mas* conta, entre uma cadeira no Conselho e a amizade com a Argentina e com nossos vizinhos, ficaríamos com a segunda. Eu via como melhor caminho para nosso país ingressarmos no clube dos desenvolvidos, na época o G-7, graças ao nosso trabalho e à integração com nossos vizinhos, em vez de lutarmos por uma posição política, de prestígio, para a qual talvez não tivéssemos o apoio deles, tão importante para o crescimento e para a consolidação de nossa experiência integradora (CARDOSO, 2006, p. 610).

<sup>7</sup> No dia 29 de outubro de 2010, o Ministro Celso Amorim recebeu, em Miami, o prêmio “*Bravo Business*” da revista *Latin Trade*, na categoria “*Innovative Leader of the Year*”. Segundo a revista, que concede o prêmio há 16 anos, Amorim “liderou a transição do Brasil, que tinha uma voz regular, com apenas influência regional, para outra, cujas opiniões são cortejadas e levadas em conta no cenário mundial”. Amorim foi incluído na lista por “transformar o Brasil em um ator global”, citando a iniciativa do país através de alianças, em tentar “redefinir a governança global”. Diplomacia Pública, sala de notas, nota nº 634, disponível: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/entrega-do-premio-2010bravo-business2010d-ao-ministro-celso-amorim-2013-miami-29-de-outubro-de-2010> > Acesso: 24 de fevereiro de 2014.

**fortalecimento da multipolaridade** [Grifo nosso] (AMORIM *apud* RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p. 65).

Atualmente, apenas recursos militares não são suficientes para influenciar nas demandas globais. Pois, até a sociedade norte-americana dispor de recursos incontestáveis, não tem assegurado a capacidade de definir resultados em escala global exclusivamente a seu favor (PATRIOTA, 2008, p. 98 *apud* RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p. 66).

A sociedade internacional pleiteia mudanças, os países em desenvolvimento encontram no multilateralismo voz e força para fazer-se notados. No Conselho o Brasil é um participante ativo e está delineando objetivos mais audaciosos.

Ao comandar a MINUSTAH, o país visa mostrar que tem capacidade para participar de grandes projetos da ONU estando disposto a obter assento permanente no CS, no contexto de uma reforma institucional que defende (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 30).

O presidente Lula, em seus vários discursos e em várias ocasiões, sempre deixou claro o interesse brasileiro no tema.

**Uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.** Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo. Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns. **Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria. Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.** As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças [Grifo nosso] (Discurso na LIX Assembléia Geral da ONU, Nova York, 21 de setembro de 2004 *in* Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2008, p. 39).

Almejando maior protagonismo no cenário internacional e prestígio no CSNU, dentre outras motivações, o Brasil no governo Lula aceitou comandar a MINUSTAH, estabelecendo um marco na história da participação brasileira em missões de paz da ONU e na própria história da PEB.

### 2.3 As motivações brasileiras para a participação na MINUSTAH

A MINUSTAH foi criada pela Resolução 1542 de 30 de abril de 2004 do CSNU. O envio de tropas brasileiras para o Haiti foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 13 de maio e no Senado dia 19 de maio de 2004 por meio do Decreto Legislativo 207.

São várias as motivações que impulsionam o Brasil à participar de missões de paz. Eduardo Uziel após analisar a colaboração brasileira em algumas missões, lista um conjunto de motivações sempre apresentadas tanto pelos membros do Executivo como do Legislativo para autorizar a participação do país, são elas:

- 1) inserir plenamente o país no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, que voltou a ser atuante após o fim da Guerra Fria;
- 2) aumentar a influência brasileira nos órgãos de tomada de decisão das Nações Unidas;
- 3) cumprir os preceitos que regem as relações internacionais do Brasil constantes do artigo 4º da Constituição Federal;
- 4) reforçar a própria ideia de multilateralismo e inserir os interesses brasileiros entre aqueles que orientam as decisões, inclusive para minimizar questões como o *double standards* do CSNU;
- 5) validar a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança;
- 6) aproveitar oportunidades de cooperação identificadas no curso da implementação dos processos de paz;
- 7) proporcionar maior experiência internacional para as Forças Armadas (UZIEL, 2010, p. 91).

No caso da MINUSTAH, houve acalorados debates a favor e contra a participação brasileira na missão. Os Ministros de Estados das Relações Exteriores e da Defesa enumeraram alguns interesses a favor da participação brasileira:

- 1) a tradição brasileira de dar prioridade à solução multilateral de conflitos e o cumprimento dos preceitos constitucionais de prevalência dos direitos humanos, defesa da paz e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- 2) o compromisso com o fortalecimento do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias (UZIEL, 2010, p. 95,96).

No entanto, os Parlamentares adversos à participação brasileira se movimentaram no Congresso e elencaram argumentos que contestavam a legitimidade dos motivos que justificavam a atuação brasileira:

Alguns críticos questionaram a validade dos motivos do Brasil para atuar no Haiti – para esses parlamentares, o Governo brasileiro estaria agindo para agradar os EUA e legitimar um golpe de Estado promovido por Washington; ou estaria atendendo a um pedido do Presidente francês Jacques Chirac, sem refletir sobre a situação no terreno; ou ainda estaria obcecado por um assento permanente no CSNU e tencionaria provar sua capacidade para essa função a qualquer custo. [...] Um segundo grupo de críticas lamentava que recursos preciosos fossem empregados em outro país enquanto seriam indispensáveis no Brasil – posição simbolizada pela citação “o Haiti é aqui” da canção de Caetano Veloso. Uma terceira vertente sugeria que a crise haitiana teria natureza essencialmente social, e o desdobramento de militares não poderia solucioná-la, sendo necessário enviar suprimentos e profissionais da área de saúde e educação (UZIEL, 2010, p. 96).

Após as censuras, os parlamentares que apoiavam o envio de tropas e comando da MINUSTAH rebateram as críticas e novamente expuseram um leque de argumentos favoráveis:

- 1) ainda que a presença das Nações Unidas fosse imperfeita, a alternativa seria o caos;
- 2) o Brasil é um país de referência no CSNU para promover a paz e não se poderia furtar a essa responsabilidade como um dos fundadores e um entusiasta da Organização;
- 3) experiências anteriores de envio de tropas a missões de paz para Angola, Moçambique e Timor-Leste haviam sido exitosas e poderiam ser repetidas no Haiti (UZIEL, 2010, p. 96,97).

Para Verenhitch, a MINUSTAH pode trazer para o Brasil reconhecimento ao fortalecer a crença no multilateralismo. Ainda de acordo com a autora, a operação de paz liderada pelo Brasil “é um exemplo de não-indiferença e diplomacia solidária, e evidencia um embrião de mudanças, que, se encaradas com seriedade e adaptadas a outras realidades de conflito, poderão resultar em outras missões de paz e ações de cooperação bem-sucedidas” (2008, p.11). Assim sendo, a participação brasileira na MINUSTAH é um marco na história da PEB, pois corrobora a capacidade de liderança do país em grandes projetos da ONU, revelando, também, a independência brasileira na condução de sua política exterior.

## 2.4 O neoinstitucionalismo na Política Externa Brasileira

Peter Hall e Rosemary Taylor enfatizam que as instituições podem influenciar a conduta dos indivíduos através de dois pontos de vista, 'calculadora' e 'cultural'. Segundo os autores, na perspectiva calculadora as instituições "afetam os comportamento em primeiro lugar ao oferecerem aos atores uma certeza mais ou menos grande quanto ao comportamento presente e vindouro dos outros atores" (2003, p. 197).

De acordo com essa visão, os atores tem a possibilidade de analisar a relação custo x benefício de uma ação. Ou seja, há probabilidade de se calcular estrategicamente os custos e também os benefícios de uma decisão política quando estas estão ancoradas em uma instituição.

Assim, quando mais institucionalizadas ficarem as relações entre os Estados, haveria maior confiança entre os mesmos e, conseqüentemente, um clima de segurança maior ao possibilitarem maior acesso a informação, o que ajudaria, também, anular dilemas de segurança.

Um exemplo claro desse pensamento nos remete a um processo de integração regional, onde os Estados participantes encontram-se comprometidos em torno de objetivos comuns, esse compromisso faz com que dilemas econômicos e de segurança sejam resolvidos ambicionando políticas conjuntas que beneficiem todos os Estados daquele bloco.

Levando em conta a perspectiva calculadora, quão caro seria para um Estado abandonar um bloco consolidado? Será que os impactos políticos e econômicos gerariam mais custos ou benefícios?

Contudo, o comportamento dos atores não pode ser analisado levando em consideração puramente a relação de ganho e perda, há outros fatores que permeiam uma decisão política.

Nesse contexto, Hall e Taylor esclarecem que a perspectiva cultural é aplicada e ressaltam que o "comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo própria ao indivíduo" (2003, p. 197).

Assim, a relação custo x benefício não seria o único método de análise empregado em uma situação, os valores, crenças, preferências e relações duradouras de cooperação também podem influenciar uma decisão política. Desse modo, "as

instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação” (*Idem, ibidem*, p. 198).

Portanto, as incertezas referentes ao futuro acabariam aproximando os Estados que buscariam cooperar em temáticas estratégicas. Os Estados podem avaliar sua participação em um fórum multilateral, na formação de coalizões ou acordos bilaterais sobre a ótica da relação custo x benefício, mas também podem levar em consideração uma gama de outros fatores, como os princípios tradicionais que regem suas relações externas, novos objetivos que começam a se delinear com as mudanças que podem ocorrer no sistema internacional e vários outros fatores que devem ser avaliados, visando os interesses vitais da nação.

Definir em relações internacionais o neoinstitucionalismo é complexo, porém Keohane nos fornece elementos esclarecedor sobre tal teoria:

institutionalist theory assumes that states are the principal actors in world politics and that they behave on the basis of their conceptions of their own self-interests. Relative capabilities – realism’s “distribution of power” – remain important, and states must rely on themselves to assure themselves gains from cooperation. However, institutionalist theory also emphasizes the role of international institutions in changing conceptions of self-interest (1993, p. 271).

De acordo com Keohane a teoria institucionalista admite que os Estados são os principais atores na política mundial e que podem agir visando seus próprios interesses, no entanto, as instituições internacionais podem influenciar na concepção desse auto-interesse.

Deste modo, as instituições podem induzir a decisão política e econômica de um Estado, porém para ter tal capacidade, essa instituição necessita ter legitimidade, precisa ser reconhecida pelos demais Estados.

A PEB nos últimos anos tem se aproximado em sua atuação à teoria neoinstitucionalista liberal, principalmente no pós-Guerra Fria, onde tem-se a percepção que as instituições internacionais podem propiciar cooperação entre os Estados e minimizar os efeitos da anarquia internacional através das reduções de incertezas e do acesso à informação.

No governo Lula, algumas decisões corroboram a crença de que as instituições podem promover cooperação sendo palco para estabelecimento de relações mais igualitárias, proporcionando desenvolvimento econômico e social para todos os atores envolvidos.

Lula afirmou em um de seus discursos que “nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns” (Lula da Silva, 2008, p. 39). Dessa forma o país tem se aproximado da instituição, sabendo de sua legitimidade e importância para fomentar as relações entre os Estados.

Acreditando que “só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais” (*Idem, ibidem*, p. 39), o governo brasileiro expressou firmemente o desejo do país de obter um assento permanente no Conselho, nesse sentido, a liderança brasileira no Haiti seria uma maneira de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do CSNU.

Em outras instituições, como OMC e FMI, o país passou a ter uma posição mais firme em relação a seus interesses e por meio de coalizões multilaterais tem buscado alargar seu poder de negociação.

Cabe salientar que a PEB oscila entre as premissas do realismo e as perspectivas do neoinstitucionalismo. É interessante ressaltar que aspectos de uma teoria não anula a outra, mas se complementam e possibilitam entender de forma mais clara as pretensões brasileira na seara internacional.

É possível tomar decisões visando benefícios próprios (interesses nacionais) ao visualizar nas instituições (como a ONU) um fórum propício para debates coletivos sobre temas importantes das relações internacionais como direitos humanos, meio ambiente, comércio e outros.

Nesse sentido, a PEB tem priorizado coordenar relações com Estados que possuem princípios similares de conduta, essa é uma estratégia multilateral de atuação que identificou nas instituições um fórum de barganha, um espaço para conseguirem unidos concessões em assuntos de interesse estratégico coletivo.

Portanto, o neoinstitucionalismo oferece elementos que dão suporte ao posicionamento do Brasil em sua política exterior no governo Lula, já que a diplomacia brasileira buscou posicionar-se de forma assertiva, avaliando sua participação em determinados fóruns, calculando as consequências internas e externas de cada decisão.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Brasil está empenhado em inserir-se de forma mais destacada no cenário mundial e que seu propósito principal é a conquista de lugar distinto nos fóruns mundiais, apresentando para isso um posicionamento



firme frente aos problemas e acontecimentos do mundo. O objetivo primordial do país é a busca por prestígio internacional e, conseqüentemente, assumir responsabilidades nos órgãos multilaterais decorrente de sua demanda.

Na região sul-americana, o Brasil consolida-se cada vez mais como um importante ator regional. A fronteira brasileira abrange 11 dos 14 países sul-americanos e o país possui a maior economia da região. Dentro desse contexto, a liderança regional que o país vem pleiteando para impulsionar a conquista de assento como membro permanente do CS é válida (PINHEIRO, 2004, p. 68).

Na capacidade de contribuição com tropas e na disponibilidade e interesse do país em auxiliar a ONU na construção de um sistema internacional mais seguro e justo, o país encontra novas oportunidades e relativo poder de influência junto à organização.

Sabe-se que dentro da agenda da PEB, a busca por inserção internacional não é novidade; entretanto está representando um novo caminho, pois o país tem se unido a diversos outros atores para conseguir suas pretensões, usando espaços que lhe é conferido com perspicácia e cautela.

### **CAPÍTULO III – ATUAÇÃO DO CONTINGENTE REGIÃO CENTRO OESTE NA MINUSTAH**

O Haiti passou por décadas de ditaduras e lutas políticas, várias intervenções estrangeiras foram realizadas no país, no entanto, a estrutura estatal deficitária e as graves crises socioeconômicas sempre foram motivos para diversas manifestações.

As manifestações populares sempre presente na história haitiana eclodiram em violência urbana (assassinatos, roubos, sequestros, etc.), em 2004 após a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide, essa situação se agravou e o caos generalizado despertou a atenção da comunidade internacional.

Assim, o CSNU aprovou pela Resolução 1542 a MINUSTAH sob comando brasileiro. A missão tinha como objetivo apoiar o processo constitucional e político do país; assegurar aos cidadãos um ambiente seguro e estável; apoiar a reforma da Polícia Nacional Haitiana; auxiliar na realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais; e promover e proteger os direitos humanos.

O contingente região Centro Oeste, também conhecido como 6º contingente e Força Jauru, nosso principal objeto de pesquisa nesse capítulo, chegou em Porto Príncipe em dezembro de 2006. Nessa tropa estava o DOPAz, grupo oriundo da Brigada de Operações Especiais com sede em Goiânia.

O contingente realizou diversas operações coercitivas, e de acordo com relatórios da ONU, conseguiu diminuir índices de violência urbana na capital do Haiti e em diversos outros bairros.

Além de combater a violência urbana através da prisão de criminosos e de conquistar territórios dominados pelos mesmos, a Força Jauru também desenvolveu ações visando atender as necessidades básicas da população, de atendimento médico e odontológico à serviços de higiene e educação.

Com uma atuação integrando segurança e desenvolvimento, apesar de excessos atribuídos as tropas na contenção da violência urbana e denúncias de desrespeito aos direitos humanos, o contingente, como exposto nas resoluções e relatórios divulgados pelo próprio CSNU e em jornais de grande circulação nacional conseguiu contribuir para o desenvolvimento humano e social do país, como será verificado a seguir.

### 3.1 Sucessivos momentos de instabilidades no Haiti: breve histórico

O Haiti é um país considerado pequeno, porém seus 27.750 km<sup>2</sup> situados na bacia do Caribe já foram palco de eventos dramáticos em sua história: revoltas, golpes ditatoriais, intervenções estrangeiras e várias catástrofes naturais.

Esse país já foi considerado “a mais rica das colônias francesas do Novo Mundo, Saint-Domingue, a ‘pérola do Caribe’, que prosperou, durante os séculos XVII e XVIII, com base na agromanufatura de açúcar” (VALLER FILHO, 2007, p. 141).

No entanto, no findar do século XVIII, sob a influência da Revolução Francesa, essa colônia europeia sofreu a mais importante de suas revoltas, a dos escravos. Valler Filho afirma que essa insurreição é “única na história das Américas, pelas quantidades implicadas, pela sua violência e destrutividade e, finalmente, pelo seu êxito” (2007, p. 141,142).

Tendo sido iniciada em agosto de 1791, transformou-se em luta pela independência até o início do século XIX. Em 1º de janeiro de 1804 o Haiti tornou-se a segunda colônia nas Américas a conquistar sua independência. Valler Filho descreve que:

liderados por representantes da elite crioula, escravos negros protagonizariam o processo de emancipação política do país, com a instalação da primeira república negra do mundo, que passou até 1820 por período conhecido na história haitiana como “fase fundacional (2007, p. 143).

Durante esse período, a antiga ordem colonial deteriorou-se, a agroexportação foi substituída pela agricultura de subsistência. De 1820 a 1915 dá-se a segunda fase da história nacional haitiana. Nesse momento destaca-se economicamente a retomada das exportações de produtos primários como o café, e politicamente, os dirigentes militares continuam a comandar a região.

Até 1915 o Haiti já havia passado por vinte e duas mudanças de governo. As várias crises e a instabilidade política foram justificativas para a primeira intervenção dos Estados Unidos no país ainda em 1915, essa intervenção durou dezenove anos.

Em 1934 a intervenção norte americana se finda, contudo:

a ingerência externa na vida política e econômica do país não se encerraria com a saída das tropas norte-americanas. O recurso constante à violência como justificativa para a manutenção da ordem no Haiti permearia os

governos a partir dessa data, sempre com o envolvimento decisivo das Forças Armadas, apoiadas pelos Estados Unidos (VALLER FILHO, 2007, p. 144).

Em 1957, François Duvalier, também conhecido como Papa Doc, toma posse e declara-se presidente vitalício em 1964. Duvalier governa até a sua morte em 1971. Duvalier era filho da classe média haitiana e foi eleito democraticamente com apoio do exército, das elites locais e dos Estados Unidos.

Jean-Claude Duvalier, seu filho também conhecido como Baby Doc, assume o poder após a morte do pai. Tanto Papa e Baby Doc impuseram um regime marcado pelo terror, tortura e assassinatos bárbaros através da atuação dos *Tonton Macoutes*, uma milícia que garantia o monopólio da força pela presidência da república usando extrema violência. Kawaguti afirma que ambos conseguiram “estabilidade política por meio do assassinato de rivais políticos e intelectuais” (2006, p. 24).

Nesse contexto, “a comunidade internacional passa a divulgar os sucessivos episódios de desrespeito aos direitos humanos, o que acabou por ocasionar o enfraquecimento do regime” (VALLER FILHO, 2007, p. 145).

Assim, em 1984 foram convocadas eleições, todavia, com a contínua repressão criou-se um clima de medo e insegurança, “a taxa de abstenção chegaria a 61% dos eleitores” (*Idem, ibidem*, p. 145). Dois anos após, em 1986, a insatisfação de múltiplos segmentos da sociedade haitiana, apoiados pelo Estados Unidos, impulsionou um movimento popular que levou à queda de Baby Doc e este foi obrigado a deixar o país.

De 1986 a 1990, o Haiti sofreu as consequências da ditadura Duvalier. Após esse período, o país foi conduzido por governos provisórios que não conseguiram superar os problemas políticos, econômicos e sociais da nação. A ineficiência estatal associado a repressão da era Duvalier deixou problemas crônicos ao Estado Haitiano.

Em 1990 uma nova fase da história haitiana começa a se delinear, são realizadas eleições democráticas e o padre católico Jean-Bertrand Aristide vence com 67% dos votos (*Idem, ibidem*, p. 146). Todavia, em setembro de 1991, meses depois de sua posse, em fevereiro, Jean Aristide é deposto após um golpe de estado orquestrado por militares, sob liderança do General Raoul Cédras.

De acordo com Valler Filho, “a partir daquele ano, os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico desalentador” (2007, p. 146).

Em outubro 1994, os Estados Unidos enviaram um navio com a incumbência de controlar a violência nas ruas de Porto Príncipe, todavia, a população haitiana demonstrou insatisfação com a presença externa e as tropas americanas deixaram o país.

No ano anterior, em 1993, a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) criaram a *International Civilian Mission in Haiti* que tinha como finalidade verificar as denúncias de violações aos direitos humanos, porém a missão não logrou êxito. Diante desse panorama, Valler Filho afirma que:

agravado pela escalada de violência, de repressão e de abusos de direitos humanos, com a falência das medidas políticas e diplomáticas da OEA e sem que os mecanismos multilaterais de pressão econômica e comercial se fizessem valer, o Conselho de Segurança das Nações Unidas seria acionado, e aplicado pela primeira vez no hemisfério o controverso capítulo VII da Carta das Nações Unidas, através da Resolução 940 (2007, p. 147).

Atualmente o Haiti é considerado a nação mais pobre do continente americano, a maioria de seus governos foram ineficientes, o país passou por conflitos internos intensos, o que gerou uma estrutura estatal precária para atender as necessidades básica da população. Além disso, o país, ao longo dos anos, vem sofrendo com diversas tragédias naturais<sup>8</sup>.

De acordo com a jornalista Tahiane Stochero a questão social e econômica no Haiti é alarmante e contribui para o aumento da violência, a autora retrata que “praticamente não há telefonia fixa, recolhimento de lixo, energia e água encanada. Apenas 10% das residências haitianas têm acesso a eletricidade, e 20%, ao saneamento básico” (2010, p. 35).

Para Tailon Ruppenthal “80% da população não tem onde trabalhar” (2007, p. 42). Miséria e violência crescem associadas. Sem estruturas básicas de saneamento e proteção à vida, os haitianos são reféns de uma violência constante, e cada vez mais, ficam dependentes da atuação das forças de paz para minimizar sua realidade caótica.

Assim, as missões de paz buscam minimizar a violência, suprir a ineficiência estatal nas áreas sociais, econômicas e culturais e, principalmente, criar condições

---

<sup>8</sup> 1842, terremoto / 1935, tempestade / 1946, sismo de magnitude 8.1 provocando tsunamis / 1954, furacão Hazel / 1963, furacão Flora / 1994, furacão Gordon / 1998, furacão George / 2004, furacão Jeanne / 2008, quatro grandes tempestades tropicais / 2010, terremoto de magnitude 7,0 que causou grande destruição na região da capital haitiana e deixou 250 mil feridos, 1,5 milhão de desabrigados e 200 mil de mortos.

duradouras para que as instituições haitianas firmem-se e possam conduzir o país nos trilhos da justiça social com equidade de direito.

Como uma das consequências positivas da atuação da MINUSTAH no país desde 2004, destaca-se o controle da violência através da prisão de vários criminosos realizada pelo 6º contingente no final de 2006 até meados de 2007.

Stochero cita que, em 2008, a ONG internacional *Cooperative House Foundation* revelou que 100% dos moradores de Cité Soleil sentiam-se seguros após as operações para imposição da paz realizadas pelo contingente região Centro Oeste, “66% creditavam essa ‘sensação’ apenas à atuação da MINUSTAH” (STOCHERO, 2010, p. 180). Algumas dessas operações e seus reflexos à população serão descritos a seguir.

### **3.2 Participação brasileira na MINUSTAH**

A MINUSTAH foi aprovada pela Resolução 1542 do CSNU, em 30 de abril de 2004. A missão substituiu em 1º de junho de 2004, a Multinational Interim Force (MIF), aprovada pela Resolução 1529 de 2004. De acordo com a Resolução 1542, a MINUSTAH foi criada visando os seguintes objetivos:

- Ajudar o Governo de Transição estabelecer um ambiente seguro e estável;
- Auxiliar no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH);
- Prestar assistência por meio de programas de longo prazo com o desarmamento, desmobilização e reintegração;
- Auxiliar na restauração e manutenção do Estado de direito, segurança pública e ordem pública;
- Proteger o pessoal das Nações Unidas, serviços, instalações e equipamentos e para proteger civis sob risco iminente de violência física;
- Apoiar o processo político e constitucional, ajudar na tarefa de organizar, supervisionar e dirigir as eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas;
- Apoiar o governo de transição e as instituições haitianas e organizações haitianas em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e
- Informar sobre a situação dos direitos humanos no país (Resolution 1542, 2004, p. 1,4).

A missão foi solicitada oficialmente pelo presidente interino do país, Boniface Alexandre, que buscava o auxílio da ONU para garantir a manutenção da segurança e apoio para uma transição política pacífica no Haiti. Boniface assumiu o cargo

presidencial após o presidente Aristide deixar o país em 29 de fevereiro de 2004, rumo a África do Sul, onde buscou asilo.

Em seguida a autorização do CSNU, o comando do componente militar da missão foi delegado ao Brasil, a participação do país na missão foi autorizada internamente pelo Decreto Legislativo 207, aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004.

Assim, tropas das Forças Armadas foram enviadas ao Haiti. Na ocasião, 31 de março de 2004, o então Presidente Lula enalteceu em seu discurso a importância do envolvimento do Brasil numa missão desse porte:

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. [...] Por esta razão, decidimos também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, de promover a reconciliação nacional do Haiti (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti, 2004).

No dia 1º de junho de 2004 a MINUSTAH chegava ao país sob chefia do General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Na ocasião o efetivo era de 6.700 homens oriundos da Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Portugal, Turquia e Uruguai (UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. United Nations Stabilization Mission in Haiti.).

O mandato da MINUSTAH foi estabelecido por um período inicial de 6 meses com previsões de renovações adicionais. O mandato está embasado no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, Seção I, e traz três metas prioritárias: ambiente seguro e estável, processo político e direitos humanos.

I. Entorno seguro y estable:

- a) En apoyo del Gobierno de transición, establecer un entorno seguro y estable en el que se pueda desarrollar el proceso político y constitucional en Haití;
- b) Ayudar al Gobierno de transición en la supervisión, reestructuración y reforma de la Policía Nacional de Haití, de conformidad con las normas de policía democrática, en particular mediante el examen de los antecedentes y la certificación de su personal, el asesoramiento sobre su reorganización y formación, en particular formación en cuestiones de género, y la supervisión y el adiestramiento de los miembros de la Policía Nacional de Haití;

- c) Prestar asistencia al Gobierno de transición, en particular a la Policía Nacional de Haití, mediante programas amplios y sostenibles de desarme, desmovilización y reinserción para todos los grupos armados, incluidas las mujeres y los niños asociados con esos grupos, así como mediante medidas de seguridad pública y control de armas;
- d) Prestar asistencia en el restablecimiento y mantenimiento del Estado de derecho, la seguridad pública y el orden público en Haití, prestando, entre otras cosas, apoyo operacional a la Policía Nacional de Haití y el Servicio de Guardacostas de Haití, así como en el fortalecimiento institucional, incluido el restablecimiento del sistema penitenciario;
- e) Proteger al personal, los servicios, las instalaciones y el equipo de las Naciones Unidas y la seguridad y libertad de circulación de su personal, teniendo en cuenta la responsabilidad primordial que incumbe al Gobierno de transición a este respecto;
- f) Proteger a los civiles, en la medida de sus posibilidades, y dentro de su zona de despliegue sobre los cuales se cierna una amenaza inminente de ataque físico, sin perjuicio de las obligaciones del Gobierno de transición y de las autoridades policiales (Naciones Unidas. Resolución 1542 (2004). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004.).

Havia uma preocupação por parte do CSNU com a estabilidade do país, assim foi incentivado a redução da violência, e também o treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH) para enfrentar situações de conflito respeitando os limites do direito e da ética profissional. As mulheres e crianças vítimas, em parte, de aliciadores criminosos ou de vários outros tipos de agressões, deveriam receber atenção especial do Estado. Controle de armas e reestabelecimento do sistema penitenciário também foram enfatizados. A Resolução também trouxe metas visando garantir equilíbrio político para o país, com a promoção de eleições democráticas e transparentes:

#### II. Proceso político:

- a) Apoyar el proceso constitucional y político que se ha puesto en marcha en Haití, incluso ofreciendo buenos oficios, y fomentar los principios del gobierno democrático y el desarrollo institucional;
- b) Ayudar al Gobierno de transición en sus esfuerzos por entablar un proceso de diálogo y reconciliación nacional;
- c) Ayudar al Gobierno de transición en la tarea de organizar, supervisar y llevar a cabo elecciones municipales, parlamentarias y presidenciales libres y limpias a la mayor brevedad posible, en particular prestando asistencia técnica, logística y administrativa y manteniendo la seguridad, con el apoyo apropiado a un proceso electoral en que la participación de los votantes sea representativa de las características demográficas del país, con inclusión de las mujeres;
- d) Ayudar al Gobierno de transición a extender la autoridad del Estado por todo Haití y apoyar el buen gobierno a nivel local (Naciones Unidas.



Resolución 1542 (2004). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004.).

A Resolução 1542 do CSNU também enfatizou a importância de apoiar o Governo de transição e demais organizações presentes no país na promoção e defesa dos direitos humanos, principalmente de grupos vulneráveis como crianças e mulheres, essas últimas submetidas a violência de gênero e a exploração sexual.

III. Derechos humanos:

a) Apoyar al Gobierno de transición, así como a las instituciones y grupos haitianos de derechos humanos, en sus esfuerzos por promover y proteger los derechos humanos, particularmente los de las mujeres y los niños, a fin de asegurar la responsabilidad individual por los abusos de los derechos humanos y el resarcimiento de las víctimas;

b) En cooperación con la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos, vigilar la situación de los derechos humanos, incluida la situación de los refugiados y las personas desplazadas que regresan, y presentar informes al respecto (Naciones Unidas. Resolución 1542 (2004). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961ª sesión, celebrada el 30 de abril de 2004.).

Assim, de forma sucinta, os objetivos da MINUSTAH extraídos de seu mandato são dar apoio ao processo constitucional e político no Haiti, buscar assegurar a todos os cidadãos um ambiente seguro e estável; apoiar o governo de transição no monitoramento e reforma da PNH visando estabelecer em suas rotinas princípios democráticos de conduta; dar apoio a PNH em um programa de desarmamento, desmobilização e reintegração; auxiliar na realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais; e promover e proteger os direitos humanos.

A MINUSTAH, ainda em funcionamento, teve seu mandato renovado diversas vezes por meio de resoluções do CSNU, que estabelecem as diretrizes de conduta e os objetivos a serem alcançados pela missão. Além disso, é através das resoluções que modificações podem ser realizadas adaptando-se às transformações políticas, socioeconômicas e de segurança que o país apresenta.

**TABELA VIII – Resoluções do CSNU sobre a MINUSTAH\***

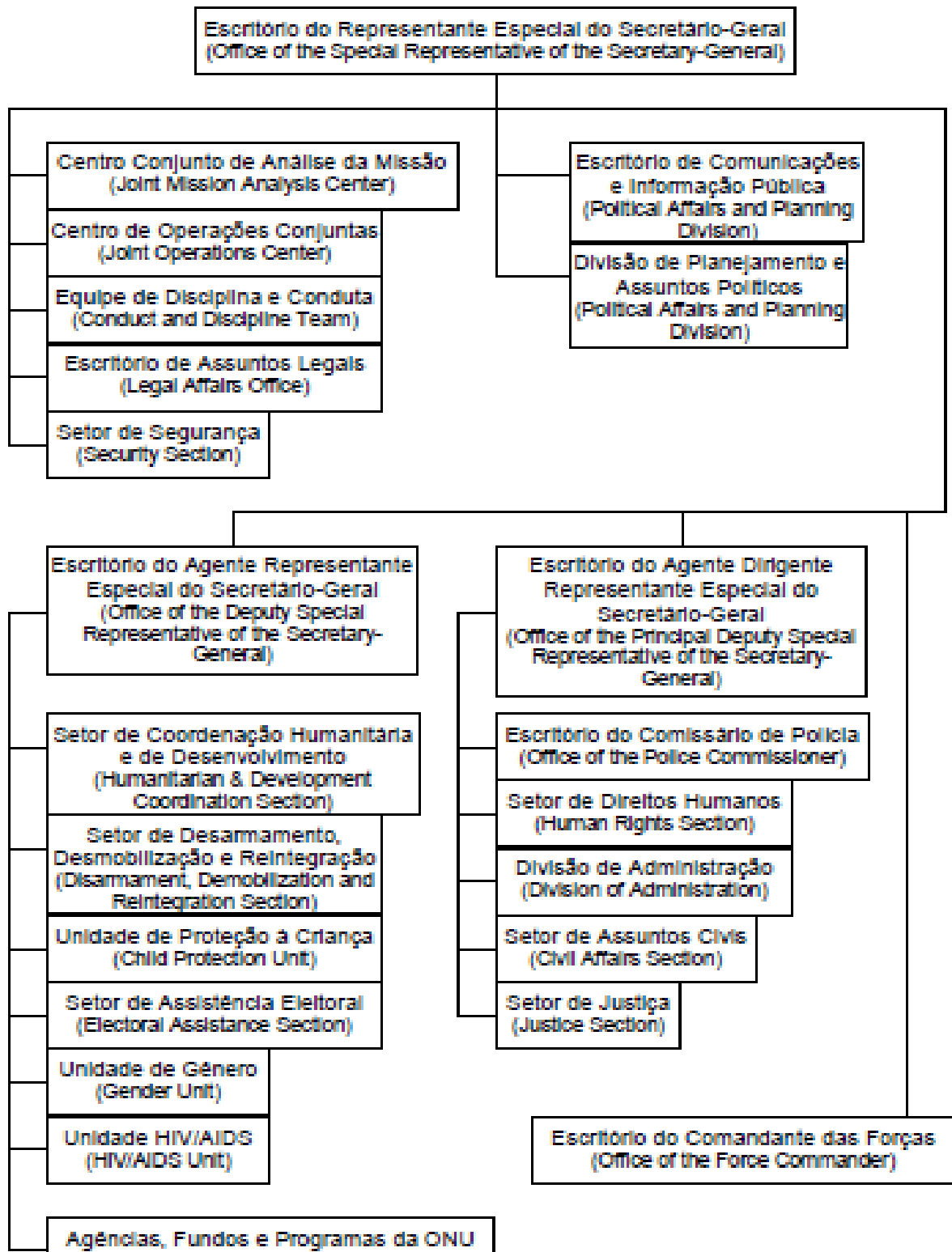
	<b>Resolução</b>	<b>Considerações</b>
<b>1</b>	Resolução 1542 30 de abril de 2004	Esta resolução autoriza a atuação da MINUSTAH a partir do 1º de junho de 2004 por um período inicial de seis meses. Também estabelece as prioridades da missão voltadas para a criação de ambiente seguro e estável à população, estabilidade política e promoção e defesa dos direitos humanos.
<b>2</b>	Resolução 1576 29 de novembro de 2004	Reafirma compromissos anteriores e estende o mandato da MINUSTAH até 1º de junho de 2005, com base no capítulo VII da Carta da ONU.
<b>3</b>	Resolução 1608 22 de junho de 2005	O CSNU declara que a situação do Haiti é tensa, ratifica que há ameaças à paz e à segurança internacionais e estende o mandato da MINUSTAH até 15 de fevereiro de 2006.
<b>4</b>	Resolução 1702 15 de agosto de 2006	O CSNU ainda vê com preocupação a questão da ameaça à paz e à segurança internacionais no Haiti. Deste modo, destaca a necessidade de reformar as instituições nacionais que primam pela estabilidade e por um desenvolvimento econômico e social sustentável. O mandato da MINUSTAH é estendido até 15 de fevereiro de 2007.
<b>5</b>	Resolução 1743 15 de fevereiro de 2007	Esta resolução confirma as apreensões do CSNU sobre a questão da segurança no país. Reafirma a legalidade/validade das resoluções anteriores e ratifica que o respeito aos direitos humanos, ao devido processo legal, a responsabilização criminal são passos fundamentais para a construção de um Estado pleno de direitos. A resolução estende o mandato da MINUSTAH até 15 de outubro de 2007.
<b>6</b>	Resolução 1780 15 de outubro de 2007	A resolução apresenta novamente as preocupações do CSNU na temática violência e ameaça à paz. Demonstra o comprometimento da ONU com a soberania, independência, integridade territorial haitiana, porém reconhece a responsabilidade dos governos locais e também do povo na busca por um país estável e seguro. O mandato da MINUSTAH é estendido até 15 de outubro de 2008.
<b>7</b>	Resolução 1840 14 de outubro de 2008	Nessa resolução ainda é perceptível a insatisfação do CSNU com a violência e ameaças à paz e à segurança internacionais. O CSNU reafirma compromissos antecedentes firmados por resoluções anteriores, cumprimenta o governo recém-empossado do primeiro-ministro Michele Pierre-Louis e revela assentimento com a plataforma política exposta no Parlamento que visa estabilidade e democracia a nação haitiana. O CS reconhece os efeitos catastróficos do período de furacões sobre o Haiti e

		demonstra preocupação com a agricultura, infraestrutura, estabilidade e segurança no país. O mandato da MINUSTAH é ampliado até 15 de outubro de 2009.
<b>8</b>	Resolução 1892 13 de outubro de 2009	Compromissos e preocupações anteriores são reafirmados. O mandato da MINUSTAH é estendido até 15 de outubro de 2010.
<b>9</b>	Resolução 1908 19 de janeiro de 2010	A resolução expressa os pesares do CSNU à nação haitiana e demonstra preocupação com o rumo do país após o terremoto de 12 de janeiro de 2010. É recomendado o aumento do número de capacetes azuis.
<b>10</b>	Resolução 1927 4 de junho de 2010	A resolução reafirma compromissos anteriores da ONU com o país. Reconhece os esforços da MINUSTAH na tentativa de responder as sequelas do terremoto. Confirma a necessidade das autoridades locais avançarem com esforços para promover e proteger os direitos humanos e resguardar grupos vulneráveis da violência e seus reflexos sociais.
<b>11</b>	Resolução 1944 14 de outubro de 2010	Afirma que para a reconstruir o Haiti é necessário que uma paz duradoura seja alcançada, assim demonstra preocupação com a violência, aumento da circulação de armas, tráfico de drogas, crimes sexuais e de gênero e demais ameaças à paz e estabilidade do país. Reafirma a necessidade de conciliar medidas de segurança com projetos socioeconômicos. Recomenda o fortalecimento de instituições nacionais de direitos e a ampla atuação destas no território haitiano. O mandato da missão é ampliado até 15 de outubro de 2011.
<b>12</b>	Resolução 2012 14 de outubro de 2011	A resolução afirma que a nação haitiana ainda continua a enfrentar desafios humanitários expressivos com mais de 600 mil deslocados e sofre com a epidemia de cólera que atinge a população. Novamente demonstra preocupação com as manifestações de violência, com o aumento dos crimes de homicídios, sequestros e estupros e reforça a necessidade de mecanismos de controle da criminalidade, apoiando uma atuação firme das instituições de direito estatais. A resolução encoraja a MINUSTAH a permanecer apoiando o governo haitiano na proteção da população civil, em especial, dos grupos fragilizados. O Secretário-geral das ONU revela que as medidas necessárias contra integrantes da MINUSTAH que praticarem atos ilícitos contra qualquer cidadão haitiano serão levadas as últimas instâncias. O CSNU renova o mandato da MINUSTAH até 15 de outubro de 2012.
<b>13</b>	Resolução 2070	Essa resolução reafirma as anteriores sobre Haiti, em especial: 2012 (2011), 1944 (2010), 1927 (2010), 1908 (2010), 1892 (2009), 1840 (2008),

	12 de outubro de 2012	1780 (2007), 1743 (2007), 1702 (2006), 1658 (2006), 1608 (2005), 1576 (2004) e 1542 (2004). Ratifica o compromisso por parte das Nações Unidas com a soberania, a independência, integridade territorial e a unidade do Haiti, dentre outros temas importantes já destacados em resoluções anteriores. Reconhece que o Haiti continua a fazer progressos significativos desde o trágico terremoto que ocorreu em 2010 e que em 2011 o país alcançou vários marcos na arena política. Evidencia progressos no processo de estabilização, na criação do Conselho Superior da Magistratura e na publicação de emendas constitucionais. Através desta resolução o mandato da MINUSTAH foi renovado até 15 de Outubro de 2013 com a intenção de renovo posterior.
14	Resolução 2119 10 de outubro de 2013	A Resolução 2119 foi adotada pelo CSNU em sessão realizada no dia 10 de outubro de 2013. Nessa resolução o CS reafirmou compromissos defendidos em resoluções anteriores: 2070 (2012), 2012 (2011), 1944 (2010), 1927 (2010), 1908 (2010), 1892 (2009), 1840 (2008), 1780 (2007), 1743 (2007), 1702 (2006), 1658 (2006), 1608 (2005), 1576 (2004) e 1542 (2004). Reconheceu que em 2012 o Haiti tomou medidas significativas na tentativa de estabilizar o país, mas evidenciou que muitos esforços ainda são necessários para que o respeito aos humanos fossem efetivados no Haiti, este que é um elemento essencial para a estabilidade da nação. O mandato da MINUSTAH foi prorrogado até 15 de outubro de 2014.
<p>* Quadro elaborado a partir de informações retiradas das resoluções do CSNU sobre a MINUSTAH.</p> <p><b>FONTE:</b>  Resolution S/RES/1542: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/48bfc5642.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/48bfc5642.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1576: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/42c3a15e4.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/42c3a15e4.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1608: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/42bc37bf2.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/42bc37bf2.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1702: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/453786b3c.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/453786b3c.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1743: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/45fffb5f2.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/45fffb5f2.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1780: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4715b6bf2.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4715b6bf2.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1840: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/48f736e62.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/48f736e62.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1892: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ad886272.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ad886272.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1908: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4b66c06d2.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4b66c06d2.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1927: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4c1f30522.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4c1f30522.html</a>&gt;  Resolution S/RES/1944: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4cd13ea32.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4cd13ea32.html</a>&gt;  Resolution S/RES/2012: &lt;<a href="http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ea51bbb2.html">http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ea51bbb2.html</a>&gt;  Resolution S/RES/2070: &lt;<a href="http://www.refworld.org/docid/5088fd592.html">http://www.refworld.org/docid/5088fd592.html</a>&gt;  Resolução 2119: &lt;<a href="http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2119%20(2013)">http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2119%20(2013)</a>&gt;</p>		

Além das resoluções que expressam as metas da missão, no estabelecimento da mesma, foi-se desenhado um arcabouço organizacional que proporcionasse fluidez nos processos decisórios no decorrer da missão, através do trabalho conectado e da troca de informação dos vários departamentos.

**FIGURA I – Organograma da MINUSTAH**



FONTE: CORBELLINI, 2009, p. 108.

A missão possui Setor de Coordenação Humanitária e de Desenvolvimento, Setor de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, Unidade de Proteção à Criança, Unidade de Gênero e Unidade HIV/AIDS. Todos esses departamentos demonstram a preocupação e responsabilidade por parte das Nações Unidas com a segurança humana e evidenciam o cuidado do CS em privilegiar e incentivar o respeito aos direitos humanos.

### **3.2.1 Contribuições do contingente região Centro Oeste: atuação do DOPaz na contenção da violência**

O DOPaz é uma tropa de elite do exército brasileiro formado exclusivamente por soldados das Forças Especiais (FE). Conforme Stochero, esses soldados têm treinamento especializado para atuar nos mais diversos ambientes hostis, possuem habilidades físicas, psicológicas e motoras aguçadas. O DOPaz e o Destacamento de Operações Sociais e Psicológicas de Paz (DOSPAz) fazem parte do 6º contingente brasileiro na MINUSTAH.

O 6º contingente chegou em Porto Príncipe na primeira quinzena de dezembro de 2006, porém, somente no dia 18 de dezembro a troca de tropas foi realizada oficialmente. Retornou ao Brasil o 5º contingente oriundo da região Nordeste e tomou posse a Força Jauru, proveniente da região Centro Oeste (STOCHERO, 2010, p. 58).

Participavam do contingente 1.079 militares. Também agregavam este efetivo 225 militares da Marinha do Brasil, 31 militares do Exército Paraguaio e um do Exército Boliviano. Além de quatro oficiais, sendo duas médicas e uma dentista do Exército Brasileiro e uma médica da Marinha do Brasil. (LESSA, 2007, p. 98)

Os militares encontraram um ambiente relativamente estável, porém essa realidade se transformou em alguns dias, pois teve início uma sequência de sequestros extremamente violentos, o medo e a insegurança contagiaram a população.

O DOPaz é coordenado por quatro capitães, e a eles estão subordinados 16 praças – seis sargentos e dez cabos e soldados, especialistas em demolições, comunicações, tiro técnico e armamento. **O grupo, oriundo da Brigada de Operações Especiais, sediados em Goiânia, foi criado no início de 2006 para atuar com liberdade tática total**, respondendo de forma rápida e autônoma a ameaças e problemas que viessem a surgir durante a missão de paz. No Haiti, o DOPaz é sempre o primeiro a agir nas operações

de combate pesado contra os grupos armados e tem como lema cumprir “qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora e de qualquer maneira”. O destacamento teoricamente não existe na estrutura organizacional do batalhão brasileiro no Haiti e nunca é citado em documentos oficiais do Exército e da ONU. O grupo só aparece em relatórios sigilosos sobre as operações e de forma genérica. Poucos sabem da existência do DOPaz ou conhecem a identidade de seus integrantes [Grifo nosso] (STOCHERO<sup>9</sup>, 2010, p. 21,22).

A Brigada de Operações Especiais encontra-se no Jardim Guanabara em Goiânia, foi criada em 2002 e está estrategicamente instalada na região central do país, pela proximidade do Aeroporto Internacional Santa Genoveva e da Base Aérea de Anápolis, e principalmente, por ficar próximo à Capital Federal (Brigada de Operações Especiais).

A Brigada tem capacidade para atuar em complexas operações especiais, tais como: “Operações Psicológicas e algumas das Operações de Defesa Química, Biológica e Nuclear” (Brigada de Operações Especiais).

Stochero confere à atuação coercitiva do 6º contingente a diminuição dos elevados índices de violência na capital do Haiti, Porto Príncipe, e em bairros como Cité Militaire e Cité Soleil, mas também, por meio da minuciosa descrição das operações militares desenvolvidas pelo contingente em sua obra é possível detectar indícios de excessos cometidos pelos militares.

Desde o início da missão, a área de atuação do Batalhão brasileiro é a maior e mais arriscada, pois contempla bairros extremamente perigosos onde estão concentradas as gangues mais violentas do país.

O preparo dos contingentes brasileiros a serem enviados a uma missão de paz, dá-se pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sergio Vieira de Mello (CCOPAB) que tem como missão “apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária”. O Centro é uma organização militar ligada ao Ministério da Defesa, no entanto, subordinada ao Exército Brasileiro.

---

<sup>9</sup> A Jornalista é autora do livro-reportagem: STOCHERO, Tahiane. **DOPaz: como a tropa de elite do Exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. *In loco* a correspondente teve acesso a informações privilegiadas e acompanhou algumas operações do grupo.

## MAPA I - Cidades Haiti



FONTE: [www.maps.com](http://www.maps.com)

## MAPA II - Área de responsabilidade do Batalhão brasileiro no Haiti



FONTE: LESSA, 2007, p. 72



Stochero descreve em sua obra seis operações militares realizadas pelo 6º contingente, veremos a seguir detalhes de cada uma dessas operações.

### **Operação Natal Pacífico (ONP): 22 de dezembro de 2006**

A ONP teve como principal finalidade prender Pierre Belony Emalise, “líder criminoso de 27 anos que domina Bois Neuf e Drouillard, duas das 34 regiões de Cité Soleil. Ambas são consideradas pela imprensa indústrias de cativeiros em série” (STOCHERO, 2010, p. 22).

Durante a operação, Urutus, veículos blindados brasileiros, foram usados, eles deixaram a Base General Bacellar com 28 militares a bordo. “Armas de alta destruição” foram autorizadas pelo coronel responsável contra “edificações ocupadas pelos criminosos”.

**FIGURA II – Brasileiros patrulham ruas de Bel Air em blindados Urutu**



**FONTE:** KAWAGUTI, 2006.

Os Urutus eram sempre usados pelos militares brasileiros, tanto em combate como em patrulhas rotineiras, visando ter maior poder de fogo e, principalmente, como mecanismo de proteção e defesa.

Stochero revela que a comunidade internacional encontrava-se agitada por causa do aumento da criminalidade na região, os noticiários criticavam a insegurança no Haiti e questionavam a capacidade da MINUSTAH de colocar ordem ao caos.

O terror voltou à rotina haitiana e a imprensa local apelida os capacetes azuis de “turistas”, considerando-os fracos e inativos diante do caos que se reinstalara no país. Comércio, bancos e embaixadas fecham as portas às 16 horas, para que funcionários possam chegar em casa antes do pôr do sol. As aulas são suspensas temporariamente. Crianças e adolescentes são encontrados mortos junto a montanhas de lixo e dutos de esgoto, pois os familiares não têm dinheiro para pagar o resgate exigido pelos sequestradores (2010, p. 23).

Nessa operação, os militares dispunham de fuzil M-4, MAG de calibre 7.62 mm, fuzil Barret .50, um alto poder de fogo, além disso, contavam com atiradores de elite conhecidos como ‘caçadores’, capazes de acertarem precisamente alvos, apesar da distância e das condições de tempo (STOCHERO, 2010, p. 25).

O caçador está cumprindo as regras de engajamento, que determinam o emprego da força na missão de paz e autorizam os militares a atirar sempre que funcionários da ONU ou a população estejam em “situações de riscos, ameaça ou intenção de ato hostil”. Segundo o documento confidencial que define a conduta das tropas da MINUSTAH, “o emprego da força deve ser pautado pela proporcionalidade”, mas pode ser aplicado “contra pessoas ou grupos que limitem a liberdade de movimento” de civis ou militares. Na verdade, o texto que determina as regras de engajamento explicita que a tropa possui carta branca para disparar também quando não há risco iminente, durante operações, como a Natal Pacífico, destinadas a conquistar áreas dominadas pelos criminosos e matando, se preciso for (2010, p. 28).

Ainda de acordo com a autora:

A eficácia da MINUSTAH é questionada pela população, que pede mudanças na atuação da tropa e põe em xeque sua credibilidade no restabelecimento da segurança. Em editorial, o periódico local *Le Matin Haiti* afirma que “as forças ditas de dissuasão das Nações Unidas jamais conseguiram uma solução tangível para o marasmo político e a iminente guerra civil, argumento que justificou a intervenção em 2004”. O jornal compara Porto Príncipe a Bagdá, a capital do Iraque, pelo nível de terror, e apelida a capital haitiana de “Bagdad Blues”, uma Bagdá “pintada” pelos capacetes azuis. Organizações

de direitos humanos enviam uma carta ao governo exigindo “uma rápida atuação contra o crescimento da violência”. Seguindo o clamor popular, a Câmara dos Deputados entrega ao chefe da MINUSTAH, o embaixador Edmond Mulet, uma petição em que diz não aceitar “a passividade” da ONU frente ao caos. No documento, os parlamentares afirmam que o governo provisório, em 2004, “abriu mão da soberania haitiana para que tropas internacionais entrassem no território do país com a missão de estabilizar e pacificar o Haiti”, e pede uma “ação orquestrada para o desarmar grupos ilegais”. Em resposta, o comandante militar da força de paz, general Elito Carvalho Siqueira, credita publicamente a responsabilidade de combater o crime no país à Polícia Nacional Haitiana. Os capacetes azuis atuavam só como um apoio à estabilização (2010, p. 51).

A ONP durou aproximadamente 18 horas, Belony não foi preso, contudo, trinta criminosos foram baleados na ação. Os Médicos Sem Fronteiras afirmaram que houve 13 mortos na ação (STOCHERO, 2010, p. 75).

#### **Operação Feliz Ano Novo (OFAN): 28 de dezembro de 2006**

A OFAN envolveu duzentos brasileiros, 25 policiais do Haiti e da ONU. Seu principal objetivo era dispersar as quadrilhas e recuperar armamentos e munições dos militares da missão que estavam em poder dos criminosos. Além disso, a operação visava prender o líder criminoso Pierre Belony Emalise.

De acordo com informação divulgada pelo chefe da MINUSTAH, embaixador Edmond Mulet no dia 29 de dezembro de 2006, Belony não foi preso, porém 10 integrantes de sua quadrilha foram mortos em confronto com militares (*Idem, ibidem*, p. 81,83,85)

#### **Operação Armadillo (TATU): 03 de janeiro de 2007**

Essa operação teve como objetivo tampar grandes buracos abertos nas ruas de Cité Soleil pelos criminosos com o intuito de dificultar o acesso dos Urutus a locais estratégicos para as gangues, esconderijos de armas, drogas e lugares usados como cativeiro por sequestradores.

Na ocasião, atiradores do DOPaz utilizaram uma igreja, fechada na data a pedido da ONU, como base para a operação. O objetivo foi alcançado pela tropa.

## Operação Angiosturus: janeiro de 2007

Essa operação foi desenvolvida para consolidar a pacificação de Cité Militaire. Nesse contexto, mudanças são feitas no comando da MINUSTAH, mas o objetivo de não tolerar a criminalidade no país continua firme pelo comando da missão em conjunto com a PNH:

Nos quatro meses seguintes, **11 grandes operações militares e centenas de patrulhas diárias permitem ao Brasil assumir o controle total de Cité Soleil**. Todos os líderes de gangues são presos, com exceção de Amaral Duclonas, que graças a supostas relações com o partido Lavalas e o governo Préval, consegue escapar da mira dos fuzis brasileiros, sendo detido somente em 2008, na República Dominicana [Grifo nosso] (STOCHERO, 2010, p. 102).

O controle da violência no Haiti pela MINUSTAH começa a ser noticiado em diversos meios de comunicação em vários países, os jornais brasileiros também divulgam resultados positivos das operações militares:

Cerca de 20 mil haitianos cantaram, dançaram e comemoram pelas ruas da capital, Porto Príncipe, a 'pacificação' da região caracterizada pela ONU como a mais violenta do Haiti, o bairro de Cité Soleil. O local foi visitado pela reportagem do [estadão.com.br](http://estadão.com.br) nesta sexta-feira, 27, dia em que a marcha foi realizada. Apesar da estabilidade conseguida em Cité Soleil, o Haiti continua enfrentando sérios problemas em relação à segurança, e **diversas pessoas ouvidas pela reportagem demonstraram o desejo de que o as tropas permaneçam no país por mais tempo**. Até a retirada dos criminosos, as tropas da Minustah não podiam entrar em Cité Soleil e eram alvo dos bandidos. **Nenhuma autoridade legítima estava instituída na região**. A população vivia com medo e aterrorizada pela gangue de Evens Jeune. Até que, por iniciativa e comandadas pelo Brasil, tropas realizaram uma operação que tomou pontos estratégicos da gangue e iniciou, no início de março, a pacificação do bairro, que está sob tutela do Exército Brasileiro. O haitiano Yves Louis, de 50 anos, explica o motivo da manifestação, organizada pelo novo prefeito e por líderes comunitários: **"Esta marcha é digna do que o Brasil fez aqui. Eu não saía à rua com medo e agora todos podemos voltar a viver em Cité Soleil**. Agora está se estabelecendo a Justiça e Deus vai ver que ainda há esperança no Haiti". Questionado sobre se já não era hora das tropas deixarem o Haiti, o desempregado disse acreditar que a Minustah deve deixar o país caminhar com suas próprias pernas um dia, mas não agora. **"Queremos que as tropas vão embora e passem o comando para a nossa polícia. Mas não agora. Se o Brasil for embora, todos os bandidos vão voltar**. Acabamos de ter a oportunidade de sair às ruas. Se o Brasil for embora, eles vão voltar a agir", afirmou ao [estadão.com.br](http://estadão.com.br) [Grifo nosso] (ESTADÃO. *Haitianos agradecem Brasil por 'pacificação' em Cité Soleil*. Sexta-feira, 27 de Abril de 2007).

Pelo menos 400 membros de grupos criminosos foram presos desde o início do ano no Haiti pela polícia do país, com o apoio de tropas da ONU. Segundo o porta-voz da Minustah, David Wilmhurst, as missões conjuntas da polícia do Haiti com os soldados da ONU "estão cada vez mais bem-sucedidas" (ESTADÃO. *ONU e polícia prenderam 400 no Haiti desde janeiro*. Sexta-feira, 30 de Março de 2007).

O sucesso das operações estimula as tropas e impulsiona novas ocupações visando prender criminosos e recuperar territórios dominado pelos bandidos.

### **Operação Casa Azul (OCA): 24 de janeiro de 2006**

A Casa Azul, antiga escola, é um prédio de quatro andares (16 metros de comprimento, 8 de largura, 12 de altura) em localização privilegiada, no entanto tornou-se refúgio de gangues criminosas que desejam controlar a região.

Para a OCA, o DOPaz realizou vários treinamentos, pois era “a primeira operação planejada inteiramente pelo 6º contingente”, assim traçam uma estratégia audaciosa e precisa visando minimizar ‘efeitos colaterais’ para as tropas e para os civis.

As tropas atacaram redutos de criminosos em locais distante da Casa Azul, assim os bandidos que estavam na Casa Azul correram para confrontar os militares, enquanto isso, outro grupo de soldados invadiram a casa visando ocupá-la sem grandes dificuldades. Usando essa estratégia, dividir para conquistar, o DOPaz conseguiu invadir e apropriar-se totalmente da Casa Azul.

O local passa a servir de base para os militares e possibilita maior visão e acesso rápido a redutos da favela de Cité Militaire e Cité Soleil. “Para conquista da Casa Azul, os capacetes azuis realizaram mais de 4.500 disparos – 2 mil feitos pelos brasileiros” (STOCHERO, 2010, p. 120).

Ainda de acordo com a autora, “de 24 de janeiro a 15 de fevereiro de 2007, a Casa Azul [foi] alvo diário de ataques [dos criminosos] que tentam reconquistar a base”, chegando a ser “alvo de oitocentos tiros diários” (*Idem, ibidem* p. 121,125).

**FIGURA III – Casa Azul sob domínio das tropas brasileiras - 2007**



**FONTE:** Blog da jornalista Tahiane Stochero

**FIGURA IV – Casa Azul**



**FONTE:** Blog da jornalista Tahiane Stochero

## Operação Jauru Sudamericano (OJS): 09 de fevereiro de 2007

Após a conquista pelo DOPaz da Casa Azul, que tornou-se uma base militar, os criminosos começaram a se organizar para executar represálias aos militares da MINUSTAH e a PNH. No dia 3 de fevereiro de 2007, “três brasileiros são feridos em seis emboscadas entre o Ponto Forte 16 e a Rodovia Nacional Nº 1” (*Idem, ibidem* p. 125).

Barricadas com pneus velhos foram feitas pelos criminosos em pontos estratégicos e os militares da missão foram “alvo de mais de 5 mil tiros”. O serviço de inteligência da ONU fez um alerta ao comando da MINUSTAH relatando a descoberta de planos por parte dos bandidos para invadir as sedes da missão. Uma intensa disputa começa a ser travada entre soldados e grupos de criminosos fortemente armados.

Os ataques se intensificam por toda Porto Príncipe: às 19h45, [03 de fevereiro de 2007] blindados são recebidos a pedradas, golpes de garrafas de vidro e rajadas de tiros na rua Vilfort, ao lado da Casa Azul. Às 20h30, brasileiros são alvos de disparos próximo à caixa-d'água e no conjunto habitacional Kay Boule, reduto da gangue de Ti Bazil. Uma hora depois, no mesmo local, as tropas são mais uma vez alvo de ataques e decidem revidar. Na avenida Soleil, mais tocaias: às 22h20, dezenas de disparos e quatro coquetéis molotov atingem dois Urutus, que conseguem escapar. A ordem é bloquear a rua, para que os brasileiros não acessem a Escola Nacional. E é de lá que, às 23 horas, os bandidos recomeçam os ataques contra a MINUSTAH, colocando carcaças de carros, lixo, móveis e pneus tomados pelo fogo em todas as vias de Cité Soleil. (STOCHERO, 2010, p. 127).

**FIGURA V – Tropas e blindados brasileiros guardam o “Ponto Forte 16”**



**FONTE:** KAWAGUTI, 2006.

Diante desse cenário de guerra, o comando da MINUSTAH decide seguir adiante no processo de conquista de territórios dominados pelos criminosos. Um grande golpe já havia sido dado nos bandidos, com a recuperação e instalação de base militar na Casa Azul e a prisão de criminosos e armas, todavia, a criminalidade ainda era alta e surgiam críticas à inatividade da MINUSTAH para conter a violência.

A OJS é autorizada pelo general Santos Cruz e pelo diplomata e chefe da MINUSTAH Edmond Mulet, “a cúpula da missão de paz avaliza a primeira grande operação militar contra a Base Jamaica<sup>10</sup>” (*Idem, ibidem* p. 133).

Em resoluções anteriores<sup>11</sup> e também ao renovar novamente o mandato da MINUSTAH, a ONU autoriza<sup>12</sup> as tropas internacionais combater de forma mais enérgica o aumento das gangues e, conseqüentemente, da violência no país.

Porém as recomendações do CSNU deixam claro a importância dos membros da missão respeitarem os direitos humanos, trabalhar em conjunto com PNH, preservando e consolidando as instituições de direito do país.

No entanto, relatos de desrespeito aos direitos humanos em suas mais diferentes formas são frequentes durante a execução das operações militares dessa tropa e no transcorrer de toda a missão. As críticas e abusos atribuídos ao contingente região Centro Oeste na contenção da violência serão abordadas no próximo tópico dessa dissertação.

A OJS aconteceu no dia 09 de fevereiro de 2007, antes de executar a operação o DOPaz e demais participantes da missão traçam estratégias e realizam

---

<sup>10</sup> A Base Jamaica é formada por um conjunto de edificações em círculo, tendo ao centro uma praça para prática de esportes. A ostentação e a riqueza impressionam. Diferentemente das casas pobres da favela, sem água encanada nem energia elétrica, os prédios possuem ar-condicionado, geladeira, eletrodomésticos e veículos importados (STOCHERO, 2010, p. 152).

<sup>11</sup> [...] 9. *Subraya* la importancia del apoyo constante de la MINUSTAH para el fortalecimiento institucional de la Policía Nacional de Haití y, en este sentido, *pide* a las autoridades haitianas, en especial a la Policía Nacional de Haití, y a la MINUSTAH que establezcan una coordinación óptima a fin de combatir la delincuencia y la violencia, en particular en las zonas urbanas, teniendo en cuenta las necesidades de servicios especializados señaladas por el Secretario General para aumentar la capacidad de la MINUSTAH en esta materia; / 10. *Apoya decididamente*, en este sentido, el propósito del Secretario General de maximizar la función de prevención del delito de la MINUSTAH, en particular en lo que se refiere a la amenaza de la violencia de las bandas y los secuestros. FONTE: *Resolución 1702 (2006). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5513ª sesión, celebrada el 15 de agosto de 2006.* [Online, pdf, p. 03] Disponível: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48bfd1902>> Acesso: 23 de janeiro de 2014.

<sup>12</sup> [...] 7. *Pide* que la MINUSTAH mantenga la intensificación del ritmo de las operaciones en apoyo de la Policía Nacional de Haití contra las bandas armadas en la medida necesaria para restablecer la seguridad, en particular en Puerto Príncipe, y alienta a la MINUSTAH y al Gobierno de Haití a adoptar medidas coordinadas de disuasión para reducir el nivel de la violencia; / 10. *Pide* a la MINUSTAH que, en ese contexto, **agilice sus actividades para reorientar sus recursos de desarme, desmovilización y reintegración hacia la ejecución de un programa amplio de reducción de la violencia en la comunidad**, según se decidió en la resolución 1702 (2006), en estrecha coordinación con el Gobierno de Haití y otros agentes pertinentes; / 11. **Deplora y condena en los términos más enérgicos todo ataque contra el personal de la MINUSTAH y exige que se ponga definitivamente término a los actos de intimidación o violencia contra el personal de las Naciones Unidas y personal asociado y otras organizaciones internacionales y humanitarias dedicadas a labores humanitarias, de desarrollo o de mantenimiento de la paz.** [Grifo nosso] FONTE: *Resolución 1743 (2007). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5631ª sesión, celebrada el 15 de febrero de 2007.* [Online, pdf, p. 03] Disponível: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=49ba23892>> Acesso: 23 de janeiro de 2014.



monitoramento através de imagens aéreas de Cité Soleil. A tensão e o perigo são constantes, como pode ser verificado:

12 lagartos M-113, blindados com esteiras no lugar das rodas, de propriedade jordaniana, deslocam-se a oeste da favela em meio à escuridão, formando uma linha de isolamento na avenida Soleil, a uma quadra da Escola Nacional. [...] Atiradores [posicionam-se] no topo da caixa-d'água de Porto Príncipe e nos terraços da Casa Azul e Ponto Fort 16.

[...] O DOPaz chega à Escola Nacional.

[...] No quadro-negro, em giz branco, está escrita a data da última aula ali realizada antes que a gangue de Evens se apoderasse do prédio: 15 de março de 2005.

[...] A Escola Nacional está sob poder dos brasileiros.

[...] A população é obrigada a deixar suas casas e forma uma longa fila na avenida Soleil, que segue em direção ao Ponto Forte 16, onde os militares fazem uma triagem. Com o carômetro em mãos, o fichário com fotos e características dos bandidos, a inteligência entrevista suspeitos, que ficam temporariamente detidos.

[...] A Base Jamaica está totalmente sob poder dos brasileiros.

[...] A Operação Jauru Sudamericano termina com 16 pessoas presas, três armas e 5.232 cartuchos de munição apreendidos. Além de um fuzil e duas pistolas, Evens deixa para trás um binóculo, duas lunetas, um lançador de granadas, várias garrafas de coquetel molotov e vinte aparelhos celulares. Na ação, os capacetes azuis realizaram mais de 11.990 disparos – 7.068 foram dos brasileiros.

[...] [10 de fevereiro de 2007] O Brasil assume o controle de Cité Soleil. (STOCHERO, 2010, p. 137,138,139,140,147,152,154,155).

Evens Jenue, que escapou da prisão durante execução da OJS foi preso pelo contingente região Centro Oeste e a PNH no dia 13 de março na cidade de Les Cayes, no sul do país. O líder de gangue era um dos criminosos mais procurado do país e é “acusado de uma onda de assassinatos e sequestros”.

Desde a chegada do 6º contingente, como descrito, várias operações de combate às gangues foram realizadas, desde modo, territórios antes dominados pelos criminosos passaram a ser conquistados pelos militares da missão conforme descreve a BBC Brasil: “em fevereiro, os soldados da ONU conseguiram tomar o controle dos principais pontos da favela de Cité Soleil que antes eram controlados por gangues” (BBC Brasil. Polícia prende líder de gangue mais procurado do Haiti. 15 de março de 2007).

## FIGURA VI – Evens Jeune preso



Evens Jeune (à esquerda) durante sua prisão.

**FONTE:** BBC Brasil

Após a conquista da Base Jamaica, os militares passam a patrulhar as ruas de Cité Soleil a pé e conseguem estabelecer uma relação cordial com os moradores da favela, o que possibilita a constatação de algumas carências da comunidade. O comando da MINUSTAH percebe que é necessário consolidar sua presença na região e começa desenvolver projetos visando atender as necessidades básicas da população através de Ações Cívico-Social (ACISO).

Stochero salienta que em missões de paz, a ajuda humanitária é feita por agências consideradas braços da ONU, porém como no Haiti o clima hostil era muito intenso, os funcionários dessas agências não atuavam, assim “os militares eram obrigados a agir no atendimento emergencial a população” (2010, p. 156).

Kawaguti relata que os haitianos circundavam as barracas de lona do Exército aguardando ansiosos por atendimento médico e odontológico.

Nas tendas de lona, médicos e dentistas realizavam consultas, exames e até cirurgias simples. Havia militares cortando o cabelo das pessoas e, dentro de uma barraca de campanha, uma televisão fazia as vezes de tela de cinema, exibindo filmes em vídeo para quase 200 jovens (2006, p. 73).

Durante o transcorrer da MINUSTAH foram organizadas missões de cooperação técnica multidisciplinar, nas quais foram identificadas áreas e projetos propícios para a cooperação de acordo com a realidade do país. Valler Filho enumera os principais:

- 1- com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, projetos de tratamento de água e poços artesianos;
- 2- com o Ministério da Saúde, programa de vacinação em massa e capacitação no combate à malária e tuberculose;
- 3- com o Ministério do Desenvolvimento Social, o inovador programa de cisternas para assegurar a pequena agricultura familiar;
- 4- com a EMBRAPA, projeto de beneficiamento de frutas tropicais e de mandioca, processamento de castanha de caju, incremento da produção de goiabada e rapadura, difusão de tecnologias de manejo de solo e melhoria do padrão dos cultivares;
- 5- com o Ministério dos Transportes, recuperação de estradas e pontes;
- 6- com o Ministério das Cidades, projeto para estruturação da falida rede de transporte público urbano;
- 7- com o Ministério da Integração Nacional, projeto para a organização de rede comunitária de defesa civil, sistema de coleta de lixo e limpeza urbana;
- 8- com o Ministério Público da União, projeto para reestruturar o Poder Judiciário e organizar o sistema de cartórios; e
- 9- com a Infraero, projeto para capacitação em administração e gestão aeroportuária (2007, p. 185).

Valler Filho ressalta que houve outras missões técnicas nas quais técnicos da EMBRAPA, Infraero, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e SENAI foram ao Haiti diversas vezes ao longo de 2004 e 2005. As várias missões técnicas geraram catorze projetos a serem executados até dezembro de 2006, são eles:

dois projetos na área agrícola, para o desenvolvimento das culturas do caju e da mandioca, em parceria com a EMBRAPA; um programa de capacitação para técnicos haitianos da área de defesa civil, em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; um projeto para a promoção da inserção social através da prática esportiva, em parceria com o UNICEF e o Ministério dos Esportes; ações no âmbito da organização eleitoral e oferta de cooperação em matéria de votação eletrônica, em parceria com o TSE e com recursos oriundos do orçamento da ABC, no valor de 1 milhão de dólares, para a preparação das eleições gerais; um projeto na área da saúde, no setor de vacinação/imunização, em parceria com o Ministério da Saúde e em triangulação com o Governo canadense; um projeto na área de combate à violência contra a mulher, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com a participação do Fundo das Nações Unidas para Populações (FNUAP); um projeto para o desenvolvimento florestal e a recuperação de áreas degradadas, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FRRJ), em triangulação com a Espanha; um projeto para apoio à formulação de políticas públicas e tomadas de decisões em matéria de recursos hídricos, especialmente para aplicações agrícolas; um projeto na área de resíduos sólidos, em parceria com o Banco Mundial; um projeto na área de merenda escolar, em parceria com o Banco Mundial; um projeto de construção do Centro de Formação Profissional, em parceria com o SENAI; um projeto para manejo de resíduos

sólidos na capital haitiana, com recursos do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), administrado pelo PNUD; e um projeto na área de hortaliças e construção de cisternas em parceria com a EMBRAPA Hortaliças e EMBRAPA Semi- Árido, em triangulação com a Argentina (2007, p. 186,187).

Em suma, o Brasil tem trabalho nas missões de paz que participa com um enfoque integrado entre segurança e desenvolvimento, no caso do Haiti, nossos engenheiros militares têm sido parte primordial desse esforço. Para a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, “ao realizarem tarefas como recuperar estradas, construir pontes e apoiar obras de infraestrutura, no exercício de atividades necessárias à mobilidade da missão, os engenheiros ajudam a criar condições para que o Haiti possa avançar mais rapidamente no seu desenvolvimento” (BRIGAGÃO e FERNANDES (Org.), 2012, p. 139)

Assim, a atuação da MINUSTAH tem sido pautada pelos desafios de dismantelar as gangues criminosas; diminuir os índices de criminalidade e as várias manifestações da violência urbana: roubos, sequestros e mortes; treinar e integrar a PNH que estava com uma reputação negativa devido aos casos de corrupção e desempenho muito violento contra a própria população e contribuir para o desenvolvimento das comunidades haitiana. O contingente região Centro Oeste teve uma participação decisiva na conquista desses objetivos.

Além disso, a MINUSTAH tem buscado promover o diálogo político entre os diferentes grupos haitianos e levar assistência humanitária à população que ainda vive em situação precária. Porém, todos esses objetivos não seriam possíveis se a violência não fosse contida em suas diversas manifestações.

### **3.2.2 Excessos atribuídos ao contingente Região Centro Oeste na contenção da violência**

Em conflitos urbanos, a população fica refém da batalha travada entre soldados e bandidos, durante uma ação militar, muitos inocentes acabam sendo atingidos. Infelizmente, alguns morrem, outros ficam com sequelas físicas permanentes e vários sofrem com os traumas psicológicos do confronto, esses indivíduos são chamados de “efeitos colaterais” pelos militares.

Durante a atuação do 6º contingente no Haiti inocentes foram atingidos, feridos ou ficaram desabrigados como consequência de uma operação militar ou por causa de represálias aplicada pelos criminosos.

Na ONP, por exemplo, que teve a duração de aproximadamente 18 horas, inúmeros tiros foram disparados contra os criminosos no calor do combate. Nesse confronto entre militares e criminosos, alguns civis acabaram sendo atingidos:

Segundo a ONG Haiti Action, Lelene Mertina, de 24 anos, grávida de seis meses, abortou instantaneamente ao ser alvejada por um tiro na barriga durante a ação. Ainda de acordo com a entidade, o estudante Jonel Bonhomme, de 16 anos, levou um tiro nas costas, mas sobreviveu (STOCHERO, 2010, p. 76).

Intensos debates e denúncias surgem com o desenrolar da MINUSTAH, o comando da missão alega que os criminosos machucam intencionalmente a população durante as operações militares a fim de incriminar os soldados da missão, além disso, afirma que é difícil realizar perícias precisas no país devido à precariedade das instituições de direito.

“Informantes infiltrados em gangues relatam aos militares que os bandidos executam por vingança vários integrantes da comunidade que possuem celular” (STOCHERO, 2010, p. 76). Essa prática de castigar a população já havia sido utilizada anteriormente pelos criminosos em várias ocasiões, sempre que há operações ou campanhas de combate a violência, os moradores de favelas sob domínio dos bandidos sofrem retaliações, pois os líderes criminosos acreditam que os militares recebem dicas revelando a localização de armas e drogas.

No entanto, é inegável que as operações militares propiciam ‘efeito colateral’ em seus desdobramentos. ONGs denunciam o excesso de feridos durante as ações militares da MINUSTAH.

O período entre 1º de dezembro de 2006 e 15 de fevereiro de 2007 foi um dos mais violentos em Cité Soleil. Ocorreram cinco das grandes ações brasileiras para pacificação do bairro, tendo início com a Operação Natal Pacífico, em 22 de dezembro, até a Operação Jauru Sudamericano, em 9 de fevereiro de 2007. [...] Só em janeiro de 2007, mais de noventa pessoas baleadas foram atendidas no Hospital Choscal no Centro da favela. No dia em que o DOPaz invadiu a Escola Nacional e a Base Jamaica, 25 baleados deram entrada no ambulatório em apenas uma hora. (STOCHERO, 2010, p. 177).

Mediante as denúncias de excessos e abusos, a própria ONU investiga as circunstâncias do fato e toma as medidas que julgar necessária, em alguns casos, quando comprovada a denúncia de exagero na atuação por parte de soldados, o mesmo é repatriado e julgado em seu país de acordo com a legislação vigente.

No segundo semestre de 2006, em exemplo, haviam 19 inquéritos internos registrados denunciando mortes acontecidas durante ações militares aguardando apuração. Eis alguns casos denunciados:

Uma das apurações era sobre a morte de Mille Myriame Beaubrum, de 25 anos, que foi atingida por um tiro no abdome em um mercado de Brooklin, às 16 horas de 24 de janeiro de 2007, durante a Operação Casa Azul. Outro caso, ocorrido durante a Operação Jauru Sudamericano, em 9 de fevereiro do mesmo ano, trata do assassinato de Gulene Seis Michou, de 16 anos, que morreu atingida por um tiro no tórax. Em 20 de janeiro de 2007, o comerciante Germain Dario denunciou à ONU que seu filho Bradley Germain, de 5 anos, havia recebido um tiro na cabeça quando três blindados da Minustah passaram pela rua Voley, em Cité Soleil. A perícia técnica descartou, porém, a culpa dos militares. [...] O último processo a que o 6º contingente brasileiro respondeu repercutiu no Haiti e internacionalmente: tratava-se da morte de um par de crianças - Stephanie e Alexandra Lubin, de 4 e 7 anos respectivamente - que, segundo o pai, Mercius Lubin, foram mortas atingidas por balas perdidas de fuzis enquanto dormiam, na madrugada de 2 de fevereiro de 2007. Mercius Lubin também foi ferido por um tiro no braço direito e sua esposa, Marie Danielle, alvejada na perna direita. Naquela noite, o Esquadrão e o DOPaz fizeram uma ação próximo à Base Jamaica para tampar buracos que impediam o acesso de Urutus à região. [...] A reconstituição da cena do crime, o depoimento de testemunhas e confrontos balísticos derrubaram a versão da família Lubin sobre a responsabilidade do Brasil nas mortes. O inquérito apontou que a cena do crime foi forjada e que as crianças haviam sido assassinadas a mando da gangue de Evens com cartuchos de fuzil calibre 5.56mm, enquanto a tropa brasileira só utilizava fuzil de calibre superior, o 7.62mm (STOCHERO, 2010, p. 178,179).

Além das mortes desnecessárias durante a realização de operações militares, os soldados da missão usavam uma estratégia preocupante para conseguir informações verídicas sobre os líderes criminosos e sua rede de atuação. Os adolescente da favela eram recrutados como informantes. Stochero afirma que os militares alegavam que os jovens com bastante desenvoltura eram capazes de auxiliar na identificação de líderes criminosos, porém tal atividade oferecia grande risco aos informantes e aos seus familiares:

Em dezembro de 2006, a unidade [G2 – setor de inteligência do batalhão brasileiro] iniciou o recrutamento de 16 espíões: adolescentes selecionados nas comunidades e com acesso às gangues. A escolha dependia da facilidade de comunicação e persuasão dos jovens, que eram submetidos a testes, recebendo tarefas cada vez mais perigosas. [...] Um capitão era responsável pelo treinamento dos informantes, em sua maioria meninos com idades entre 10 e 20 anos. Alguns garotos o chamavam até mesmo de “pai”, pois ele os protegia em situações de ameaça de morte e transferia seus familiares para áreas distantes de Porto Príncipe. Os jovens não recebiam salário fixo. O valor mensal pago em dólares dependia da produtividade de cada um. Todos ganhavam cestas básicas, celulares, atendimento médico, educação e orientação financeira (2010, p. 93,94).

Os “dados privilegiados” ajudavam os militares na identificação de criminosos e recuperação de armas, “em menos de seis meses, os brasileiros encontraram 14 fuzis e mais de 22 mil cartuchos escondidos na favela” (STOCHERO, 2010, p. 96).

Porém, no Haiti existem várias nuances de desrespeito aos direitos humanos, as táticas controversas empregadas pelo 6º contingente para prender os criminosos e suas consequências para a comunidade é só uma das várias faces de ações que ferem os direitos humanos, apesar dos resultados positivos no cumprimento do objetivo de desarmar e pacificar as principais cidades do Haiti.

Em um país onde o respeito ao direito e ao devido processo legal é ausente, múltiplos desrespeitos e omissões são cometidos em todas as esferas públicas: a ineficiência recorrente da PNH na apuração dos crimes e na aplicação da lei, a corrupção nas esferas políticas e jurídicas, o aumento significativo da violência de gênero e da exploração sexual, o avanço da desigualdade social abrupta e vários outros problemas crônicos da nação haitiana são exemplos de um Estado falido.

Ricardo Seitenfus consegue resumir de forma lúcida a realidade do Estado Haitiano:

Aqui não se trata de pobreza absoluta, nem da ação de organizações paralelas vinculadas ao tráfico de drogas e outros crimes, tampouco de crescente violência urbana ou de escassa presença do Estado. **Trata-se da simples ausência de Estado. Da convivência desregrada entre seres humanos abandonados à sua própria sorte, sem nenhuma possibilidade de salvação individual, diante da perspectiva de guerra eterna de todos contra todos, fruto da histórica omissão das elites internas e transnacionais, que nada mais têm a retirar dessa depauperada terra.** [...] A violenta cultura política haitiana faz com que o diálogo seja coadjuvado pelo silêncio ensurdecido das armas já empunhadas e dos clamores das vítimas. [Grifo nosso] (SEITENFUS, p. 12)

ONGs, como a Anistia Internacional, têm denunciado em seus Informes os vários tipos de desrespeito aos direitos humanos no Haiti, entre eles, a lentidão do governo para responder aos problemas socioeconômicos que o país vem enfrentando, a ampliação do número de desabrigadas que vivem em campos improvisados, o aumento dos casos de cólera, o acréscimo do número de mulheres sendo submetidas a violência de gênero ou exploração sexual e a precariedade do sistema judiciário haitiano para apurar crimes e punir responsáveis.

### **3.3 As várias faces do desrespeito aos direitos humanos no Haiti**

A partir das barbáries cometidas na II Guerra Mundial a sociedade internacional compreendeu que era necessário a construção de mecanismos de proteção que privilegiassem o respeito à vida e à liberdade e promovesse a paz entre os indivíduos.

Dimas Duarte Júnior analisa que parece paradoxal, mas foram “justamente as atrocidades da guerra que motivaram a reviravolta no campo das relações entre os Estados, a inauguração da seara dos Direitos Humanos enquanto norma internacional e a criação de uma organização supranacional capaz de agir em tal esfera” (2006, p. 85).

Todavia, a criação de um sistema global e regional de proteção dos direitos humanos só tem real eficácia com o engendramento dos Estados. Duarte Júnior afirma que ao “conceber políticas públicas e criar instrumentos de proteção mais específicos e próximos da realidade de cada população” (2006, p. 89) o Estado age para concretização e aplicação dos direitos humanos em seu território.

De tal modo, o respeito aos direitos humanos é de grande importância para a construção de um sistema internacional igualitário e justo, privilegiá-los em missões de paz, independentemente do lugar onde a mesma irá atuar, faz-se necessário para garantir a idoneidade da missão e o respeito as partes envolvidas.

Atualmente, as missões de paz têm passado por um processo de inovação e adaptação a realidades tão complexas. Anteriormente, as missões de paz eram bem mais simples, os funcionários da ONU tinham como principal objetivo monitorar um cessar-fogo, e neste, observavam o desenrolar das negociações, narravam uma violação quando acontecia e buscavam facilitar uma solução para a mesma.



Contemporaneamente, as missões de paz são bem mais complexas, pois são necessárias em lugares que apresentam graves problemas políticos, econômicos e sociais, onde acordos feitos são desrespeitados por ambas as partes e vários grupos atuam com violência tendo como objetivo a tomada do poder e a desestabilização do país.

Em ambientes complicados e violentos, regras precisam ser consideradas para garantir o respeito à vida, à liberdade, aos direitos fundamentais da pessoa humana, de tal modo, a observância aos direitos humanos em missões de paz é fundamental para um mandato íntegro e eficaz.

Portanto, as mudanças que os novos conflitos demandam das operações de paz não devem ser superiores aos princípios que norteiam a ONU e suas atividades desde sua criação em 1945. Para o subsecretário-geral das Nações Unidas para as operações de manutenção da paz Hervé Ladsous, “a manutenção de paz da ONU não pode substituir um acordo político” (LADSOUS, 2013).

Desse modo, cada missão tem que ser planejada e executada observando as normas internacionais existentes, além disso, os Estados que ratificaram junto a ONU seu compromisso com a paz e a justiça no sistema internacional não podem se furtar as suas responsabilidades. São constrangidos a confirmarem tal compromisso disponibilizando os recursos necessários para realização de missões de paz capazes de mudar a realidade do ambiente onde são indispensáveis.

Durante atuação da MINUSTAH foram constatados casos de desrespeito aos direitos humanos, como verificado no tópico anterior com os fatos atribuídos ao 6º contingente. Porém, essa prática, infelizmente, não se resumiu especificamente à atuação do contingente região Centro Oeste, atualmente, essa realidade ainda persiste e é objeto de denúncia de ONGs.

Algumas ONGs desempenham uma papel de extrema importância para a amplitude do respeito aos direitos humanos no mundo. Elas surgem de anseios coletivos de uma sociedade que visualizou na mobilização social uma maneira de denunciar violações, conscientizar e informar a população, mobilizar forças e lideranças visando o cumprimento dos direitos humanos.

As ONGs através de denúncias chamam a atenção da comunidade internacional para as possíveis violações de direitos humanos, buscando pressionar os governantes a adotarem políticas que estejam de acordo com as principais normas internacionais sobre o tema.

A Anistia Internacional é “um movimento mundial com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas que se mobilizam para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 06). Essa ONG desenvolve atividades em vários países visando denunciar graves violações de direitos humanos, anualmente a Anistia faz um relatório analisando o estado dos direitos humanos no mundo, inclusive no Haiti.

A Anistia Internacional, em seu Informe 2013, denunciou que no Haiti “mais de 320 mil pessoas desabrigadas pelo terremoto de janeiro de 2010 ainda vivem em campos improvisados” e que estes, apesar dos esforços do governo e organizações internacionais, continuam apresentando péssimas condições para os sem abrigo. Ainda de acordo com a Anistia, “a qualidade da água poderia estar relacionada ao aumento dos casos de cólera registrados na estação de chuvas e furacões (de abril a novembro)” (*Idem, ibidem*, p. 87).

Outro desrespeito constante no Haiti está relacionado às remoções forçadas às quais milhares de pessoas estão sujeitas. De acordo com a Anistia, algumas retiradas são “executadas sem respeitar o devido processo, sem notificação adequada e sem consulta” (*Idem, ibidem*, p. 87). Além disso, essas pessoas que já estão em abrigos temporários, pois perderam suas casas devido ao terremoto, se deparam novamente com situação de perda de seu abrigo, agora agravada pela “coerção, hostilidades e violências” (*Idem, ibidem*, p. 87).

Segundo o relatório da Anistia “entre janeiro e junho [de 2012], mais de 30 campos foram fechados após remoções forçadas, afetando mais de 2.140 pessoas. Mais de 75 mil pessoas estavam sob constante ameaça de despejo.” (2013, p. 87) Nota-se, que há por parte das autoridades locais, uma falta de preocupação em investigar tais ocorrências, mesmo havendo denúncias, as autoridades insistem em alegar que não estão envolvidas e não dão a devida atenção a esses casos.

Outro fato preocupante em relação a moradia, foi a apresentação pelo governo de um projeto nacional de habitação, pois o mesmo tem uma clara “ausência de uma perspectiva de direitos humanos” e mais uma vez, “não tratar da questão das remoções forçadas” (*Idem, ibidem*, p. 87).

A questão da mulher no Haiti ainda continua merecendo atenção da comunidade internacional, “segundo relatórios de ONGs que trabalham pelos direitos da mulher”, as mulheres ainda são “submetidas à violência de gênero e à exploração

sexual”. Muitas tem no mercado sexual garantia de sustento devido a extrema pobreza.

O informe da Anistia reconhece que “a polícia e o sistema de justiça do Haiti fizeram alguns avanços em resposta à violência de gênero, mas ofereceram às mulheres poucas oportunidades de justiça e reparação” (*Idem, ibidem*, p. 87).

Essa realidade já havia sido apontada pela Anistia em seu informe 2012, que mostrou que a violência sexual era uma prática comum em campos de desabrigados e também em comunidades pobres. O grande número das vítimas eram menores de idade e apesar de algumas estarem denunciando casos as autoridades, muitas ficavam “em silêncio devido ao estigma social associado a tais crimes e ao medo de represálias dos agressores.” A precariedade do sistema judiciário haitiano deixava enorme maioria dos responsáveis pelos crimes em punição, pois “nem a polícia nem as autoridades judiciais contavam com os recursos necessários para investigar e processar os responsáveis” (2012, p. 145).

Apesar dos esforços da MINUSTAH e da comunidade internacional, a impunidade, infelizmente, ainda impera no Haiti, um exemplo aconteceu em janeiro de 2012, quando um juiz local indeferiu “ações judiciais por crimes contra a humanidade impetradas por 22 vítimas contra o ex-presidente Jean-Claude Duvalier.” No entendimento do excelentíssimo, Jean-Claude deveria “ser julgado somente por corrupção e apropriação indevida de fundos públicos” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013, p. 87).

Decisões como esta põem em xeque a capacidade das autoridades haitianas para tratar de temas importantes e que são evidente afronta aos direitos humanos, assim sendo, “indivíduos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como desaparecimentos forçados, tortura, estupro e execuções extrajudiciais nas últimas quatro décadas continuaram a evadir-se da Justiça” (*Idem, ibidem*, p. 87).

Em 2012, a Anistia alertou que “as investigações sobre crimes contra a humanidade transcorriam devagar” e que apoiadores do ditador “estavam submetendo vítimas de abusos dos direitos humanos e agentes judiciais a agressões verbais.” Além da morosidade, um outro grande impedimento para as vítimas de qualquer tipo de abuso ou injustiça à buscarem por justiça, era a falta de um programa de apoio e proteção à vítima e testemunhas, muitas preferiam o silêncio diante da possibilidade de sofrer novas violações em seus direitos (2012, p. 145,146).

A Anistia ainda denuncia que opositores políticos continuam sendo perseguidos e que algumas instituições podem estar sendo usadas para essa finalidade:

Em 28 de setembro [de 2012], o procurador-chefe de Porto Príncipe, Jean Renel Sénatus, foi destituído. Ao ser entrevistado por uma rádio local, ele afirmou ter sido destituído do cargo por ter se recusado a executar uma ordem ministerial para prender 36 opositores políticos, entre os quais o advogado de direitos humanos Mario Joseph e os advogados Newton St- Juste e André Michel, que atuam no combate à corrupção (Anistia Internacional, 2013, p. 88).

A Resolução 2070 do CSNU de outubro de 2012 constatou que o Haiti tem demonstrado esforços significativos e galgado conquistas rumo ao processo de estabilização do país, como instalação de um Conselho Superior do Poder Judiciário e publicação de emendas constitucionais, porém a situação no país ainda requer preocupação, pois há um significativo aumento no número de homicídios e as gangues ainda detém poder de intimidação sobre parte da população.

A Resolução reconhece a importância da MINUSTAH para garantir segurança e estabilidade no país e afirma que:

o Haiti continua a lidar com significativos desafios humanitários, como a existência de mais de 390.000 pessoas internamente deslocadas que ainda dependem de assistência para sua sobrevivência básica, uma contínua epidemia de cólera e as condições de vida nos acampamentos. [...] A violência sexual e baseada em gênero continua a constituir uma preocupação séria, particularmente em distritos marginalizados de Port-au-Prince, em campos de pessoas deslocadas internamente e em áreas remotas do país. [...] Fortalecer instituições nacionais de direitos humanos, assim como o respeito por direitos humanos e pelo devido processo legal, combater a criminalidade, a violência sexual e baseada no gênero e colocar um fim na impunidade são essenciais para garantir o Estado de Direito e a segurança no Haiti (OPJOINT, 2014).

Ainda de acordo com a Resolução do CSNU, os direitos humanos devem ser componente essencial da missão, pois somente com o devido respeito ao mesmo será possível alcançar a estabilidade no país. A Resolução frisou que “a responsabilidade individual por graves violações cometidas em governos pretéritos” por qualquer indivíduo não pode ser esquecida, sob risco de intensificar a impunidade no Haiti, gerando um ambiente sem regras e inseguro à todos.

### **3.4 Reflexos da MINUSTAH na Política Externa Brasileira e na Sociedade Haitiana**

A participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas trouxe impactos positivos para a PEB como também para o sistema internacional. A presença brasileira tem compreendido vários continentes e possui caráter multifacetado. Seitenfus assevera:

Adicionamos às operações militares clássicas de separação de combatentes e de controle securitário, outros ingredientes tais como o apoio à população civil, o diálogo político, medidas para aumentar o nível de confiança entre as Partes envolvidas no conflito, a reconstrução da infraestrutura de comunicações e a distribuição de víveres e de medicamentos (2006, p. 05)

A contribuição do país em missões de paz evidencia o compromisso brasileiro com o desenvolvimento e a segurança no sistema internacional, no caso da MINUSTAH, revela comprometimento com a reconstrução do Estado Haitiano. Na época, o Embaixador Celso Amorim em entrevista afirmou:

Ao decidir ter essa presença forte o Brasil modificou a maneira como o tema do Haiti era tratado. [...] Isso trouxe uma grande presença latino americana e sul americana, o que influi na maneira de conduzir as questões políticas no Haiti e a questão do desenvolvimento do Haiti (AMORIM, 05/05/2008).

A responsabilidade brasileira junto à MINUSTAH é inédita, o país, como demonstrado, já participou de inúmeras missões de paz importantes para promover cooperação e assegurar a paz entre diversos Estados. No entanto, o compromisso brasileiro com a MINUSTAH torna-se singular, pois além de enviar os maiores contingentes para uma missão desde o início da participação do país em missões, o Brasil comanda tática-operacional as operações militares.

A missão ratifica o compromisso brasileiro com a construção de um sistema internacional cooperativo e seguro. Para o então Ministro da Defesa em 2004, José Viegas Filho, o Brasil é “um país com tradicional vocação para a paz, as nossas Forças Armadas têm um reconhecido nível de adestramento. Isso tem ensejado seguidas solicitações a contribuirmos com tropas em diversos cenários” (2006, p. 19).

O comando brasileiro da missão proporciona projeção para as Forças Armadas evidenciando sua capacidade tática operacional, mas principalmente, revela a competência brasileira para participar de grandes projetos da ONU. Para o General Antônio Gabriel Esper:

A participação em missões de paz projeta o Brasil no cenário internacional e reforça sua postura pacífica, e ao mesmo tempo prepara nossos militares para a defesa da Nação. O profissional militar precisa ser treinado, preparado, adestrado, e a melhor oficina de aprendizagem, sem dúvida, é a situação real de emprego (ESPER, 2004, p. 03).

A MINUSTAH tem sido uma oportunidade para o Brasil estreitar laços com os demais países que também participam da missão, um laboratório para as Forças Armadas exercer sua capacidade tática-estratégica em diversas áreas, um molde para novas missões.

Segundo o Embaixador Igor Kipman, a liderança brasileira inaugura “um novo paradigma de operações de paz” (KIPMAN, 14 dez 2007, Projeto Brasil-Haiti, DVD) isso deve-se a postura do comando brasileiro que priorizou desde os primeiros trabalhos, um diálogo em todas as instâncias, o que a longo prazo, gerou um ambiente para cooperação na área militar, um respeito à população e às autoridades locais. Quando assumiu o comando militar da missão no Haiti, o General Augusto Heleno afirmou: ““Estamos aqui representando as Nações Unidas para trabalhar com vocês, numa completa integração de forças para ajudar na reconstrução do Haiti” (ESTADÃO. General brasileiro assume comando da força de paz no Haiti. Terça-feira, 1 de Junho de 2004).

Artigo publicado no jornal Estado de São Paulo (maio, 2007) sobre a MINUSTAH e a atuação do contingente Centro Oeste no combate a violência em fevereiro, revela que as tropas brasileiras possuem uma característica marcante, mesmo em situações tensas, os brasileiros ainda podem contar com a simpatia do povo haitiano.

Em Fort Dimanche e Waff Jeremie, a miséria e a desolação da capital haitiana lembram cenas da África exibidas nos cinemas. Em meio ao caos, os militares brasileiros jogam dominó, distribuem cachorro quente e fazem a festa com a criançada, vestidos de robô ‘Jauru Cop’ e de jacaré ‘Panta’, símbolos da tropa. O diferencial é que, nos olhos sofridos dos haitianos, há uma alegria e um sinal de esperança tão grande quanto o carinho de quem está realmente pensando em ajudar. **É a tática de conquistar corações e mentes. Esse é**

**o segredo do ‘modelo brasileiro de pacificação’, segundo o general Augusto Heleno Ribeiro**, o primeiro brasileiro a pisar no Haiti em 2004. Desde que os militares brasileiros chegaram a Porto Príncipe, foram responsáveis pela prisão e expulsão de gangues dos locais mais violentos como Bel Air, Cite Militaire e Cite Soleil. **‘Já me chamaram aos Estados Unidos dezenas de vezes para dar palestras para explicar como o Brasil consegue acabar com a violência e conquistar a população no Haiti.** Os americanos querem saber a receita do sucesso para poder aplicar no Iraque. **Eu digo que o segredo é respeito e carinho. O segredo é ser brasileiro’, diz o general Heleno.** Os brasileiros, diferentemente de tropas de mais de 20 outros países que compõem a MINUSTAH, apresentam-se como amigos e acessíveis às crianças e aos haitianos, explica o coronel Barroso Magno e os haitianos concordam. O líder comunitário Romeu René, 52 anos, explica que há dois tipos de pessoas no Haiti, ‘as que querem matar e as que querem viver’. Segundo ele, **os brasileiros conseguiram unir a população, não só combatendo o crime, mas distribuindo ajuda e dando carinho e atenção. ‘Eles são diferentes dos outros. Eu sinto que eles entendem nossos corações. Eles querem a paz para o país’.** Entre as ações humanitárias realizadas pelos militares brasileiros estão a distribuição de kits escolares, água, alimentação, a perfuração de poços artesianos, asfaltamento de ruas e atendimento médico e odontológico gratuito. Na base General Bacellar, sede das tropas, 34 crianças de quatro a 18 anos estudam línguas e informática e têm atividades esportivas”. [Grifo nosso] (O ESTADO DE SÃO PAULO, STOCHERO, 9 mai. 2007, p. C 4.).

A herança dá má gestão pública durante décadas que privilegiou apenas grupos dominantes, os conflitos intensos entre vários grupos sociais e as catástrofes naturais de grande proporção que acabam com a pouca infraestrutura do país, evidenciam que a reconstrução da nação haitiana não é tarefa fácil. A ausência estatal de décadas não pode ser recuperada em curto prazo, exige um trabalho minucioso que contemple diversas áreas.

No entanto, algumas conclusões promissoras podem ser confirmadas nas análises de relatórios da ONU sobre a atuação do contingente Centro Oeste para a sociedade haitiana. Em Informe do Secretário Geral da missão (S/2007/503 - 22 de agosto de 2007) que relata os acontecimentos importantes da MINUSTAH e abarca período de atuação do 6º contingente, é possível notar uma significativa melhora na questão da segurança em pontos considerados anteriormente focos de violência, como as favelas de Bel Air, Cité Soleil e Cité Militaire.

As operações militares do 6º contingente em conjunto com a PNH reduziram os índices de criminalidades, prenderam líderes de gangues e recuperaram territórios antes inabitados pelos braços do Estado. Em relação a efetividade das operações de combate à criminalidade o informe revela:

**Se han registrado mejoras significativas en la situación de seguridad, en particular en las zonas urbanas que anteriormente habían estado sujetas al control de las bandas.** La restitución de esas zonas a la autoridad del Estado representa un importante paso adelante. [...] El diálogo con miembros de los grupos armados que el Gobierno inició en julio de 2006 a fin de lograr el desarme voluntario resultó infructuoso, lo que dio lugar a que el Gobierno y la MINUSTAH intensificaran la presión sobre las bandas. **Una serie de operaciones de seguridad intensivas y basadas en datos de inteligencia llevadas a cabo en zonas urbanas, en particular en Puerto Príncipe y Gonaïves, permitió restituirlas a la autoridad del Estado.** Del 22 de diciembre de 2006 al 28 de febrero de 2007, la MINUSTAH y la Policía Nacional de Haití realizaron 19 operaciones de seguridad en Cité Soleil y Martissant. Esas operaciones desplazaron a los principales dirigentes de las bandas y, sumadas a otras operaciones conjuntas emprendidas en todo el país, **condujeron a la detención de aproximadamente 850 presuntos integrantes de bandas para finales de julio.** En un principio, los integrantes de los grupos armados lanzaron contraataques sostenidos en los que resultaron heridos seis miembros del personal de mantenimiento de la paz. Sin embargo, la resistencia armada disminuyó notablemente después de que dos de los principales dirigentes de las bandas huyeron de la zona. Esas operaciones allanaron el terreno para que la Policía Nacional de Haití, con el apoyo de la MINUSTAH, regresara a esas zonas y, en el mes de marzo, empezara a realizar patrullajes conjuntos en Cité Soleil. En Martissant, la rivalidad entre las bandas fue una fuente de violencia. Tan solo en enero se encontraron 29 cadáveres. **La MINUSTAH y la Policía Nacional de Haití realizaron una serie de detenciones selectivas que dieron por resultado un brusco descenso del nivel de violencia.** El 22 de enero, se estableció una oficina que los componentes militar, civil y de policía de la MINUSTAH comparten con la Policía Nacional de Haití. Esta última y la MINUSTAH realizan ahora patrullajes conjuntos que han sido bien recibidos por la población [Grifo nosso] (S/2007/503, p. 06).

Como verificado, as operações descritas nessa dissertação colaboraram expressivamente para um resultado satisfatório no quesito segurança pública. Ainda de acordo com o Informe, o comando da MINUSTAH revela que continuará supervisionando e incentivando as reformas institucionais, elaborando informes periódicos e temáticos sobre a situação dos direitos humanos no país, relatando avanços na luta contra impunidade e em reformas institucionais públicas como na PNH e no sistema judicial e administrativo local. (S/2007/503, p. 14)

Ainda de acordo com o Informe, denúncias de violência e abuso sexual contra crianças estão sendo levadas mais rapidamente à justiça. Os menores são as vítimas que mais preocupam a ONU e o comando da MINUSTAH, pois são usadas pelas



gangues criminosas no tráfico de drogas e na indústria da prostituição. Políticas estão sendo desenvolvidas contemplando esse grupo:

en enero de 2007, con el apoyo de la MINUSTAH y del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), y la Comisión Consultiva sobre la Prisión Preventiva Prolongada está dando prioridad a la justicia de menores. La MINUSTAH y el UNICEF siguieron impartiendo capacitación sobre protección de la infancia y justicia de menores a los agentes judiciales y oficiales de la Policía Nacional de Haití (S/2007/503, p. 14).

O Secretário Geral da missão, de acordo com o documento, revela que atividades humanitárias e de desenvolvimento econômico e social estão sendo implantadas no Haiti visando proporcionar melhores condições de vida à população. Além disso, os vários territórios reconquistados após as operações militares realizadas no final de 2006 e início de 2007 estão recebendo constante patrulhamento dos policiais da PNH juntamente com os da MINUSTAH e atendimentos considerados prioritários para cada região, como médico, odontológico, programas de inserção escolar e de integração comunitária.

A MINUSTAH propiciou ao Brasil reconhecendo internacional ao ser solidário e não indiferente à uma nação irmã, constatação do compromisso do país com à segurança e à paz internacionais. Ratificou a responsabilidade da nação brasileira junto a ONU e tem contribuído com uma maneira distinta de se fazer missão.

Para o Haiti, a MINUSTAH tem possibilitado o surgimento de um Estado democrático de direito, que mesmo com passos lentos, caminha para um futuro menos violento e com mais oportunidades e justiça à todos. O contingente região Centro Oeste contribuiu para que a segurança pública fosse atuante em todas as áreas do território haitiano, gerando estabilidade econômica e social para o país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem participado sucessivamente dos principais debates que versam sobre a segurança internacional. Na ONU, o país tem atuado constantemente, tendo já participado de várias missões de paz e forças multinacionais que contribuem para a promoção da segurança e estabilidade no sistema internacional. Atualmente, o país ocupa a 16ª posição na lista de contribuintes de tropas para as operações de paz das Nações Unidas.

Os interesses brasileiros ao contribuir em missões são múltiplos e oscilam em cada nova oportunidade. O Brasil, a partir dos anos 2000, dilui suas fronteiras entre assuntos internos e externos, a agenda política brasileira irá contemplar assuntos que integram desenvolvimento nacional com inserção internacional. Além disso, “um crescimento econômico sustentável” tem permitido uma atuação internacional do país mais ativa.

Gilberto Marcos Antônio Rodrigues, esclarece que, nesse novo cenário, o Brasil vem assumindo novos papéis na política regional e global e alguns temas tem se destacado como a pretensão “antes não declarada, agora pública, de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança”. Nesse caso, para o autor “a atuação bem-sucedida do componente militar brasileiro na MINUSTAH abre novas perspectivas da PEB em assumir novas responsabilidades (e justifica a presença no CS)”, pois, o país tem mostrado disposição em atuar na prevenção de conflitos internacionais (BRIGAGÃO e FERNANDES (Org.), 2012, p. 211).

A PEB tem apresentado elementos de continuidade e coerência em suas linhas decisórias que já são vistos como marca tradicional da atuação do Estado Brasileiro no sistema internacional, essa previsibilidade traz confiança e credibilidade junto aos demais Estados e amplia a margem de atuação do país junto aos organismos internacionais e demais nações.

Dentre as características gerais da PEB podemos apontar: prevalência do interesse público e nacional sobre o particular e privado; recurso à solução pacífica de controvérsias, defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos; ênfase na busca do desenvolvimento; relacionamento harmonioso com os países vizinhos; recurso ao diálogo e à cooperação junto aos demais Estados; defesa permanente da paz e do desarmamento; respeito ao Direito Internacional (BARROS, 1998, p.19,20). Por fim, “o universalismo, juntamente com o pacifismo, o juridicismo e

o realismo, constitui a moldura conceitual da *praxis* diplomática brasileira” (LESSA, 1998, p. 29).

A continuação de linhas decisórias importantes que podem refletir no cenário internacional, assim como o respeito ao Direito Internacional e às instituições, fazem do Brasil um país constante em sua atuação externa.

A PEB no governo Lula é ativa, visualizando na cooperação em áreas específicas com alguns países, a capacidade para projetar-se mundialmente, fortalecendo alianças em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Essa política prima pela multilateralização do sistema internacional, buscando aumentar a sua importância e participação nos organismos internacionais tradicionais, como a OMC, FMI, e em especial a ONU.

Nesse sentido, alguns temas ganharam maior destaque na agenda de política exterior do governo Lula: foi priorizado as questões multilaterais procurando atenuar o unilateralismo; as relações bilaterais e multilaterais se fortaleceram de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; o país passou a ter uma postura mais firme nos assuntos relacionados as negociações financeiras atuando de forma coordenada com os BRICS; a integração Latino-americana foi privilegiada; houve interesse em estabelecer relacionamento com os países africanos (Nigéria, Angola, Argélia e África do Sul); a defesa de objetivos sociais como o combate à fome internacional passou a fazer parte da agenda política; o Brasil expressou com mais perseverança o desejo de obter um assento permanente no CSNU, nesse intento, a MINUSTAH seria uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do CS da ONU; houve um aumento da cooperação Sul-Sul; buscou-se aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento como os Estados Unidos e com alguns países da União Europeia (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 323,324).

Pode-se afirmar que a política exterior do governo Lula inovou ao buscar adaptar-se a uma ordem internacional em constante evolução e ao promover um sistema multipolar que evidencie o país como importante colaborador na distribuição de poder. Desta forma, percebe-se que a participação brasileira na MINUSTAH está em consonância com a atuação do país na ONU, e também visa atender seus objetivos estratégicos, o CSNU e maior influência na América do Sul.

A MINUSTAH encontrou no Haiti problemas crônicos advindos de décadas de má administração e descaso. A ineficiência estatal é facilmente comprovada em cada parte do país, da violência extrema a falta de água, luz, esgoto, médico, escola e etc. A segunda colônia nas Américas a conquistar sua independência, a “pérola do Caribe” é hoje a nação mais pobre do continente americano.

Nesse cenário desordenado, a MINUSTAH tem desenvolvido projetos visando reduzir a violência urbana, suprir a ineficiência estatal nas áreas sociais e econômicas e, principalmente, busca estabelecer condições duradouras para que as instituições haitianas se consolidem e possam conduzir o país nos trilhos da justiça social, respeitando e aplicando o direito interno e as normas internacionais.

Cabe destacar que a MINUSTAH foi influenciada pelo Relatório Brahimi, pois é uma operação de paz com caráter multidimensional. A missão tem como objetivo reconstruir um aparato estatal ineficiente, como demonstrado nessa dissertação, visando a conquista de uma paz duradoura e autossuficiente no país.

O Relatório Brahimi também regulariza o uso da força em missões, podendo ser empregado em legítima defesa e para garantir o cumprimento do mandato. A Resolução 1542 de 30 de abril de 2004 do CSNU que autorizou a MINUSTAH também prevê a possibilidade da necessidade do uso da força no decorrer da missão e autoriza o seu emprego em legítima defesa e casos de ameaças à civis.

A preocupação do CSNU com o controle da violência urbana no Haiti é perceptível nas resoluções publicadas no decorrer da missão conforme mostrado na tabela VIII, algumas, como a Resolução 1702 (15 de agosto de 2006) ratificam que o CSNU vê com preocupação a questão da ameaça à paz e à segurança internacionais no Haiti. As Resoluções 1743 (15 de fevereiro de 2007), Resolução 1780 (15 de outubro de 2007) e a Resolução 1944 (14 de outubro de 2010) também seguem as mesmas diretrizes, ressaltando que para reconstruir o Haiti é necessário que uma paz duradoura seja alcançada, demonstrando preocupação com a violência urbana, aumento da circulação de armas, tráfico de drogas, crimes sexuais e de gênero e demais ameaças à paz e estabilidade do país. No entanto, também pode ser verificado que algumas resoluções deixam claro a necessidade de conciliar medidas de segurança com projetos socioeconômicos, visando um desenvolvimento econômico e social sustentável.

O contingente região Centro Oeste contribuiu para a realização desse cronograma, realizou várias operações que tinham em sua grande maioria a finalidade de prender criminosos, encontrar armas e drogas, remover obstáculos que impediam o tráfico de transportes públicos e particulares, retomar prédios antigos que eram usados como quartéis para as gangues, encontrar e fechar cativeiros usados por sequestradores, e principalmente, devolver ao Estado Haitiano áreas totalmente dominadas por criminosos. Ampliando a presença da MINUSTAH no país, as ações sociais desenvolvidas pela Força Jauru reforçaram a confiança da população na tropa e na seriedade da missão.

As denúncias de desrespeito aos direitos humanos não foram irrelevantes, mesmos com a demora na apuração, elas são fundamentais, através da divulgação das ONGs e da própria ONU, para uma revisão de posicionamento do comando da missão e das Nações Unidas. É através das denúncias que a comunidade internacional se vê constrangida a agir.

Em suma, pode-se concluir que a mudança mais expressiva na PEB no governo Lula seja o alargamento dos horizontes do país no cenário internacional, a ampliação de parcerias, a inserção de temas e atores diversos na pauta política mundial. O tom forte, mas sem perde a capacidade negociadora que foi impresso pelos formuladores da PE desse período. O aumento e a institucionalização de parcerias com países e regiões não-centrais: África, Oriente Médio, Ásia e a América Latina e a ênfase na integração regional e na relação com os países vizinhos. (RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p. 60,61).

A MINUSTAH tem desenvolvido trabalho intenso no país em várias áreas, apesar de parte desses esforços ter sido minimizado pelo terremoto (12/01/2010) que vitimou mais de 220.000 pessoas e deixou 2,3 milhões de haitianos sem abrigo.

O contingente região Centro Oeste também contribuiu com a nação haitiana ao dispor do DOPaz e DOSPaz para promover operações de repreensão à violência urbana, com a comprovada diminuição dos índices de assassinatos, roubos, sequestros, crimes contra o patrimônio público, violações da lei que influenciavam de forma negativa o convívio dos haitianos e ações que atendessem a comunidade em suas necessidades imediatas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A política internacional do PT e a diplomacia do governo Lula** (p. 537– 559) In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (Coords.) **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Rio de Janeiro: Gráfica J. Sholna, 2012.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Rio de Janeiro: Gráfica J. Sholna, 2013.
- BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário**. Brasília: FUNAG, 2011.
- BRIGAGÃO, Clóvis e FERNANDES, Fernanda (Org.). **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A CIJ e o primado do Direito Internacional em nossos tempos**. [Entrevista, Quinta-feira, 21 de outubro de 2010] Revista Jurídica Consulex nº 330.
- CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da crise à MINUSTAH**. [Dissertação Mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.
- CORELL, Hans. **Da soberania territorial à segurança humana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: UNB, 1982.

DINIZ, Eugênio. **O Brasil e as Operações de Paz**. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (org.) **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2008.

DUARTE JR. Dimas Pereira. **Tratados e sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos: dos princípios filosóficos a realização normativa**. Revista da APG - PUC/SP. Ano XIII, n. 31, 2006. São Paulo: PUC/SP, 2006.

ESPER, Antônio Gabriel. Gen. Div. – Chefe do CCOMSEX. Editorial. In: **EXÉRCITO Brasileiro**. Verde-oliva, Brasília, Ano XXXI, nº. 181, abr/mai/jun 2004.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

GALVÃO, Thiago Gehre. **América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v.52, n. 2, 2009, p. 63-80.

GIL, A. C. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Peter A & TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do Neo-institucionalismo**. LUA NOVA. Revista de Cultura e Política, nº 58, 2003.

KAWAGUTI, Luiz. **A república negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. São Paulo: Globo, 2006.

Keohane, Robert O. “**Institutional Theory and the Realist Challenge after the Cold War**”, in BALDWIN, D.A. “Neorealism and Neoliberalism – the Contemporary Debate”, 1993, pp. 269-300.

KIPMAN, Igor. **Haiti: Um novo paradigma de operações de paz**. Palestra realizada no Seminário Brasil-Haiti em 14 dez 2007 [DVD]. Santa Maria: Projeto Brasil-Haiti, 2007.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. [Dissertação Mestrado] Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Almedina, 2011.

NETO, Danilo Marcondes de Souza. **A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo** [p. 99-115], in PAULA, Marilene de. **“Nunca antes na história desse país”...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. STOCHERO, Tahiane. **Na ‘cozinha do inferno’ brasileiro comanda a festa**. 9 maio de 2007, p. C 4.

**Painel das Nações Unidas sobre Operações de Paz (Relatório Brahimi) - Report of the Panel on United Nations Peace Operations (A/55/305-S/2000/809)**. Nova York: Nações Unidas, 2000.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RUPPENTHAL, Tailon. **Um soldado brasileiro no Haiti**. São Paulo: Globo, 2007.

RUSSELL, Roberto. **Política Exterior y Toma de Decisiones en América Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, n. 2, 2005, p. 185-204.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

STOCHERO, Tahiane. **DOPaz: como a tropa de elite do Exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

UNIC-Rio. United Nations Information Centre-Rio de Janeiro. **Carta das Nações Unidas**. 2012.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2010.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

VIEGAS FILHO, José. **CENTRO de Instrução de Operações de Paz**. In: **EXÉRCITO Brasileiro**. Verde-oliva, Brasília, Ano XXXIII, nº. 190, out/nov/dez 2006.

WILHELMY, Manfred. **Política Internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.



## DOCUMENTOS ON-LINE

AMORIM, Celso. *Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao repórter Luiz Carlos Azenha*. Brasília, DF. 05/05/2008.

Disponível: <[http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/785010448293-entrevista-concedida-pelo-ministro-das-relacoes/?searchterm=05 maio 2008](http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/785010448293-entrevista-concedida-pelo-ministro-das-relacoes/?searchterm=05%20maio%202008)> Acesso: 02 de fevereiro de 2014.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. *As Nações Unidas e o Conceito de Segurança Coletiva*. Estudos Avançados, 1995, Artigo *pdf*, p. 139-147. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300011&script=sci_arttext)> Acesso: 01 de outubro de 2013.

BARROS, Sebastião do Rego. *A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos*. Revista Brasileira de Política Internacional. 1998, v. 41, n. 2, p.18-28. ISSN 0034-7329. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a02.pdf>> Acesso: 13 de novembro de 2013.

BBC Brasil. Polícia prende líder de gangue mais procurado do Haiti. 15 de março de 2007. Disponível <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/03/070315\\_haitigangue\\_ir.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/03/070315_haitigangue_ir.shtml)> Acesso: 26 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti*. Disponível: <[http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/560382073724-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti](http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/560382073724-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cerim%C3%B4nia%20de%20embarque%20das%20tropas%20militares%20para%20miss%C3%A3o%20de%20paz%20no%20Haiti)> Acesso: 20 de janeiro de 2014.

Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sergio Vieira de Mello (CCOPAB): <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/>

Decreto Legislativo nº 207, de 19 de Maio de 2004. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/360140.pdf>> Acesso: 08 de fevereiro de 2014.

Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO). Disponível: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/index.shtml>> Acesso: 12 de outubro de 2013.

Diplomacia Pública, sala de notas do Itamaraty. <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/entrega-do-premio-201cbravo-business201d-ao-ministro-celso-amorim-2013-miami-29-de-outubro-de-2010>> Acesso: 24 de fevereiro de 2014.

ESTADÃO. *General brasileiro assume comando da força de paz no Haiti*. Terça-feira, 1 de Junho de 2004 [Online] Disponível: <

<http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2004/not20040601p27747.htm>> Acesso: 03 de fevereiro de 2014.

ESTADÃO. *ONU e polícia prenderam 400 no Haiti desde janeiro*. Sexta-feira, 30 de Março de 2007 [Online] Disponível: <

<http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2007/not20070330p25352.htm>> Acesso: 22 de janeiro de 2014.

ESTADÃO. *Haitianos agradecem Brasil por 'pacificação' em Cité Soleil*. Sexta-feira, 27 de Abril de 2007. [Online] Disponível:

<<http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2007/not20070427p26422.htm>> Acesso: 22 de janeiro de 2014.

HIRST, Monica; LIMA Maria Regina Soares de; e PINHEIRO, Leticia. *A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios*. Nueva Sociedad. ISSN 0251-3552, Dezembro 2010, p. 22-41. Disponível: <<http://library.fes.de/pdf-files/nuso/ep-2010.pdf>> Acesso: 10 de novembro de 2014.

LADSOUS, Hervé. *Missões de paz da ONU: novos desafios em tempos de mudança*.

[Reportagem especial com o *subsecretário-geral das Nações Unidas para as Operações de Manutenção da Paz* em comemoração ao Dia Internacional dos Trabalhadores das Forças de Paz, 29 de maio de 2013] Disponível: <<http://www.onu.org.br/novos-desafios-em-tempos-de-mudanca/>> Acesso: 22 de outubro de 2013.

LESSA, Antônio Carlos. *A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais*. Revista Brasileira de Política Internacional. 1998, v.41, n.spe, p. 29-41. ISSN 0034-7329. Disponível:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41nspe/a03v41nspe.pdf>> Acesso: 13 de fevereiro de 2013.

Livro Branco de Defesa Nacional. Brasil, 2012. Disponível: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso: 03 de março de 2014.

Naciones Unidas. *Resolución 1542 (2004)*. Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4961<sup>a</sup> sesión, celebrada el 30 de abril de 2004 Disponível: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48bfc5a22>> Acesso: 26 de fevereiro de 2014.

Naciones Unidas. *S/2007/503. Informe del Secretario General sobre la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH)*. 22 de agosto de 2007.

[On-line] Disponível: <

[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2007/503&referer=http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2007/503&referer=http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml&Lang=S)> Acesso: 03 de fevereiro de 2014.

OPJOINT. *Observatório Político-Jurídico de Organizações Internacionais. Conselho de Segurança estende mandato da Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e condena a violência de gangues criminosas no país.*

Disponível: <<http://observatoriointernacional.com.br/?p=485>> Acesso: 22 de janeiro de 2014.

Página oficial da Brigada de Operações Especiais: <[www.bdaopesp.eb.mil.br](http://www.bdaopesp.eb.mil.br)>

Acesso: 22 de janeiro de 2014.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 que institui a Política de Defesa Nacional. Disponível:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>

Acesso: 08 de outubro de 2013.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *Uma análise da Política Externa do Governo Lula da Silva*. Porto Alegre: Revista Debates, v.4, n.2, p. 60-80, jul.-dez. 2010. ISSN 1982-5269

/ ISSN Impresso 2236-479X. Disponível:

<<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16561/10583>>. Acesso: 09 setembro de 2013.

*Resolution 1542 (2004). Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004.* Disponível: <[http://daccess-dds-](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf?OpenElement](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf?OpenElement)> Acesso: 10 de março de 2014.

*Resolución 1702 (2006). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5513ª sesión, celebrada el 15 de agosto de 2006.* [Online, pdf, p. 03] Disponível:

<<http://www.refworld.org/cgi-bin/tehis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48bfd1902>>

Acesso: 23 de janeiro de 2014.

*Resolución 1743 (2007). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5631ª sesión, celebrada el 15 de febrero de 2007.* [Online, pdf, p. 03] Disponível:

<<http://www.refworld.org/cgi-bin/tehis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=49ba23892>>

Acesso: 23 de janeiro de 2014.

*Resolution 2070 (2012). Adopted by the Security Council at its 6845th meeting, on 12 October 2012.* Disponível: <[http://observatoriointernacional.com.br/wp-](http://observatoriointernacional.com.br/wp-content/uploads/2013/05/Res.-2070-12.10.12.pdf)

[content/uploads/2013/05/Res.-2070-12.10.12.pdf](http://observatoriointernacional.com.br/wp-content/uploads/2013/05/Res.-2070-12.10.12.pdf)> Acesso: 29 de janeiro de 2014.

*Resolución 2119 (2013). Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 7040ª sesión, celebrada el 10 de octubre de 2013.* Disponível: <

[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2119%20\(2013\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/2119%20(2013))> Acesso: 29 de

janeiro de 2014.

SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. Artigo, 08 de setembro de 2006. Disponível: <

[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf) > Acesso: 02 de fevereiro de 2014.

SEITENFUS, Ricardo. *Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea*. [Artigo pdf] Disponível: <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf)> Acesso: 02 de fevereiro de 2014.

Sítio do Exército Brasileiro. Disponível: <<http://www.eb.mil.br/paises-contribuintes>> Acesso: 08 de novembro de 2013.

STOCHERO, Tahiane. [Blog Pessoal] Disponível: <<http://perolasemoff.blogspot.com.br/2013/01/3-anos-depois-do-terremoto-no-haiti.html>> Acesso: 23 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1542*. On establishment of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 30 apr. 2004. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/48bfc5642.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1576*. On Haiti. 29 nov. 2004. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/42c3a15e4.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1608*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 22 jun. 2005. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/42bc37bf2.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1702*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 15 ago. 2006. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/453786b3c.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1743*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 15 fev. 2007. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/45fffb5f2.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1780*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 15 out. 2007. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4715b6bf2.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1840*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 14 out. 2008. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/48f736e62.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1892*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 13 out. 2009. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ad886272.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1908*. On increasing the overall force levels of the UN Stabilization Mission in Haiti to support the immediate recovery, reconstruction and stability efforts. 19 jan. 2010. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4b66c06d2.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1927*. On the composition of the military and police components of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 4 jun. 2010. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4c1f30522.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/1944*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 14 out. 2010. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4cd13ea32.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/2012*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). 14 out. 2011. Disponível: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ea51bbb2.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution S/RES/2070*. On extension of the mandate of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) until 15 Oct. 2013. Disponível: <<http://www.refworld.org/docid/5088fd592.html>>. Acesso: 21 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. United Nations Stabilization Mission in Haiti. Disponível: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso: 20 de janeiro de 2014.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; e CINTRA, Rodrigo. *Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração*. Tempo Social – USP, Novembro, 2003. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a03v15n2.pdf>>. Acesso: 22 de fevereiro de 2013.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto Internacional. 2007, vol.29, n.2, pp. 273-335. ISSN 0102-8529. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>> Acesso: 22 de fevereiro de 2013.

VERENHITACH, Gabriela Daou. *A Influência da Liderança Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível: <[http://www.educiens.org.br/download/artigo\\_gabriela27jan09.pdf](http://www.educiens.org.br/download/artigo_gabriela27jan09.pdf)>. Acesso: 17 de maio de 2013.